



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

DYEGO ALVES DA SILVA

**COORDENAÇÃO E MOVIMENTOS DE ATORES NA AGENDA VERDE: UMA
ANÁLISE DAS COALIZÕES AMBIENTAIS NO BRASIL (2012–2021)**

BRASÍLIA – DF

2025

DYEGO ALVES DA SILVA

**COORDENAÇÃO E MOVIMENTOS DE ATORES NA AGENDA VERDE: UMA
ANÁLISE DAS COALIZÕES AMBIENTAIS NO BRASIL (2012–2021)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de doutor.

Orientador (a): Prof. Dr. Diego Mota Vieira

Brasília – DF

2025

DYEGO ALVES DA SILVA

**COORDENAÇÃO E MOVIMENTOS DE ATORES NA AGENDA VERDE: UMA
ANÁLISE DAS COALIZÕES AMBIENTAIS NO BRASIL (2012–2021)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de doutor.

Data: 20 de dezembro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Diego Mota Vieira

Universidade de Brasília

Presidente

Prof.^a Dra. Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva

Universidade de Brasília

Examinadora interna

Prof.^a Dra. Greici Sarturi

Universidade Federal de Santa Maria

Examinadora externa

Prof.^a Dra. Lia de Azevedo Almeida

Universidade Federal do Tocantins

Examinadora externa

Prof.^a Dra. Patrícia Guarnieri dos Santos

Universidade de Brasília

Examinadora suplente

*Aos meus familiares e amigos, pelo amor, paciência e incentivo constante ao longo de toda
esta caminhada.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade de Brasília (UNB), pelo ambiente acadêmico que possibilitou a construção desta pesquisa e pelo aprendizado acumulado ao longo do percurso.

Registro meu profundo agradecimento ao meu orientador, Prof. Dr. Diego Vieira Mota, que, mesmo em um momento pessoal delicado, acolheu este trabalho e ofereceu orientação firme, sensível e indispensável. Sua confiança, dedicação e generosidade foram fundamentais para a realização desta tese.

Agradeço também aos meus familiares e amigos, que me acompanharam com paciência, escuta e incentivo nas fases mais desafiadoras, oferecendo apoio emocional, prático e afetivo quando mais precisei.

Aos colegas do programa, pela convivência, trocas e parcerias que tornaram esta caminhada mais leve e enriquecedora, deixo igualmente minha gratidão.

A todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para este trabalho, meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta tese analisa como a coordenação das coalizões de defesa, em interação com eventos externos e com o recurso político autoridade legal e formal, influencia os movimentos dos atores políticos no subsistema nacional da agenda verde (2012–2021). Fundamentado no *Advocacy Coalition Framework* (ACF), o estudo parte da lacuna teórica referente à subteorização e baixa operacionalização da coordenação, propondo uma sistematização de seus componentes analíticos: alcance, nível, setorização, centralidade discursiva, liderança e comprometimento. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso com abordagem quali-quantitativa, desenvolvido por meio da análise documental das notas taquigráficas das comissões ambientais do Legislativo federal brasileiro, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADS) e a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal (CMA), da codificação dos componentes de coordenação, da sistematização do recurso “autoridade legal e formal”, da categorização das mudanças na coalizão governante e da aplicação de técnicas de mineração de dados para integrar coordenação, recursos e eventos externos. Essa triangulação de procedimentos permitiu mapear os movimentos dos atores coletivos ao longo das três fases governamentais, identificando padrões de estabilidade, crescimento e declínio das coalizões. Os resultados evidenciam que eventos externos, a mudança na coalizão governante, produzem choques institucionais que alteram recursos, oportunidades e restrições. Esses choques reconfiguram a composição das coalizões, promovendo desaparecimentos, aparecimentos, associação e dissociação. A autoridade legal e formal, requerentes das audiências e mesas diretoras das comissões, apresentou-se um recurso concentrado na coalizão socioambientalista e não se demonstrou determinante na agenda. A coordenação apresentou efeitos diferenciados sobre os movimentos dos atores, sugerindo que níveis mais altos dos componentes analíticos podem favorecer a estabilidade dos atores, enquanto a coordenação mediana está associada a mudanças da composição da coalizão. Ao integrar coordenação, recursos e eventos externos para explicar movimentos de atores da agenda verde brasileira, a tese contribui para o refinamento teórico do ACF, ampliando a compreensão dos mecanismos que sustentam estabilidade e mudança em subsistemas de política ambiental. Os achados têm implicações práticas para o desenho institucional das comissões legislativas e para estratégias de atuação de gestores públicos, parlamentares e organizações da sociedade civil.

Palavras-chave: *Advocacy Coalition Framework*. Coordenação em coalizões. Movimento de atores políticos.

ABSTRACT

This doctoral thesis examines how the coordination of advocacy coalitions, in interaction with external events and with the political resource of legal and formal authority, shapes the movements of political actors within the Brazilian national green agenda subsystem (2012–2021). Grounded in the Advocacy Coalition Framework (ACF), the study addresses a theoretical gap concerning the under-theorization and limited operationalization of coordination, proposing a systematization of its analytical components: scope, level, sectorization, discursive centrality, leadership, and commitment. Methodologically, it is a qualitative–quantitative case study based on documentary analysis of transcripts from the environmental committees of the Brazilian Federal Legislature — the Committee on Environment and Sustainable Development of the Chamber of Deputies (CMADS) and the Senate Committee on the Environment (CMA) — combined with the coding of coordination components, the systematization of the resource “legal and formal authority,” the categorization of changes in the governing coalition, and the application of data mining techniques to integrate coordination, resources, and external events. This triangulation enabled the mapping of collective actors’ movements across three governmental phases, revealing patterns of stability, growth, and decline among coalitions. The findings show that external events — particularly changes in the governing coalition — produce institutional shocks that alter resources, opportunities, and constraints, thereby reshaping coalition composition through disappearances, emergences, association, and dissociation processes. Legal and formal authority, concentrated among hearing requesters and committee board members, proved to be a resource predominantly held by the socio-environmentalist coalition but was not decisive in shaping the agenda. Coordination exerted differentiated effects on actor movements, suggesting that higher levels of the analytical components tend to support actor stability, whereas medium levels of coordination are associated with shifts in coalition composition. By integrating coordination, resources, and external events to explain the dynamics of actors in the Brazilian green agenda, the thesis advances theoretical refinement of the ACF and deepens understanding of the mechanisms underlying stability and change in environmental policy subsystems. The findings have practical implications for the institutional design of legislative committees and for strategic action by public managers, parliamentarians, and civil society organizations.

Keywords: Advocacy Coalition Framework. Coalition Coordination. Political Actor Movement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma do <i>Advocacy Coalition Framework</i> (ACF).....	28
Figura 2 – Modelo teórico da tese	29
Figura 3 – Visualização do movimento dos atores.....	41
Figura 4 – Cálculo do Lambda10	61
Figura 5 – Cálculo da normalização	62
Figura 6 – Cálculo do Z-score	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição das categorias do ACF que compõe o modelo teórico	31
Quadro 2 – Movimentos dos atores nas coalizões de defesa.....	41
Quadro 3 – Comparativo: crenças centrais e políticas das coalizões de defesa do Subsistema da Agenda Verde	45
Quadro 4 – Síntese das etapas, objetivos específicos e instrumentos de pesquisa.....	52
Quadro 5 – Descrição das categorias de análise do ACF	59
Quadro 6 – Síntese dos artigos da primeira revisão	67
Quadro 7 – Síntese dos artigos da segunda revisão.....	68
Quadro 8 – Tipologia do alcance das interações de coordenação	71
Quadro 9 – Níveis de coordenação e suas formas operacionais no contexto das coalizões de defesa	72
Quadro 10 – Categorias setoriais dos atores nas coalizões de defesa	74
Quadro 11 – Conceituação do operador discursivo menção como indicador de centralidade .	76
Quadro 12 – Categorias e subcategorias analíticas da liderança hábil	79
Quadro 13 – Categorias e indicadores de comprometimento político nas coalizões de defesa	82
Quadro 14 – Classificação ideológica do Executivo e do Congresso Nacional (2011–2022) .	87
Quadro 15 – Diretrizes comparadas da política ambiental nos governos Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro (2011–2021).....	89
Quadro 16 – Categorização atualizada dos atores coletivos por coalizão e fase.....	94
Quadro 17 – Quantidade de ator coletivo por fases.....	96
Quadro 18 – Movimentos da Fase 1 para a Fase 2 (Dilma para Temer).....	97
Quadro 20 – Movimentos da Fase 1 para a Fase 3 (Dilma para Bolsonaro).....	98
Quadro 21 – Movimentos da Fase 2 para a Fase 3 (Temer para Bolsonaro)	99
Quadro 22 – Coordenação das coalizões por fase	103
Quadro 23 – Composição setorial das coalizões de defesa	104
Quadro 24 – Trajetória da Coordenação da Coalizão Desenvolvimentista Tradicional	105
Quadro 25 – Trajetória da coordenação coalizão desenvolvimentista moderno	106
Quadro 26 – Trajetória da coordenação da coalizão socioambientalista.....	106
Quadro 27 – Trajetória da coordenação da coalizão tecnocrata esclarecido	107
Quadro 28 – Regras geradas pelo algoritmo Apriori.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACF	<i>Advocacy Coalition Framework</i>
ANA	Agência Nacional de Águas
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CMA	Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal
CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DM	Desvio Médio
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GEE	Gases de efeito estufa
IA	Inteligência Artificial
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	Organizações Não Governamentais
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Administração
FACE	Faculdade De Economia, Administração E Contabilidade
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
UCs	Unidades de Conservação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	24
2.1 <i>Advocacy Coalition Framework</i>	24
2.1.1 <i>Coordenação no contexto do ACF</i>	31
2.2 Recursos no ACF	34
2.2.1 <i>Autoridade legal e formal como recurso de coalizão</i>	35
2.3 Eventos externos no ACF	37
2.3.1 <i>Mudança na coalizão governante como evento externo</i>	38
2.4 Movimento dos atores, mudança e estabilidade das coalizões no ACF	39
2.5 Coordenação, recursos, movimento de atores e eventos externos das coalizões no ACF: desafios e progressos	42
2.6 Subsistema de Agenda Verde.....	44
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	48
3.1 Caracterização da pesquisa.....	48
3.2 <i>Corpus</i> de dados	49
3.3 Instrumentos de pesquisa	50
3.4 Procedimentos de coleta de dados	53
3.4.1 <i>Revisões de escopo da literatura</i>	53
3.4.2 <i>Dados secundários das demais etapas</i>	55
3.5 Procedimentos de análise de dados	56
3.5.1 <i>Revisão de escopo da Literatura</i>	57
3.5.2 <i>Análise de dados por etapa do estudo</i>	57
4 RESULTADOS	66
4.1 Resultados da revisão de literatura do atributo coordenação: conceitos e componentes	66
4.1.1 <i>Dinâmica interacional e alcance da coordenação no ACF</i>	69
4.1.2 <i>Níveis de coordenação nas interações das coalizões</i>	71
4.1.3 <i>A dimensão setorial na análise das coalizões de defesa</i>	73
4.1.4 <i>A centralidade discursiva como dimensão da coordenação política</i>	75
4.1.5 <i>Liderança nas coalizões de defesa: uma dimensão estratégica da coordenação</i>	76

4.1.6	<i>Comprometimento na Coordenação de Coalizões de Defesa</i>	79
4.1.7	<i>Síntese dos Componentes Analíticos do Atributo Coordenação no ACF</i>	82
4.2	Dinâmica das Coalizões e Disputa por Recursos no Subsistema da Agenda Verde (2012–2021)	84
4.2.1	<i>A arena de pesquisa: CMADS e CMA no Congresso Nacional</i>	85
4.3	Análise da Posição Ideológica do Executivo no Brasil (2011–2021)	86
4.3.1	<i>Direções da Política Ambiental Brasileira: Orientações Ideológicas, Instrumentos e Resultados (2011–2021)</i>	88
4.4	Resultados da Análise dos Movimentos dos Atores nas Comissões do Subsistema da Agenda Verde (2012–2021)	90
4.4.1	<i>Mapeamento do movimento dos atores individuais</i>	91
4.4.2	<i>Mapeamento do movimento dos atores coletivos</i>	92
4.4.2.1	<i>Sistematização complementar da categorização de atores coletivos</i>	93
4.4.2.1.1	Procedimentos de sistematização complementar e novo corpus de dados	93
4.4.2.2	<i>Identificação do mapeamento do movimento dos atores coletivos</i>	95
4.4.2.2.1	Movimentos dos atores coletivos por fase	96
4.4.2.3	<i>Análise dos movimentos dos atores nas coalizões</i>	100
4.5	Mapeamento e classificação das formas de coordenação no subsistema	101
4.5.1	<i>Padrões coordenativos ao longo das fases governamentais</i>	101
4.6	Identificação do recurso político das coalizões de defesa nas comissões	108
4.7	Análise algorítmica das associações entre a coordenação e as mudanças nas coalizões governantes	109
5	DISCUSSÃO	113
5.1	Discussão sobre os movimentos dos atores nas coalizões	113
5.2	Discussão sobre os resultados de coordenação	115
5.3	Discussão sobre os padrões empíricos do recurso de autoridade legal e formal	117
5.4	Discussão da posição ideológica do Executivo no Brasil (2011–2021)	118
5.5	Discussão sobre os movimentos e reorganizações das coalizões ao longo das fases governamentais	120
5.6	Discussão dos resultados à luz da dinâmica da Agenda Verde	124
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE	127
6.1	Contribuições da pesquisa	127

6.2 Limitações.....	129
6.3 Agenda de Pesquisa	130
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICE A – FONTES DOS RECURSOS	143
APÊNDICE B – DADOS DAS AUDIÊNCIAS DO CMADS.....	144
APÊNDICE C – CLASSIFICAÇÃO COMPLEMENTAR ATORES COLETIVOS	145
APÊNDICE D – MAPEAMENTO DO MOVIMENTO DE ATORES COLETIVOS	149
APÊNDICE E – RECURSOS MESA DIRETORA.....	153
APÊNDICE F – DETALHAMENTO DE RECURSOS.....	155
APÊNDICE G – SÍNTESE DAS INTERAÇÕES DE COORDENAÇÃO	160

1 INTRODUÇÃO

A formulação e a mudança de políticas públicas desenvolvem-se em ambientes marcados por alta complexidade, disputas intensas e ampla diversidade de atores que articulam ideias, interesses e recursos. Nesse contexto, o *Advocacy Coalition Framework* (ACF), desenvolvido por Sabatier (1986, 1988, 1998) e Jenkins-Smith (1990), tornou-se uma das principais abordagens para compreender processos de políticas públicas. O ACF propõe que a ação política se organiza em subsistemas temáticos onde atores governamentais e não governamentais se agrupam em coalizões de defesa estruturadas pelo compartilhamento de crenças e pela atuação coordenada ao longo do tempo (Heikkila; Cairney, 2018; Pierce *et al.*, 2017; Douglas *et al.*, 2022; Weible; Olofsson; Heikkila, 2023).

As coalizões de defesa agregam atores: indivíduos, grupos organizados, instituições públicas, organizações da sociedade civil e centros de pesquisa, reunidos em torno de objetivos comuns, atuando para influenciar decisões e deliberações políticas (Weible; Sabatier, 2007). Conforme os autores Sabatier e Jenkins-Smith (1999) e Stritch (2015), essas coalizões dependem simultaneamente dos atributos ideacionais (crenças) e dos atributos comportamentais (coordenação), pois sua existência pressupõe tanto a convergência de visões quanto a capacidade de ação articulada. Crenças e coordenação, portanto, constituem pilares fundamentais para a formação, a permanência e o funcionamento das coalizões.

A literatura atribui às crenças o principal papel na coesão interna das coalizões, destacando-as como a força agregadora que sustenta sua continuidade (Weible; Sabatier; McQueen, 2009; Sabatier; Jenkins-Smith, 1993). Apesar das inúmeras pesquisas empíricas aplicando o modelo, os estudiosos do ACF ainda enfrentam desafios ao investigar o atributo coordenação no contexto das políticas públicas.

Um dos principais desafios identificados na literatura diz respeito ao aperfeiçoamento da base teórica que sustenta a compreensão das estruturas das coalizões e dos mecanismos que orientam sua coordenação (Pierce *et al.*, 2017; Vieira, 2020). A composição de atores das coalizões pode permanecer estável ou sofrer mudanças ao longo do tempo, produzindo padrões distintos de movimento dos atores, como permanência (estabilidade), declínio e crescimento (Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020). Avançar nesse campo requer examinar de maneira mais consistente as fontes de estabilidade das coalizões.

Embora estudos indiquem padrões robustos de permanência de atores ao longo do tempo, a maioria das análises tem explicado essa estabilidade quase exclusivamente pelas crenças compartilhadas, relegando a coordenação a um papel secundário (Jenkins-Smith *et al.*,

2018; Weible *et al.*, 2020). Em contraponto, Osei-Kojo (2023) enfatiza que a estabilidade, apesar de constituir um dos elementos estruturantes do ACF, permanece insuficientemente investigada, e que necessita de investigação mais profunda em sua interface com a coordenação e com redes de interação política.

A literatura aponta, de forma consistente, limitações conceituais e empíricas no tratamento da coordenação. Estudos recentes têm ressaltado que a compreensão dos movimentos dos atores demanda incorporar, de maneira integrada, a coordenação, os recursos e os eventos externos. Uma vez que a centralidade atribuída às crenças não explica, por si só, a complexidade das dinâmicas das coalizões (Nohrstedt; Heinmiller, 2024, Weible *et al.*, 2020; Weible; Olofsson; Heikkila, 2023).

Outro estudo demonstrou que abordagens multidimensionais permanecem pouco desenvolvidas (Pfeiffer; Henry; Dietz, 2025) e que os mecanismos internos associados à coordenação ainda não são suficientemente compreendidos (Wesche *et al.*, 2025) e que pressupostos fundamentais sobre coordenação carecem de testes empíricos mais sistemáticos (Nohrstedt; Heinmiller, 2024). A pesquisa de Oliveira e Vieira (2025) destacou que o aprimoramento teórico e empírico sobre os recursos políticos mobilizados pelas coalizões constitui um campo de pesquisa ainda pouco explorado, reforçando a importância de análises que integrem recursos.

A lacuna teórica enfrentada por este estudo refere-se a um conjunto de deficiências persistentes na literatura do ACF quanto ao tratamento da coordenação. Embora avanços conceituais e metodológicos tenham sido registrados ao longo das últimas décadas (Schlager, 1995; Sabatier, 2007; Weible *et al.*, 2020; Pierce *et al.*, 2017), a coordenação permanece subteorizada, pouco operacionalizada e de difícil mensuração, situação reiterada por estudos recentes que a classificam como “insuficientemente compreendida” e dotada de baixa profundidade teórica e empírica (Wesche *et al.*, 2025).

Soma-se a isso o tratamento historicamente assimétrico conferido à coordenação quando comparada às crenças, que receberam maior atenção analítica na explicação da estabilidade das coalizões, ao passo que pressupostos relacionados à ação coletiva e ao funcionamento interno das coalizões continuam pouco estudados (Nohrstedt; Heinmiller, 2024). Doravante, a literatura indica a necessidade de maior refinamento conceitual para distinguir tipos específicos de atividades de coordenação (Pfeiffer; Henry; Dietz, 2025) e para analisá-la em articulação com recursos e eventos externos.

Nesse sentido, a literatura recente do ACF passou a tratar explicitamente os elementos internos do atributo crenças como componentes, organizados em: crenças de núcleo profundo,

crenças de núcleo de políticas e crenças secundárias (Weible, 2009, 2014; Weible; Sabatier, 2017). Esse uso consolidado do termo “componentes” para descrever a estrutura interna das crenças fornece um referencial conceitual estável que ainda não existe para o atributo coordenação, cuja terminologia permanece dispersa entre formas (Weible *et al.*, 2020), graus (Sabatier; Weible, 2007) e dimensões (Jenkins-Smith *et al.*, 2018). Assim, tomando como base o emprego já consolidado do termo no tratamento das crenças, esta pesquisa adota a denominação componentes de coordenação para se referir às suas partes internas, com o objetivo de oferecer uma terminologia padronizada e coerente com os avanços conceituais recentes do ACF.

Uma interação pode ser entendida como um comportamento político coordenado entre atores inseridos em um subsistema de política pública, constituindo o mecanismo por meio do qual estruturam sua ação para exercer influência no processo decisório (Weible *et al.*, 2020). Com base nessa fundamentação conceitual e na revisão da literatura realizada nesta tese, a interação é adotada como a unidade analítica da coordenação. Essa definição permite examinar empiricamente como os atores mobilizam esforços articulados, constroem alinhamentos estratégicos e sustentam práticas coordenativas no interior das coalizões.

A partir desse conceito, identificam-se seis componentes analíticos que estruturam uma interação de coordenação. Esses componentes permitem detalhar suas dimensões constitutivas e ampliar sua operacionalização empírica no âmbito do ACF. O primeiro é o alcance, que distingue interações em intracoalizão ou intercoalizão (Weible *et al.*, 2020). O segundo diz respeito ao nível de coordenação, concebido em termos inferiores ou superiores (Weible; Ingold, 2018; Koebele, 2020; Stritch, 2015).

O terceiro componente é a setorização, relacionada à classificação institucional ou organizacional dos atores envolvidos (Costie; Holm; Berardo, 2018). O quarto corresponde ao grau de centralidade discursiva, operacionalizado pela frequência e relevância das menções na arena deliberativa (Vieira, 2020). O quinto é a liderança, entendida como capacidade de articulação estratégica e mobilização de apoio (Mintrom, 2019). E o sexto componente refere-se ao comprometimento, associado à disposição dos atores em sustentar esforços coletivos ao longo do tempo (Emerson; Nabatchi, 2015; Nohrstedt; Weible, 2010). A articulação desses componentes confere maior precisão teórica e favorece a operacionalização empírica da coordenação no âmbito do ACF.

A consolidação desses seis componentes como estrutura interna da coordenação configura uma contribuição original desta tese. A revisão conduzida não identificou estudos que analisem simultaneamente esses elementos de forma integrada, uma vez que a literatura

trata dimensões de coordenação de maneira fragmentada. Ao unificar tais componentes em um único arcabouço analítico, este trabalho preenche uma lacuna persistente no ACF e oferece uma formulação inédita que aprimora a precisão conceitual e a capacidade explicativa da coordenação nas coalizões de defesa.

Ao considerar a coordenação como fenômeno situado dentro de um subsistema, torna-se necessário reconhecer que sua dinâmica não ocorre de forma isolada, os eventos externos representam outro elemento central do ACF. O evento externo “mudanças na coalizão governante” possui potencial significativo de reconfigurar equilíbrios políticos, modificar oportunidades de atuação e alterar a composição das coalizões (Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Ma; Vieira, 2020; Wilkes-Allemand; Tschannen; Lieberherr, 2020; Zhou *et al.*, 2021). Uma pesquisa recente evidenciou que mudanças estruturais nos subsistemas podem influenciar a coordenação de coalizões de maneira ainda insuficientemente compreendida (Wesche *et al.*, 2025). Nesse sentido, considerar a coordenação em diálogo com recursos e eventos externos amplia a capacidade analítica de explicar os movimentos dos atores e a configuração das coalizões ao longo do tempo.

No ACF, os recursos constituem um atributo central para compreender a capacidade de influência das coalizões nos processos de formulação e implementação de políticas públicas, pois definem o espaço de ação estratégica e explicam variações de poder, estabilidade e mudança dentro dos subsistemas (Weible *et al.*, 2019; Jenkins-Smith *et al.*, 2018). Desde sua consolidação como elemento estruturante nas revisões de Sabatier e Weible (2007), a tipologia dos recursos passou a abranger diferentes formas de capacidade mobilizável, como informação técnica, apoio público, recursos financeiros e liderança política habilidosa, destacando-se entre eles a autoridade legal e formal, reconhecida como o recurso de maior impacto na configuração das coalizões dominantes (Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Sabatier; Weible, 2007).

Isto posto, a tese estabelece como estudo de caso o subsistema da agenda verde da Política Nacional do Meio Ambiente, seleção que se fundamenta na reconhecida adequação do ACF ao campo ambiental (Araújo, 2013; Pierce *et al.*, 2017) e na necessidade de aprofundar o exame de subsistemas ambientais na Administração Pública brasileira (Oliveira; Sanches Filho, 2022). A política ambiental no Brasil possui centralidade estratégica em escala nacional e internacional, dada a magnitude da biodiversidade, dos recursos hídricos e das responsabilidades climáticas do país (Capelari *et al.*, 2020; Rochedo *et al.*, 2018; Viola; Franchini, 2018).

O subsistema da agenda verde nacional oferece condições empíricas particularmente propícias à observação das dinâmicas das coalizões. A arena parlamentar das comissões

ambientais federais, especialmente a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADS) e a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal (CMA), constitui um espaço privilegiado de deliberação, conflito e cooperação, no qual coalizões mobilizam crenças, recursos e estratégias para influenciar decisões legislativas (Araújo, 2013; Oliveira, 2022).

Nos últimos anos, esse subsistema passou por forte desestabilização, impulsionada por choques políticos, desastres ambientais e retrocessos institucionais. A partir de 2019, destacam-se o aumento do desmatamento, queimadas na Amazônia, o grande derramamento de óleo e o enfraquecimento da fiscalização (Capelari *et al.*, 2020; Nunes *et al.*, 2024). O período foi marcado ainda pela “política da boiada”, pela interrupção do Fundo Amazônia e pela militarização das ações ambientais (Galbiati *et al.*, 2022; Nunes *et al.*, 2024), além de mudanças como a redução da participação social no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e a centralização decisória, que contribuíram para a formação de um ambiente mais adversarial e concentrado em uma coalizão dominante (Monteiro *et al.*, 2022; Silva; Vinha, 2025; Capelari *et al.*, 2020).

Assim, entre 2012 e 2021, as transições entre os governos Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro produziram reconfigurações institucionais profundas que alteraram a autoridade legal e formal das coalizões ambientais, impactando diretamente sua capacidade de atuação (Oliveira, 2022). Essas mudanças institucionais tornam evidente que a autoridade legal e formal é um recurso central para compreender variações de poder entre coalizões, pois determina quem controla processos decisórios essenciais nas arenas legislativas.

Este estudo dá ênfase no estudo da autoridade legal e formal, pois os achados de Pachón e Johnson (2016) demonstram que a presidência de comissões parlamentares constitui uma posição institucional dotada de autoridade legal e formal significativa, expressa no poder de definir a agenda e nomear relatores. Esse entendimento converge com a formulação de Jenkins-Smith *et al.* (2018), segundo a qual a autoridade legal e formal é o recurso mais determinante na distribuição de poder entre coalizões, justamente por permitir que certos atores bloqueiem, viabilizem ou direcionem mudanças de política pública.

No contexto das comissões ambientais, a autoridade legal e formal adquirida pelos *stakeholders* definitivos, reconhecidos como os atores mais influentes no subsistema da agenda verde, constitui o principal recurso em disputa entre as coalizões. Essa autoridade, por estar diretamente vinculada à capacidade de participar e influenciar decisões políticas, confere a esses atores posição estratégica na condução dos processos deliberativos. Por essa razão, sua atuação formal nas instâncias institucionais reforça seu papel central nas dinâmicas do

subsistema, tornando-os alvo prioritário de mobilização e alinhamento por parte das coalizões concorrentes (Oliveira; Vieira, 2025).

No contexto das comissões ambientais, a autoridade legal e formal pode se materializar na presidência das comissões e nos requerentes de audiências, ambos atuando como mecanismos de influência política. A presidência é disputada pelas coalizões por permitir controlar agendas e decisões, enquanto os requerimentos moldam debates e participação, sendo (Oliveira, 2022; Araújo, 2013). Assim, tanto a presidência quanto os requerimentos de audiência representam mecanismos distintos, porém complementares, de exercício de autoridade legal e formal no âmbito das comissões ambientais.

Como demonstra Oliveira (2022), esses mecanismos institucionais reforçam a autoridade formal de determinados parlamentares, influenciando a dinâmica de disputa política, o controle de agenda e a distribuição de poder no interior do subsistema ambiental. Trata-se de um subsistema marcado por arranjos institucionais complexos, disputas persistentes e fragilidades de implementação (Araújo, 2013; Oliveira, 2022), características que reforçam sua pertinência como objeto analítico para investigações baseadas no ACF.

À luz dessas características, esta pesquisa adota o estudo de caso do tipo instrumental (Stake, 2000) como estratégia metodológica, tomando o subsistema da agenda verde, observado por meio da atuação das comissões parlamentares ambientais (CMADS e CMA) entre 2012 e 2021, como unidade empírica central para examinar a coordenação das coalizões, o recurso autoridade legal e formal, e os movimentos dos atores ao longo do tempo.

A pergunta que orienta esta tese é: de que modo a coordenação das coalizões de defesa, em associação com eventos externos e recursos de coalizão, influencia os movimentos dos atores políticos e a dinâmica do processo político no subsistema nacional da agenda verde no período de 2012 a 2021 nas comissões parlamentares ambientais?

Para responder essa pergunta de pesquisa, o objetivo geral consiste em analisar como a coordenação, os eventos externos e os recursos políticos influenciam os movimentos dos atores no subsistema nacional da agenda verde no período de 2012 a 2021 nas comissões ambientais brasileiras. Para alcançar o objetivo proposto, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

I – mapear os movimentos dos atores que participam das comissões ambientais brasileiras de 2012 e 2021;

II – caracterizar a coordenação entre os atores que participaram das comissões parlamentares ambientais brasileiras de 2012 a 2021;

III – identificar o recurso político autoridade legal e formal, especificamente as posições de presidência das comissões e de requerentes das audiências analisadas das comissões ambientais brasileiras de 2012 e 2021;

IV – caracterizar as mudanças na coalizão governante ocorridas no Brasil, no período de 2012 a 2021.

V – integrar as evidências sobre coordenação, autoridade legal e formal e mudanças na coalizão governante para explicar variações nos padrões de movimento dos atores no subsistema da agenda verde.

A pesquisa contribui teoricamente ao aprofundar a compreensão de como a coordenação, recursos e eventos externos moldam a dinâmica interna das coalizões. Esse avanço amplia o escopo explicativo do ACF, historicamente centrado no atributo crenças, e responde às críticas recentes sobre a subteorização e a insuficiente operacionalização da coordenação (Nohrstedt; Heinmiller, 2024; Pfeiffer; Henry; Dietz, 2025; Wesche *et al.*, 2025). A articulação entre coordenação e os padrões de movimento dos atores refina o entendimento sobre mecanismos que estruturam processos de estabilidade e mudança no interior das coalizões.

As contribuições metodológicas resultam da integração entre procedimentos quali-quantitativos alinhados aos objetivos específicos: análise longitudinal, codificação empírica da coordenação, sistematização da autoridade legal e formal, categorização dos eventos externos e aplicação de técnicas de mineração de dados para explorar as associações existentes entre os componentes da agenda verde brasileira. Os resultados oferecem, ainda, relevância prática ao evidenciar como a coordenação, recursos e mudanças governamentais moldam disputas e resultados na política ambiental brasileira, subsidiando gestores públicos, parlamentares e organizações da sociedade civil.

Em termos estruturais, esta tese está organizada em cinco capítulos. O Capítulo 1 apresenta esta introdução, situando o problema de pesquisa, a lacuna teórica, os objetivos e as contribuições do estudo. O Capítulo 2 desenvolve a fundamentação teórica, discutindo o ACF, suas variáveis analíticas e a literatura sobre coordenação, recursos, eventos externos e movimentos dos atores. O Capítulo 3 descreve os procedimentos metodológicos, incluindo caracterização da pesquisa, instrumentos, coleta e análise de dados e procedimentos éticos. O Capítulo 4 apresenta os resultados empíricos obtidos conforme os objetivos específicos. O Capítulo 5 discute os achados à luz da teoria, destacando implicações teóricas e práticas. Por fim, o Capítulo 6 apresenta as considerações finais, limites e sugestões para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O marco teórico desta pesquisa foi estruturado de modo a articular, de forma progressiva e integrada, os fundamentos conceituais do ACF com as dimensões analíticas que orientam a investigação empírica sobre o subsistema da agenda verde no Brasil. A primeira seção apresenta o ACF como modelo explicativo central, com ênfase no papel da coordenação entre atores e em suas múltiplas dimensões, interações de coordenação, setorização, discursiva, de liderança e de comprometimento, considerados mecanismos essenciais para compreender a dinâmica da coordenação das coalizões.

A segunda seção discute os recursos das coalizões, com destaque para a autoridade legal e formal. A terceira seção examina a importância dos eventos externos, especialmente as mudanças na coalizão governante e seus efeitos institucionais e ideológicos sobre a política ambiental. A quarta seção aborda a literatura sobre movimento dos atores, evidenciando padrões de estabilidade e mudança.

A quinta seção articula coordenação, recursos, movimento de atores e eventos externos no âmbito do ACF, identificando desafios persistentes e avanços recentes na compreensão integrada desses elementos. A sexta seção apresenta o subsistema da agenda verde, discutindo as crenças, a dinâmica das coalizões, as disputas por recursos e a relevância da arena parlamentar representada pelas comissões de meio ambiente da Câmara dos Deputados (CMADS) e do Senado Federal (CMA).

2.1 Advocacy Coalition Framework

O ACF parte do reconhecimento de que a elaboração de políticas públicas nas sociedades contemporâneas apresenta um elevado grau de complexidade, o que exige dos participantes uma crescente especialização para que possam exercer influência efetiva. Essa especialização ocorre no interior dos próprios subsistemas (Sabatier, 1998; Jenkins-Smith *et al.*, 2018).

O ACF adota o subsistema de política como unidade de análise central para a compreensão dos processos de formulação de políticas públicas. Esse subsistema refere-se a um domínio substantivo de política, delimitado geograficamente, e é analisado ao longo de um horizonte temporal estendido, que abrange uma década ou mais (Sabatier, 1988, 1993; Sabatier; Weible, 2007).

O subsistema de política é concebido como um arranjo estruturado de elementos que interagem ao longo do tempo, sendo sua delimitação e composição aspectos cruciais para a adequada aplicação do modelo analítico proposto pelo ACF (Jenkins-Smith *et al.*, 2018). A definição do subsistema baseia-se em dois eixos principais: um tópico funcional ou substantivo, relacionado à área temática da política pública em questão, e uma dimensão territorial correspondente (Sabatier; Jenkins-Smith, 1993).

O primeiro eixo, relacionado à delimitação temática, diz respeito ao enfoque em um problema específico de política pública e nos programas governamentais a ele associados. Um exemplo clássico é o estudo sobre a política de controle da poluição automotiva nos Estados Unidos, analisada como um subsistema distinto daquele voltado ao controle mais amplo da poluição atmosférica (Sabatier; Pelkey, 1987; Zafonte; Sabatier, 2004). A delimitação territorial, por sua vez, pode abranger desde unidades subnacionais, como estados específicos, a exemplo da Califórnia, até múltiplas jurisdições, podendo alcançar, inclusive, uma escala internacional (Jenkins-Smith *et al.*, 2018).

No interior do subsistema estão presentes todos os participantes que atuam de forma recorrente com o objetivo de influenciar os assuntos relacionados à política pública em questão. Esses atores políticos são indivíduos que, estejam ou não inseridos formalmente nas estruturas governamentais, buscam exercer influência sobre o processo decisório (Sabatier; Pelkey, 1987; Sabatier, 1988). O conjunto de atores pode ser numeroso e diversificado, envolvendo autoridades de agências públicas, funcionários do governo, legisladores em distintos níveis federativos, líderes de grupos de interesse, pesquisadores (incluindo cientistas, analistas e consultores), jornalistas e, também, membros do Poder Judiciário (Rodgers; Bullock, 1976; Sabatier; Weible, 2007).

Considerando a grande quantidade e a diversidade de participantes envolvidos, o ACF propõe a agregação desses indivíduos em coalizões de defesa (*advocacy coalitions*), formadas com base em sistemas de crenças compartilhados e na coordenação de suas atividades políticas (Sabatier, 1988; Weible; Ingold, 2018). Tais coalizões constituem os principais sujeitos coletivos dentro do subsistema, atuando na formulação e promoção de alternativas de política pública alinhadas a seus valores, interesses e diagnósticos compartilhados sobre a realidade.

Os atores de um subsistema de políticas são agrupados em coalizões ligadas por um conjunto compartilhado de crenças normativas e causais e um grau não trivial de atividade coordenada ao longo do tempo (Sabatier, 1998; Sabatier; Jenkins-Smith, 1999). As coalizões, portanto, exigem um componente ideológico (crenças) e um comportamental (coordenação) (Stritch, 2015). O aspecto ideológico envolve uma hierarquia tripartite de crenças, no nível mais

geral estão as crenças do núcleo profundo (*deep core beliefs*), que são amplos compromissos normativos que abrangem diferentes subsistemas de políticas, como o liberalismo ou o conservadorismo.

Em um nível intermediário estão as crenças de núcleo de políticas (*policy core beliefs*) que são específicas para um único subsistema de políticas, este é o nível de crenças em torno do qual as coalizões são construídas. E o nível final é o das crenças secundárias (*secondary beliefs*), que são mais estreitas em escopo e envolvem a escolha de instrumentos para implementar as crenças de núcleo de políticas (Jenkins-Smith; St Clair, 1993; Sabatier; Jenkins-Smith, 1999; Stritch, 2015; Weible; Sabatier; McQueen, 2009).

Com relação ao componente comportamental, a coordenação refere-se à capacidade das partes de trabalharem em conjunto de maneira estratégica para influenciar o processo de políticas públicas (Weible *et al.*, 2020). É a forma como os atores de uma coalizão organizam suas atividades e estratégias para atingir seus objetivos, envolvendo atividades como compartilhamento de informações, recursos e a organização de esforços conjuntos para influenciar o processo de formulação de políticas (Weible; Ingold, 2018). Segundo Weible e Sabatier (2007), a coordenação eficaz é essencial para a criação de um *front* unido que possa navegar pelas complexidades dos subsistemas de políticas.

O ACF estrutura-se a partir da interação entre diferentes conjuntos de variáveis que moldam o funcionamento dos subsistemas de políticas públicas. Conforme Jenkins-Smith *et al.* (2014), os parâmetros relativamente estáveis, que incluem os atributos fundamentais dos problemas de política, os valores socioculturais e a estrutura constitucional, constituem condições estruturais de longo prazo que delimitam o espaço de atuação das coalizões.

Os eventos externos, tais como mudanças socioeconômicas, variações na opinião pública, transformações nas coalizões governantes e dinâmicas de outros subsistemas, introduzem choques capazes de redistribuir recursos, alterar equilíbrios e reorientar trajetórias políticas. As estruturas de oportunidade das coalizões, associadas ao grau de consenso necessário para mudanças substanciais, à abertura do sistema político e às clivagens sociais, condicionam a capacidade de ação coletiva e a disputa entre coalizões ao longo do tempo.

Os recursos dos atores do subsistema afetam diretamente sua habilidade de mobilização e influência. No interior do subsistema de políticas, coalizões organizadas com base em crenças compartilhadas competem por meio de estratégias destinadas a influenciar decisões governamentais, moldar regras institucionais e produzir impactos concretos sobre a política, configurando um ambiente dinâmico no qual estabilidade e mudança coexistem.

A aplicabilidade do ACF tem sido amplamente demonstrada em estudos de caso realizados em diferentes contextos, abrangendo subsistemas de políticas em escala global, europeia e norte-americana (Pierce *et al.*, 2017; Sabatier; Weible, 2007). Entre os exemplos mais expressivos, destacam-se as análises da política hídrica da Califórnia, incluindo a criação das Áreas Marinhas Protegidas (Munro, 1993; Weible, 2007; Weible; Sabatier, 2005), bem como investigações sobre a política ambiental na bacia do Lago Tahoe (Sabatier; Brasher, 1993). Também se inserem nesse conjunto estudos sobre o controle da poluição automotiva nos Estados Unidos (Zafonte; Sabatier, 2004), a política de energia nuclear na Suécia (Nohrstedt, 2008, 2010) e a política de drogas na Suíça (Kübler, 2001), evidenciando a versatilidade do modelo analítico para compreender diferentes arenas decisórias.

Pesquisas conduzidas em países de distintas trajetórias institucionais reforçam essa diversidade de aplicações. No contexto africano, por exemplo, o ACF tem orientado análises sobre a política de educação superior em Moçambique (Beverwijk *et al.*, 2008), enquanto, nos Estados Unidos, estudos recentes examinam a política de desenvolvimento de gás e óleo de xisto no Colorado (Weible; Olofsson; Heikkila, 2023). Em países escandinavos, o modelo tem subsidiado investigações sobre certificação florestal e governança ambiental, como observado na Suécia (Elliot; Schlaepfer, 2001), demonstrando sua capacidade de captar a interação entre coalizões em ambientes políticos contrastantes.

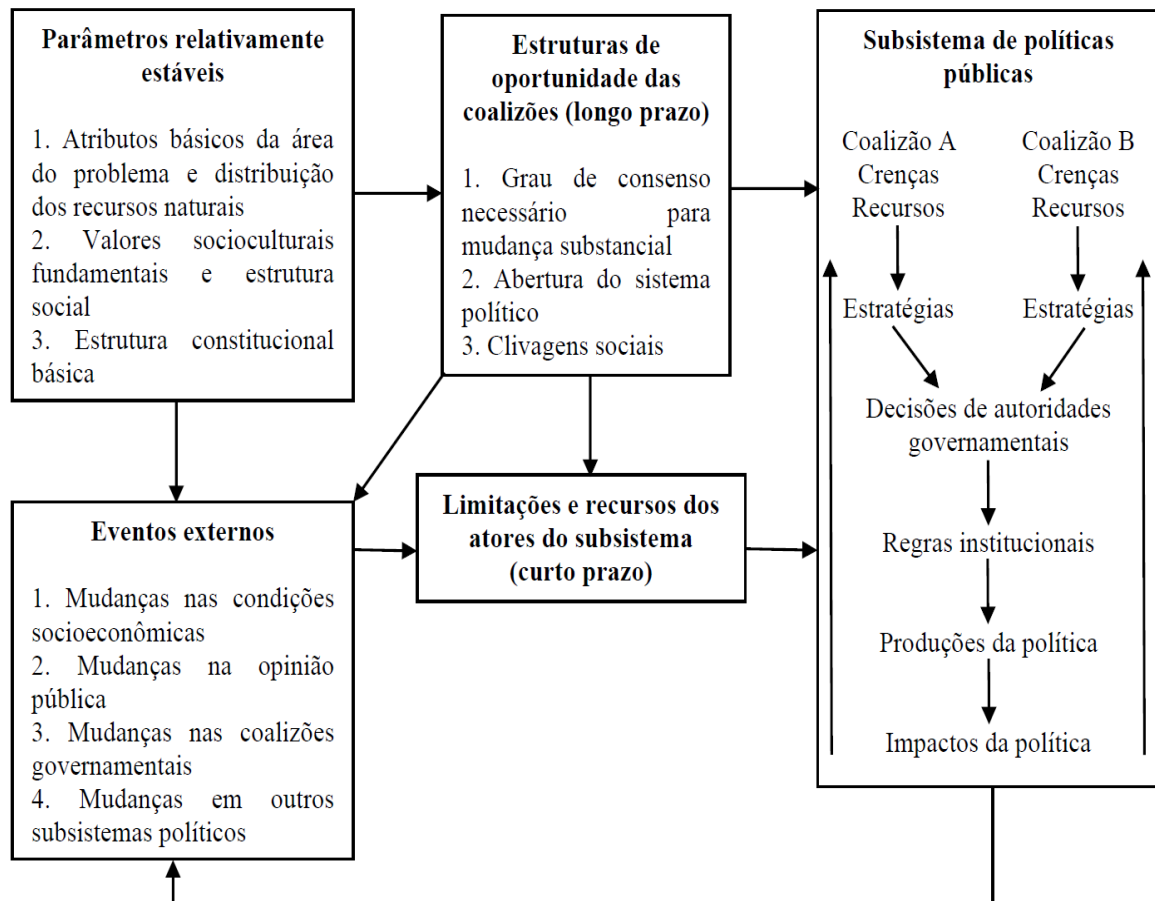
No Brasil, o uso do ACF tem se consolidado progressivamente, contemplando temas como política ambiental (Araújo, 2013; Capelari *et al.*, 2020; Oliveira; Vieira, 2025), saúde (Lima; Viana, 2011), educação (Silva; Guaraldo, 2020) e política urbana (Marques, 2016). Essa expansão sinaliza a adequação do *framework* à análise de políticas públicas em diferentes níveis federativos e áreas substantivas, fortalecendo sua contribuição para a compreensão das disputas, coalizões e processos decisórios que caracterizam o contexto político brasileiro.

O diagrama de fluxo ilustra o processo de política pública (Figura 1), colocando o Subsistema de políticas públicas como a unidade central de análise, onde as coalizões de defesa competem para influenciar as decisões governamentais (Sabatier; Weible, 2007; Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Gabehart; Weible, 2023). O comportamento dos atores e as dinâmicas internas do subsistema são condicionados por fatores exógenos, divididos em dois conjuntos: os estáveis e os dinâmicos (Sabatier; Weible, 2007).

No topo, encontram-se os Parâmetros relativamente estáveis (incluindo atributos básicos do problema, distribuição de recursos naturais, valores socioculturais e a estrutura constitucional básica), que mudam muito lentamente, mas estabelecem as restrições e os recursos subjacentes dentro do sistema (Sabatier; Weible, 2007; Jenkins-Smith *et al.*, 2018).

Esses parâmetros influenciam as Estruturas de oportunidade das coalizões (longo prazo), uma categoria intermediária que se refere a características duradouras da política, como o grau de consenso necessário para mudanças significativas e a abertura do sistema político (Sabatier; Weible, 2007; Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Gabehart; Weible, 2023).

Figura 1 – Fluxograma do *Advocacy Coalition Framework* (ACF)



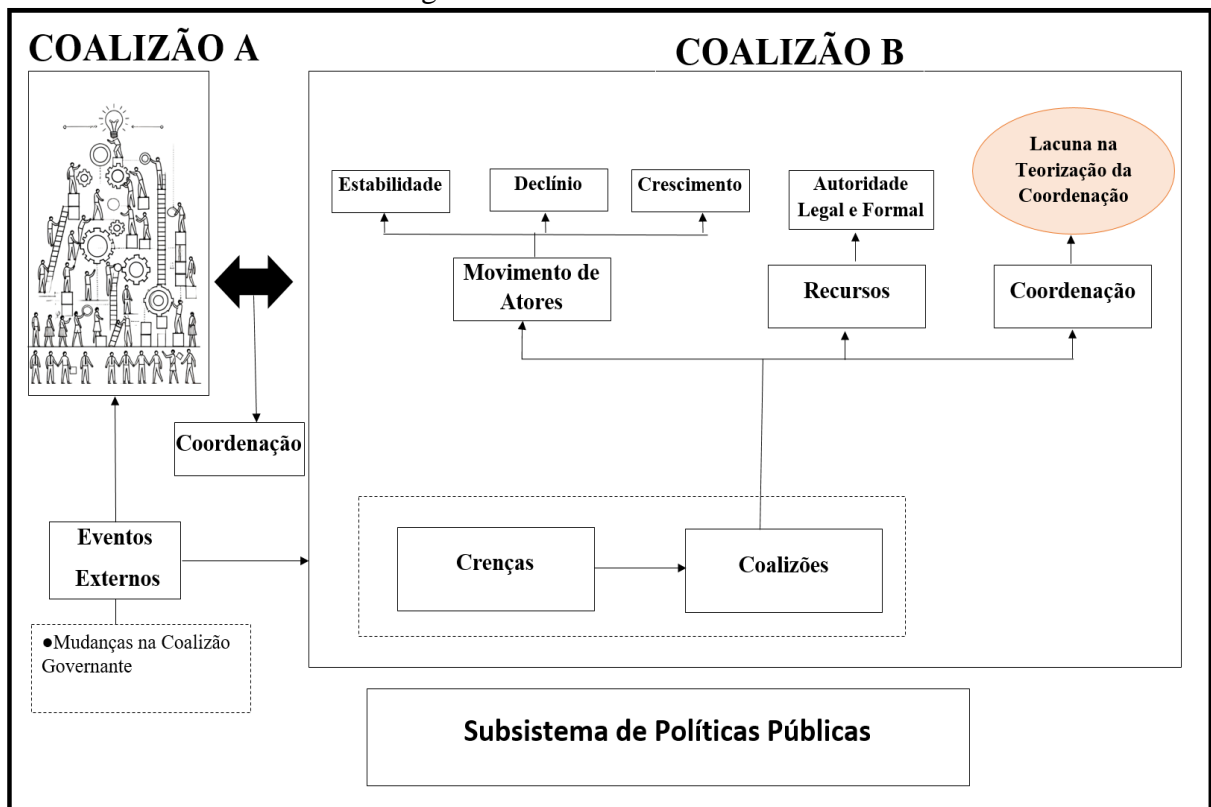
Fonte: Jenkins-Smith *et al.* (2014).

A dinâmica do subsistema é também diretamente afetada por eventos externos (Sabatier; Weible, 2007). Estes são fatores exógenos dinâmicos, como mudanças nas condições socioeconômicas, na opinião pública, na coalizão governante sistêmica e decisões e impactos de outros subsistemas (Sabatier; Weible, 2007; Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Gabehart; Weible, 2023). A influência dos Eventos externos no subsistema é mediada pelas limitações e recursos dos atores do subsistema (curto prazo) (Jenkins-Smith *et al.*, 2018). As mudanças nos eventos dinâmicos (choques externos) fornecem oportunidades de curto prazo para as coalizões explorarem (Jenkins-Smith *et al.*, 2018).

Dentro do Subsistema de políticas públicas, duas ou mais coalizões (A e B) mobilizam estratégias com base em suas crenças e recursos para influenciar as decisões das autoridades governamentais (Pierce *et al.*, 2017; Jenkins-Smith *et al.*, 2018). Essas decisões resultam em regras Institucionais, produções da política e, eventualmente, impactos de política (Sabatier; Weible, 2007; Gabehart; Weible, 2023). O diagrama de fluxo é concluído com um ciclo de retroalimentação (*feedback loop*), em que os produtos e impactos de política se retroalimentam para as crenças e estratégias das coalizões dentro do subsistema e, também, podem influenciar os eventos externos, como a mudança nas condições socioeconômicas (Pierce *et al.*, 2017; Gabehart; Weible, 2023).

Entender como e por que a estabilidade e a mudança de política acontecem é uma questão central na pesquisa de política. No ACF, mudanças nas estruturas das coalizões dentro de um subsistema de políticas podem ser fatores determinantes que provocam mudanças nas próprias políticas públicas (Fischer, 2014; Jenkins-Smith *et al.*, 2014; Sabatier, 1988). A Figura 2 apresenta o modelo teórico que orienta esta investigação.

Figura 2 – Modelo teórico da tese



Fonte: elaborada pelo autor.

No centro do diagrama está o Subsistema de Políticas Públicas, que é a unidade analítica onde se desenvolvem as disputas e interações entre os atores. A partir das crenças, representadas em uma caixa inferior, formam-se as coalizões de defesa. Essas coalizões mobilizam recursos, coordenam-se internamente e externamente e experimentam diferentes movimentos de atores, tais como estabilidade, declínio e crescimento.

Entre os recursos, o modelo destaca especificamente aquele que é investigado pela tese: a Autoridade Legal e Formal, que influencia a atuação das coalizões dentro do subsistema. Acima da caixa “Coordenação”, o modelo apresenta a categoria “Lacuna na Teorização da Coordenação”, que evidencia uma dupla deficiência identificada na literatura. A primeira refere-se ao fato de que o atributo coordenação é reconhecido como subteorizado, pouco operacionalizado e de difícil mensuração. A segunda diz respeito ao tratamento historicamente assimétrico conferido à coordenação, que recebeu menor atenção analítica em comparação às crenças na explicação da estabilidade das coalizões, desequilíbrio que esta tese enfrenta de modo direto.

Essas lacunas têm sido reiteradas por estudos recentes, que apontam que a coordenação permanece “insuficientemente compreendida” (Wesche *et al.*, 2025), apresenta baixa profundidade teórica e empírica (Wesche *et al.*, 2025) e carece de maior refinamento conceitual para distinguir tipos específicos de atividades (Pfeiffer; Henry; Dietz, 2025). Além disso, os autores ressaltam que diversos pressupostos relacionados à ação coletiva e ao funcionamento interno das coalizões continuam subestudados (Nohrstedt; Heinmiller, 2024), o que reforça a persistência dessa fragilidade analítica no escopo do ACF.

O modelo considera também os eventos externos, entre os quais esta pesquisa destaca especificamente as mudanças na coalizão governante, responsáveis por alterar condições institucionais, rearranjar recursos e reconfigurar o equilíbrio entre as coalizões dentro do subsistema. Assim, oportuniza-se demonstrar como as crenças geram coalizões, como coalizões articulam coordenação e recursos. Especialmente, neste contexto, em que a literatura contemporânea demanda maior atenção às formas de coordenação intra e intercoalizões e à observação empírica do uso conjunto de recursos (Nohrstedt; Heinmiller, 2024; Pfeiffer; Henry; Dietz, 2025). Como também observar de que forma os eventos externos interferem nesse processo e como esses elementos podem procurar explicar os movimentos dos atores ao longo do tempo. As variáveis do modelo teórico proposto estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Descrição das categorias do ACF que compõe o modelo teórico

CATEGORIA DO ACF	DESCRIÇÃO
Subsistema de Políticas Públicas	Domínio substantivo de política, delimitado geograficamente, que constitui a unidade central de análise do ACF. É o arranjo estruturado onde atores recorrentes e coalizões de defesa competem para influenciar as decisões ao longo do tempo (Sabatier, 1988, 1993; Sabatier; Jenkins-Smith, 1993; Sabatier; Weible, 2007; Jenkins-Smith <i>et al.</i> , 2018; Gabehart; Weible, 2023).
Coalizão	Agrupamento de atores em um subsistema, que compartilham um sistema de crenças e um grau não trivial de atividades coordenadas. Esses componentes ideacionais e comportamentais são essenciais para atuar e influenciar o processo de políticas públicas (Sabatier, 1988; Sabatier; Jenkins-Smith, 1999; Stritch, 2015; Weible; Ingold, 2018).
Crenças	Conjunto de pressupostos normativos e causais, organizados em hierarquia tripartite (<i>Deep Core</i> , <i>Policy Core</i> e <i>Secondary Beliefs</i>), que define a identidade e orienta a percepção e as estratégias de ação dos atores no subsistema de políticas (Sabatier; Jenkins-Smith, 1999; Weible <i>et al.</i> , 2009; Stritch, 2015; Jenkins-Smith; St Clair, 1993).
Movimentos dos atores políticos	Dinâmicas de mudança e estabilidade na composição das coalizões em um subsistema, refletindo a entrada, saída ou alteração de posição dos atores (Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020). Incluem padrões de Estabilidade (permanência), Crescimento (aparecimento e associação) e Declínio (desaparecimento e dissociação) (Jenkins-Smith <i>et al.</i> , 2014; Weible; Ingold, 2018; Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020).
Evento externo	Perturbações exógenas de nível macro, ocorrendo fora do subsistema, que alteram as restrições, o poder relativo e os recursos dos atores (Sabatier; Weible, 2007; Jenkins-Smith <i>et al.</i> , 2018; Gabehart; Weible, 2023). Incluem a Mudança na Coalizão Governante , que atua como choque sistêmico, redistribuindo o poder decisório e o acesso à autoridade formal (Sabatier, 1988; Jenkins-Smith <i>et al.</i> , 2014).
Recursos	Capacidade e base de poder mobilizadas pelas coalizões para influenciar processos de políticas, sendo um dos atributos centrais do ACF. A Autoridade Legal e Formal é o poder institucionalizado de decisão, recurso essencial para a coalizão dominante (Weible <i>et al.</i> , 2019; Sabatier; Weible, 2007; Jenkins-Smith <i>et al.</i> , 2018).
Coordenação	Componente comportamental essencial da coalizão que articula crenças em ações estratégicas, envolvendo alinhamento, troca de informações e mobilização de recursos para influenciar o subsistema (Sabatier; Jenkins-Smith, 1999; Sabatier; Weible, 2007; Weible; Ingold, 2018). Contudo, a coordenação é subteorizada, pouco operacionalizada e de complexa mensuração empírica (Weible <i>et al.</i> , 2020; Sabatier; Weible, 2019; Wesche <i>et al.</i> , 2025; Pfeiffer; Henry; Dietz, 2025; Nohrstedt; Heinmiller, 2024).

Fonte: elaborado pelo autor.

Diante desse arcabouço conceitual e da necessidade de análise integrada entre coordenação, recursos, movimentos de atores e eventos externos, torna-se necessário aprofundar a compreensão de cada uma dessas dimensões, iniciando pela coordenação no âmbito do ACF, dimensão que desempenha papel central na estruturação e no funcionamento das coalizões.

2.1.1 Coordenação no contexto do ACF

O ACF conceitua a coordenação como um dos atributos estruturantes das coalizões de defesa, ao lado das crenças compartilhadas, dos recursos disponíveis, da estabilidade

organizacional e da presença de atores de política (Weible *et al.*, 2020). Nesse modelo, as coalizões são definidas como agrupamentos de indivíduos situados em diferentes posições institucionais, como funcionários de agências públicas, legisladores, lideranças de grupos de interesse, organizações da sociedade civil e pesquisadores, que compartilham um sistema específico de crenças e engajam-se, de maneira coordenada, em atividades destinadas a influenciar um subsistema de política ao longo do tempo (Sabatier, 1988; Sabatier; Jenkins-Smith, 1999). Assim, a coordenação expressa a tradução prática das crenças em estratégias de ação coletiva, desempenhando função essencial para a atuação continuada e coerente das coalizões (Sabatier; Weible, 2007).

A coordenação cumpre papel fundamental na superação dos desafios inerentes à ação coletiva, permitindo a agregação de comportamentos, esforços e recursos de múltiplas organizações e indivíduos que atuam no interior de um subsistema de política (Sabatier; Weible, 2007). Para que essa agregação seja eficaz, os atores devem identificar aliados estratégicos, articular objetivos convergentes, compartilhar informações e mobilizar recursos. A coordenação constitui o mecanismo que viabiliza essas práticas, fortalecendo a capacidade de ação conjunta e contribuindo para a coesão interna das coalizões ao longo do tempo (Weible *et al.*, 2020). Nesse sentido, ela não apenas reforça a estabilidade das coalizões, mas também condiciona sua capacidade de adaptação, resposta e influência no processo político.

A coordenação manifesta-se por meio de um conjunto amplo de atividades estratégicas, incluindo a circulação e o uso de informações, debates analíticos, narrativas políticas, discursos, ações de *lobby*, negociações em arenas decisórias, articulações formais ou informais, e esforços voltados à influência do processo de tomada de decisão. Tais atividades podem ocorrer tanto em ambientes institucionais presenciais quanto em meios digitais, ampliando o repertório de estratégias disponíveis às coalizões (Pierce *et al.*, 2017; Weible; Sabatier; McQueen, 2009). Pesquisas recentes sugerem, entretanto, que diferentes tipos de atividades coordenativas requerem tipologias mais claras, uma vez que a literatura tende a tratar a coordenação de forma excessivamente homogênea (Pfeiffer; Henry; Dietz, 2025).

A coordenação, entretanto, não é um atributo estático. Sua intensidade, formato e frequência variam conforme mudanças internas às coalizões e fatores externos ao subsistema, revelando seu caráter adaptativo e sua importância nos processos de estabilidade e mudança política (Weible *et al.*, 2020). Embora represente elemento central para o funcionamento das coalizões, sua mensuração e observação empírica têm se mostrado particularmente desafiadoras. Essa dificuldade metodológica motivou sucessivos esforços de

operacionalização, tanto conceitual quanto empírica, ao longo das últimas décadas (Nohrstedt; Heinmiller, 2024; Sabatier, 2007; Schlager, 1995; Weible *et al.*, 2020).

Apesar da sua relevância para a dinâmica das coalizões, a literatura empírica aborda a coordenação, em grande medida, de forma implícita, fragmentada ou marginal, sem sistematizar seus atributos, dimensões e mecanismos operacionais (Pierce *et al.*, 2017; Weible *et al.*, 2020). Mesmo com avanços teóricos significativos após 2007, a coordenação permanece como um dos componentes menos desenvolvidos do ACF, sobretudo quando comparado à robusta tradição de estudos sobre crenças. Wesche *et al.* (2025) observam que os processos subjacentes à coordenação de coalizões permanecem insuficientemente compreendidos. Pfeiffer, Henry e Dietz (2025) reforçam que a literatura se beneficiaria da distinção entre tipos variados de coordenação e de maior atenção à coordenação entre coalizões. Nohrstedt e Heinmiller (2024) destacam que a implementação prática de estratégias conjuntas e o uso coletivo de recursos (*resource pooling*) permanecem amplamente subestudados.

Além disso, Wesche *et al.* (2025) identificam explicitamente que a literatura do ACF carece de profundidade teórica e empírica para explicar como a coordenação influencia crescimento, estabilidade e declínio das coalizões. Esses diagnósticos convergem ao indicar que o conceito ainda é insuficientemente desenvolvido, tanto conceitual quanto metodologicamente, revelando uma lacuna persistente na compreensão da coordenação no ACF.

Essa deficiência analítica evidencia uma lacuna no ACF: embora o modelo reconheça a coordenação como condição indispensável à formação e à manutenção das coalizões, não oferece diretrizes conceituais, categorias estruturadas ou critérios operacionais que permitam descrevê-la e mensurá-la de forma sistemática. A ausência desse detalhamento impõe limites significativos à compreensão dos mecanismos coordenativos e à capacidade explicativa do modelo, sobretudo em estudos empíricos que buscam analisar a dinâmica da coordenação. Nesse contexto, tornou-se necessário, no âmbito desta tese, conduzir uma investigação na literatura especializada em coordenação do ACF e em coordenação de políticas públicas. Essa investigação possibilitou a sistematização atributo de coordenação, por meio da organização de categorias, atributos e conceitos capazes de explicitar suas múltiplas manifestações analíticas e práticas. O resultado configura uma contribuição teórico-metodológica, ao ampliar o potencial explicativo do ACF e oferecer um delineamento detalhado para uma lacuna persistente do modelo em sua aplicação empírica. A sistematização construída, encontra-se apresentada na seção 4.1.

Considerando a centralidade da coordenação para o funcionamento das coalizões e os limites impostos pela insuficiência teórica identificada, torna-se fundamental avançar para a

análise dos demais elementos que sustentam a dinâmica interna e externa das coalizões. Entre esses elementos, destacam-se os recursos, cuja disponibilidade e mobilização moldam a capacidade das coalizões de influenciar processos decisórios. Nesse sentido, a seção 2.2 apresenta a análise do atributo dos recursos no âmbito do ACF, evidenciando seu papel estratégico na sustentação e na atuação das coalizões de defesa.

2.2 Recursos no ACF

No âmbito do ACF, os recursos correspondem à capacidade mobilizável pelos atores de uma coalizão de defesa para influenciar os processos de formulação e implementação de políticas públicas (Weible *et al.*, 2019). Figurando como um dos cinco atributos centrais das coalizões, integram a estrutura conceitual do modelo conforme delineada por seus principais autores (Weible *et al.*, 2019). No diagrama analítico do ACF, os recursos localizam-se entre os “Eventos Externos ao Subsistema” e compõem a categoria dos “Constrangimentos de Curto Prazo e Recursos dos Atores do Subsistema” (Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Weible; Sabatier; McQueen, 2009).

De modo mais específico, os recursos representam a base de poder das coalizões, assumindo-se que coalizões com maior acúmulo de recursos tendem a exercer influência mais expressiva sobre os processos políticos (Weible *et al.*, 2019). O ACF sustenta que a superioridade de recursos está frequentemente relacionada ao controle da política por coalizões dominantes (Sabatier; Weible, 2007). A posse e a mobilização estratégica desses recursos são consideradas fundamentais para a atuação das coalizões, pois permitem decisões táticas e o engajamento em ações voltadas à influência no subsistema de política pública (Jenkins-Smith *et al.*, 2018). Os recursos, portanto, não apenas conferem capacidade de ação, mas também delimitam as possibilidades estratégicas das coalizões, constituindo-se em elemento explicativo da estabilidade ou da mudança nos arranjos de poder no interior dos subsistemas.

A tipologia dos recursos consolidou-se nas revisões do ACF a partir de 2007, sobretudo nas contribuições de Sabatier e Weible (2007), que formalizaram os recursos como atributo estruturante das coalizões. Posteriormente, Jenkins-Smith *et al.* (2018) aprofundaram essa abordagem ao enfatizar o papel dos recursos na explicação da influência das coalizões. Estudos de Nohrstedt (2011), Henry (2011) e Ingold (2011) contribuíram adicionalmente ao explorar a mobilização, a hierarquia e os efeitos dos diferentes tipos de recursos políticos (Jenkins-Smith *et al.*, 2018).

Entre os recursos identificados na literatura clássica do ACF, destacam-se: a autoridade legal e formal, definida como o poder institucional de decidir políticas e considerada um recurso determinante para a configuração de coalizões dominantes (Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Sabatier; Weible, 2007); a informação técnica e expertise, referente ao conhecimento científico e técnico mobilizado nos debates de política (Jenkins-Smith *et al.*, 2018); os recursos financeiros, que sustentam ações estratégicas (Jenkins-Smith *et al.*, 2018); a mobilização de apoio público, relacionada à opinião pública e ao contingente de apoiadores ativáveis (Jenkins-Smith *et al.*, 2018); e a liderança política habilidosa, associada ao papel de empreendedores de política capazes de articular interesses e narrativas (Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Weible *et al.*, 2019).

Embora capacitem a atuação das coalizões, os recursos não operam de modo determinístico. Sua relevância depende do contexto e dos objetivos estratégicos de cada coalizão no interior do subsistema (Weible *et al.*, 2019). Entre os diversos recursos, a autoridade legal e formal assume posição central, tanto por sua recorrência na literatura quanto por seu papel estruturante nas relações de poder. Por influenciar a capacidade decisória, a definição de agendas e a estabilidade institucional, configura-se como recurso cuja análise demanda aprofundamento, desenvolvido na seção subsequente.

2.2.1 Autoridade legal e formal como recurso de coalizão

A autoridade legal e formal é definida como o poder institucionalizado de tomar decisões de política (Jenkins-Smith *et al.*, 2018). Esse recurso passou a integrar a tipologia do ACF na revisão realizada por Sabatier e Weible (2007) e constitui elemento central para a definição da capacidade decisória de uma coalizão dentro do subsistema. Do ponto de vista institucional, a autoridade legal se manifesta na ocupação de posições-chave no governo, como legisladores e executivos dotados de poder de veto.

Coalizões cujos membros ocupam tais posições concentram um recurso fundamental: a capacidade de bloquear ou viabilizar mudanças de política. Atores investidos de autoridade legal atuam como “veto *players*”, cuja concordância é indispensável para qualquer alteração relevante na política vigente (Jenkins-Smith *et al.*, 2018). A operacionalização desse recurso decorre da presença de aliados em postos de autoridade formal no aparato estatal (Jenkins-Smith *et al.*, 2018).

O impacto desse recurso nas dinâmicas do subsistema é expressivo. A autoridade legal constitui elemento definidor da coalizão dominante, caracterizada por deter maior número de aliados em posições de autoridade quando comparada às coalizões minoritárias (Jenkins-Smith

et al., 2018). Um exemplo empírico é o estudo sobre a política de informação pública em Gana, no qual uma coalizão era considerada “no poder” quando alinhada a um partido político detentor da autoridade legal formal necessária à tomada de decisões (Heinmiller; Osei; Danso, 2021; Heinmiller, 2023).

O controle desse recurso também se manifesta na capacidade de impor decisões ou vetar iniciativas. Atores com autoridade legal influenciam diretamente os rumos das políticas, seja por meio de ações executivas, seja pela obstrução legislativa (Jenkins-Smith *et al.*, 2018). No caso sueco, Nohrstedt (2011) demonstrou que a autoridade legal formal foi o recurso mais determinante na configuração do poder entre coalizões, superando outros tipos de recursos (Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Heinmiller, 2023). Sua análise evidenciou que uma coalizão pode obter influência expressiva ao garantir o apoio de atores dotados de autoridade legal.

No contexto brasileiro, especialmente no âmbito do Poder Legislativo Federal, a autoridade legal e formal assume formas específicas de manifestação. A presidência das comissões temáticas e a prerrogativa de requerer audiências públicas configuram recursos particularmente relevantes. Conforme argumenta Oliveira (2022), presidentes da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal exercem influência direta sobre a tramitação e a priorização de pautas legislativas no subsistema ambiental.

Parlamentares que ocupam posições estratégicas como requerentes de audiências públicas também exercem poder significativo sobre a construção das agendas deliberativas e sobre a visibilidade conferida a determinados temas (Oliveira, 2022). Assim, no interior das comissões legislativas, tanto a presidência quanto a prerrogativa de requerer audiências públicas constituem recursos decisivos para a atuação das coalizões nas disputas políticas do subsistema.

Essa compreensão encontra respaldo nos achados de Pachón e Johnson (2016), cujos resultados convergem diretamente com a concepção do ACF ao evidenciar que a presidência de comissões legislativas configura uma posição institucional dotada de autoridade formal relevante. Esse entendimento dialoga com a formulação de Jenkins-Smith *et al.* (2018), segundo a qual a autoridade legal formal é o recurso mais determinante na distribuição de poder entre coalizões, por conferir a certos atores a capacidade de bloquear, viabilizar ou direcionar mudanças de política. Dessa convergência analítica decorre que posições institucionais estratégicas, como a presidência das comissões e o exercício efetivo de iniciar audiências públicas, operam como expressões concretas de autoridade formal, funcionando simultaneamente como mecanismos de controle de agenda, de ampliação da capacidade de intervenção e de reforço das assimetrias de poder no subsistema ambiental.

Considerando a influência decisiva dos recursos na capacidade de ação das coalizões, torna-se necessário avançar para a análise de fatores externos que, embora situados fora do controle direto dos atores do subsistema, moldam de maneira profunda as dinâmicas políticas internas. Nesse sentido, a seção 2.3 examina o papel dos eventos externos no ACF, destacando como perturbações exógenas podem alterar equilíbrios, reconfigurar coalizões e influenciar trajetórias de políticas públicas.

2.3 Eventos externos no ACF

Os eventos externos, no contexto do ACF, são definidos como perturbações significativas que ocorrem fora das fronteiras territoriais e/ou temáticas de um subsistema de política específico (Weible; Nohrstedt, 2012). Esses eventos constituem componentes exógenos que operam em nível macro, influenciando oportunidades e barreiras à mudança de política e afetando, de maneira decisiva, os resultados do subsistema (Jenkins-Smith *et al.*, 2014). A premissa central do ACF sustenta que a mudança de política resulta da interação entre parâmetros robustos do sistema político, eventos externos, restrições, recursos e características das coalizões de defesa em competição (Jenkins-Smith *et al.*, 2014; Sabatier, 1988; Sabatier; Jenkins-Smith, 1993).

Na dinâmica dos subsistemas, os eventos externos funcionam como choques que podem desestabilizar equilíbrios previamente estabelecidos (Sabatier; Weible, 2007). Seu impacto é particularmente expressivo porque podem alterar as restrições, o poder relativo e os recursos, como autoridade legal, apoio público e liderança, das coalizões em disputa (Jenkins-Smith *et al.*, 2018). Os eventos externos podem fortalecer, enfraquecer ou dividir coalizões, funcionando como catalisadores capazes de ampliar ou reduzir sua influência e, em muitos casos, induzir mudanças políticas substanciais (Mohammadi; Khabbazan, 2022).

Como discutido na pesquisa de Sandström, Morf e Fjellborg (2021), eventos externos podem levar os atores a identificar novas oportunidades de atuação ou a reconhecer a reorganização de alianças como uma resposta estratégica às mudanças no ambiente político. Esses autores destacam que os eventos externos tendem a modificar incentivos e projeções dos envolvidos, o que pode estimular movimentos de aproximação, recomposição ou migração entre coalizões, na busca por preservar influência ou adequar suas ações às novas condições do subsistema.

A literatura destaca como eventos externos as alterações nas condições socioeconômicas, mudanças na opinião pública, mudanças na coalizão governante e impactos

provenientes de outros subsistemas de política (Jenkins-Smith *et al.*, 2014; Sabatier; Weible, 2007). Considerando que esta pesquisa examina os movimentos de entrada, permanência e saída de atores nas coalizões, a mudança na coalizão governante é tratada como um evento externo capaz de oferecer indícios relevantes para a compreensão dessas dinâmicas. Essa perturbação institucional pode alterar condições do subsistema e contribuir para a interpretação dos ajustes observados na configuração das coalizões ao longo do período analisado.

2.3.1 Mudança na coalizão governante como evento externo

A mudança na coalizão governante configura-se como um evento externo capaz de desestabilizar o subsistema de política (Capelari *et al.*, 2020; Jenkins-Smith; Sabatier, 1994). Esse tipo de evento constitui uma condição crítica para mudanças significativas em políticas públicas (Lee; Choi; Lee, 2022; Munro, 1993) e pode alterar substancialmente o balanço de poder entre coalizões, criando oportunidades de curto prazo para transformações profundas (Hoe; Weiger; Cohen, 2021; Sabatier, 1988). A ascensão de uma nova elite política ao poder pode modificar a narrativa oficial da política e redistribuir recursos estratégicos (Capelari *et al.*, 2020; Hunter; Power, 2019).

Essa mudança pode produzir efeitos profundos nos incentivos institucionais, nos recursos disponíveis, nas arenas decisórias e nas prioridades do subsistema. A nova coalizão governante obtém acesso a vários recursos, entre eles alguns de autoridade formal (Sabatier; Weible, 2007) e passa a ocupar posições estratégicas no executivo (Capelari *et al.*, 2020).

Assim, pode reconfigurar estruturas organizacionais e alterar o posicionamento de agentes públicos conforme sua orientação política (Capelari *et al.*, 2020). Além disso, pode assumir o controle de informações técnicas essenciais, utilizando-as para moldar a opinião pública essas transformações alteram a estrutura de oportunidade das coalizões (Kim, 2012).

As mudanças no comando político também podem desencadear recomposições significativas no interior do subsistema. A redistribuição de poder impulsiona atores a reavaliarem sua posição relativa, podendo levar as coalizões governantes a promoverem a desmobilização da participação social (Capelari *et al.*, 2020) por meio da extinção de conselhos ou comitês (Soares, 2019). Coalizões derrotadas ou minoritárias podem buscar realinhamentos políticos (Capelari *et al.*, 2020), estabelecer novas alianças ou mesmo promover a saída estratégica de membros (Jenkins-Smith; St. Clair; Woods, 1991) a fim de se adaptar às novas condições de poder.

Quando a coalizão dominante perde apoio no Executivo, eleva-se a probabilidade de mudanças significativas na política pública (Nakrošis; Barcevičius; Vilpišauskas, 2015). Esse efeito decorre da redistribuição dos recursos políticos, mecanismo central por meio do qual a mudança de regime produz impactos profundos nas dinâmicas do subsistema e favorece a entrada, saída ou reposicionamento de atores.

Entre as reconfigurações resultantes da mudança na coalizão governante, a posição ideológica do Executivo Federal desempenha papel decisivo ao redefinir prioridades, incentivos e arenas de decisão. A orientação ideológica dos atores que passam a ocupar posições centrais influencia a definição de agendas, a mobilização de recursos estatais e o grau de abertura institucional às diferentes coalizões (Weible; Sabatier, 2007; Capelari *et al.*, 2020). Assim, o exame da posição ideológica torna-se relevante para compreender como a mudança na coalizão governante redefine o contexto estratégico do subsistema.

Diante da relevância das mudanças institucionais e ideológicas decorrentes da alternância de governo, é necessário examinar como essas transformações se refletem no contexto brasileiro. O subsistema ambiental, que constitui o lócus desta pesquisa, é particularmente sensível a essas variações, uma vez que a posição ideológica do Executivo influencia a configuração das coalizões e molda oportunidades, restrições e disputas entre os atores que nele atuam. A seção a seguir apresenta essa variável e discute seus efeitos sobre a dinâmica da coalizão analisada.

2.4 Movimento dos atores, mudança e estabilidade das coalizões no ACF

No contexto das coalizões de defesa, a mudança e a estabilidade nos subsistemas de políticas públicas podem ser examinadas a partir de diferentes perspectivas analíticas, tais como crenças, recursos e atores. Cada uma dessas dimensões oferece um ângulo específico para compreender como a estabilidade e a mudança se manifestam e se articulam ao longo dos processos de formulação e implementação de políticas (Sabatier; Jenkins-Smith, 1993).

No âmbito do ACF, a estabilidade e a mudança das crenças variam conforme sua posição na hierarquia tripartite. As crenças do núcleo profundo tendem a apresentar elevado grau de estabilidade; as crenças do núcleo de políticas podem sofrer mudanças moderadas a partir de processos de aprendizagem e choques externos; e as crenças secundárias são mais flexíveis e sujeitas a alterações frequentes (Jenkins-Smith *et al.*, 2014; Weible; Sabatier; McQueen, 2009).

A perspectiva dos recursos das coalizões, como a autoridade legal e formal; informação técnica e expertise; os recursos financeiros; e a mobilização de apoio público (Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Sabatier; Weible, 2007), é uma dimensão essencial para compreender como estabilidade e mudança se processam no interior das coalizões de defesa. A redistribuição ou reconfiguração desses recursos constitui fator crítico que pode tanto desencadear a mudança quanto reforçar a estabilidade das coalizões (Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020).

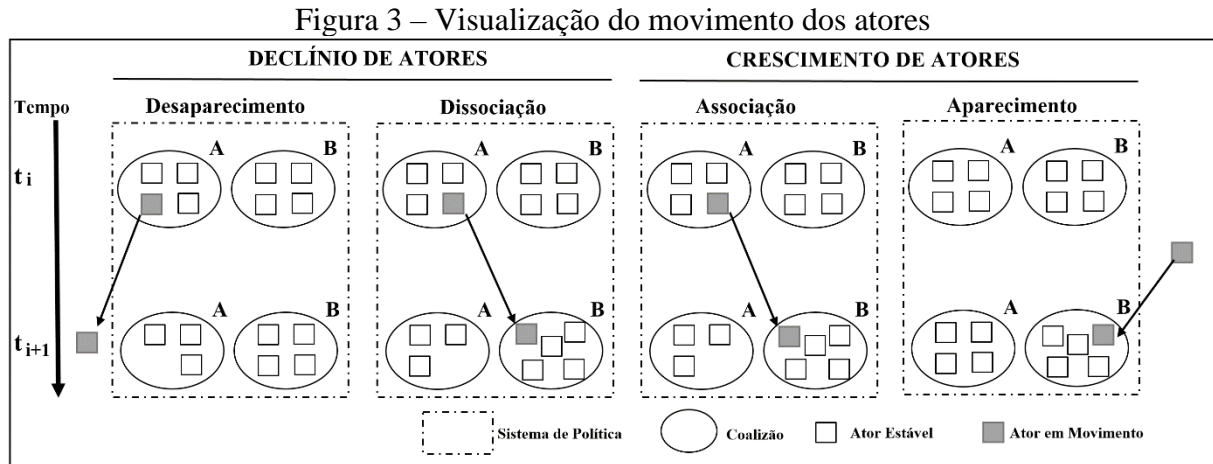
O foco deste estudo recai, entretanto, sobre a mudança e a estabilidade dos atores, compreendidas a partir da análise dos movimentos de atores, isto é, das dinâmicas pelas quais indivíduos e organizações entram, saem ou alteram suas posições dentro de coalizões de um subsistema ao longo do tempo (Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020). A estabilidade, nesse contexto, é caracterizada pelo envolvimento contínuo dos mesmos atores, indicando elevado grau de coesão e alinhamento em torno de crenças e objetivos comuns (Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020; Weible; Ingold, 2018). Tal estabilidade é frequentemente associada à consistência das crenças que estruturam a coalizão (Jenkins-Smith *et al.*, 2014) e pode sinalizar sua resiliência para permanecer influente e relevante nos processos de formulação e implementação de políticas.

Em contraposição, a mudança ocorre quando novos atores ingressam no subsistema, quando atores existentes se retiram ou quando alteram suas alianças e posições (Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020). A análise desses movimentos revela como as coalizões se transformam ao longo do tempo, evidenciando dinâmicas de poder que moldam a configuração e o comportamento das coalizões de defesa. Os autores Schmid, Sewerin e Schmidt (2020) classificam tais movimentos em cinco categorias: desaparecimento e dissociação, associados ao declínio; aparecimento e associação, relacionados ao crescimento; e estabilidade.

O desaparecimento ocorre quando indivíduos ou organizações deixam de participar do subsistema, enquanto o aparecimento corresponde à entrada de novos atores, frequentemente motivada por oportunidades emergentes ou mudanças institucionais. A dissociação caracteriza a saída de um ator de sua coalizão original, ao passo que a associação representa o movimento inverso, sua entrada em uma nova coalizão. A estabilidade, por sua vez, constitui elemento central na configuração das coalizões e refere-se à permanência de atores ao longo do tempo, mantendo compromissos ideológicos, estratégicos e comportamentais (Baumgartner; Jones, 2009; Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020).

A combinação desses movimentos – aparecimento, associação, dissociação, desaparecimento e estabilidade – permite delinear processos de crescimento, declínio e consolidação das coalizões, oferecendo um quadro abrangente da evolução dos subsistemas de

políticas (Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020). A Figura 3 ilustra tais movimentos entre os tempos t_i e t_{i+1} , destacando a simultaneidade entre dissociação e associação quando um ator migra de uma coalizão para outra.



O Quadro 2 sintetiza essa tipologia, consolidando definições conceituais e autores de referência. Os movimentos de aparecimento, associação, dissociação e desaparecimento representam expressões de mudança que afetam diretamente a composição e o equilíbrio de poder das coalizões, enquanto a estabilidade reflete sua continuidade interna e consistência ideológica. A articulação entre esses processos é fundamental para compreender como as coalizões se mantêm, se transformam e influenciam políticas públicas ao longo do tempo.

Quadro 2 – Movimentos dos atores nas coalizões de defesa

Conceito	Descrição	Autores
Movimento de Atores	Refere-se às dinâmicas de entrada, saída, realocação ou permanência de indivíduos e organizações nas coalizões de defesa, refletindo processos de mudança e estabilidade na composição das coalizões ao longo do tempo.	Schmid, Sewerin e Schmidt (2020); Weible e Ingold (2018); Jenkins-Smith <i>et al.</i> (2014)
Subcategorias		
Aparecimento	Entrada de novos atores em uma coalizão de um subsistema de políticas.	Schmid, Sewerin e Schmidt (2020)
Associação	Ocorre quando um ator deixa a coalizão A e passa a integrar a coalizão B. Na perspectiva da coalizão B, trata-se de um ganho de membro e de reforço da base de apoio.	
Dissociação	Movimento complementar à associação: quando um ator sai da coalizão A para integrar a coalizão B. Na perspectiva da coalizão A, representa a perda de um membro e enfraquecimento relativo.	
Desaparecimento	Saída de atores do subsistema, quando organizações ou indivíduos deixam de participar ativamente das disputas de políticas públicas.	
Estabilidade	Permanência contínua dos mesmos atores em uma coalizão ao longo do tempo	

Fonte: elaborado pelo autor.

A compreensão desses movimentos oferece a base necessária para integrar, de forma analiticamente consistente, os elementos que estruturam o funcionamento das coalizões no ACF. Tal integração é fundamental para explicar como coordenação, recursos, mudanças nos atores e eventos externos se articulam, influenciam-se mutuamente e moldam a dinâmica política em contextos complexos. Nesse sentido, a seção 2.5 aprofunda essa articulação, discutindo desafios persistentes e os progressos recentes na literatura ao analisar conjuntamente essas dimensões.

2.5 Coordenação, recursos, movimento de atores e eventos externos das coalizões no ACF: desafios e progressos

A composição das coalizões pode se manter estável ou sofrer transformações ao longo do tempo, produzindo padrões de movimento dos atores como estabilidade, declínio, crescimento, dissociação, desaparecimento, surgimento e associação (Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020). A literatura clássica do ACF enfatiza as crenças como elemento central para a manutenção da coesão interna das coalizões (Sabatier; Jenkins-Smith, 1993; Weible; Sabatier; McQueen, 2009). Entretanto, estudos recentes indicam que esses padrões de movimento não podem ser explicados apenas pela dimensão das crenças, evidenciando a necessidade de ampliar a compreensão sobre mecanismos coordenativos, recursos e eventos externos (Nohrstedt; Heinmiller, 2024; Weible *et al.*, 2020; Weible; Olofsson; Heikkila, 2023). Nesse sentido, a articulação entre coordenação, recursos e eventos externos emerge como dimensão essencial para explicar a estabilidade e a mudança nas coalizões.

A persistência de desafios teóricos e metodológicos na aplicação do ACF relaciona-se especialmente à subteorização da coordenação. Embora reconhecida como atributo estruturante das coalizões, a coordenação tem sido tratada de forma secundária, com predominância de estudos voltados às crenças (Weible *et al.*, 2020). Evidências recentes aprofundam essa lacuna. Pfeiffer, Henry e Dietz (2025) demonstram que o tratamento multidimensional da coordenação é raro. Wesche *et al.* (2025) indicam que os mecanismos subjacentes permanecem insuficientemente compreendidos. Nohrstedt e Heinmiller (2024) observam que premissas fundamentais seguem pouco testadas empiricamente. Osei-Kojo (2023) reforça que a estabilidade, dimensão essencial do ACF, necessita de investigação mais aprofundada em sua relação com coordenação e redes de interação. Soma-se a isso o fato de que níveis variados de coordenação, desde trocas de informação até ações conjuntas e estratégias integradas (Stritch, 2015), ainda carecem de estudos sobre implementação prática (Nohrstedt; Heinmiller, 2024).

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender a coordenação como processo dinâmico estruturado por múltiplas dimensões analíticas. Ao promover coesão entre os membros, ela favorece a troca de informações, a realização de atividades conjuntas e a partilha de recursos (Sabatier; Weible, 2019), sustentando a estabilidade por meio do alinhamento entre crenças, objetivos e estratégias. Evidências empíricas reforçam esse entendimento: o estudo de Corrêa *et al.* (2025) sobre a cadeia do cacau revela que arranjos coletivos e associativos funcionam como expressões concretas de coordenação, facilitando acesso à tecnologia, crédito e mercados, especialmente quando práticas sustentáveis mobilizam recursos epistêmicos e demandam políticas públicas para ajustar parâmetros de longo prazo.

A estabilidade em políticas públicas, segundo Baumgartner e Jones (2009), depende da existência de padrões consistentes de coordenação. Em contrapartida, fragilidades coordenativas comprometem a capacidade de resposta conjunta às mudanças no ambiente político. Isso se articula diretamente às dinâmicas de mudança das coalizões, já que transformações podem ocorrer pela entrada de novos membros, movimentos de aparecimento e associação, ou pela saída de membros, movimentos de desaparecimento e dissociação (Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020). Assim, os padrões de movimento dos atores constituem indicador fundamental de mudança ou estabilidade e sua relação com a coordenação permanece insuficientemente explorada na literatura.

Embora o ACF reconheça a centralidade da coordenação na formação e dinâmica das coalizões, sua integração plena ao modelo encontra limites importantes, sobretudo na operacionalização desse conceito em estudos empíricos. Em seu estudo, os autores Sabatier e Weible (2019) ressaltam que sua mensuração é metodologicamente complexa e requer refinamento conceitual capaz de incorporar suas múltiplas dimensões e efeitos sobre estabilidade e mudança. Nesse cenário, os recursos assumem papel determinante: a autoridade legal e formal, por exemplo, confere poder decisório e legitimidade aos atores, fortalecendo a coordenação ao permitir a formalização de regras, compromissos e mecanismos de governança. Sua posse, ou perda, altera diretamente o equilíbrio de poder e os limites de atuação das coalizões.

Entre os eventos externos previstos pelo ACF, a mudança na coalizão governante destaca-se por reconfigurar o conjunto de autoridades que controla recursos institucionais e legais, redefinindo oportunidades políticas e incentivos para ação coletiva. Essa redistribuição favorece determinadas coalizões e fragiliza outras, desencadeando movimentos de crescimento, declínio e realinhamento conforme recursos e legitimidade são redistribuídos no subsistema. A consideração desses eventos é crucial para distinguir os efeitos próprios da coordenação,

permitindo identificar condições estruturais que alteram coalizões independentemente das dinâmicas internas (Wilkes-Allemand; Tschannen; Lieberherr, 2020; Zhou *et al.*, 2021).

Assim, a articulação entre coordenação, recursos e eventos externos possibilita uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de estabilidade e mudança no ACF. Enquanto a autoridade legal e formal oferece os meios institucionais para sustentar a atuação coletiva, a mudança governamental redefine as condições estruturais sob as quais as coalizões operam. Em conjunto, esses elementos moldam padrões de permanência, crescimento e transformação dentro do subsistema. A literatura recente sugere que o avanço teórico do ACF depende de incorporar de maneira mais profunda a coordenação às análises dos movimentos dos atores – estabilidade e mudança – superando a predominância explicativa dada às crenças.

A articulação entre coordenação, recursos e eventos externos reforça, portanto, a existência de uma lacuna científica no ACF, especialmente no que se refere à compreensão e à operacionalização da coordenação. Em razão dessa insuficiência teórica e empírica, tornou-se necessário, nesta tese, realizar investigação aprofundada sobre a literatura especializada em coordenação no ACF na política pública ambiental do Brasil. Esse exame propicia sistematizar categorias, atributos e conceitos capazes de explicitar as diferentes manifestações da coordenação, suprimindo uma deficiência central do modelo. A sistematização produzida encontra-se apresentada na seção 4.1.

Considerando esse esforço de síntese e aprimoramento conceitual, torna-se fundamental situar a análise no contexto empírico no qual essas dimensões serão examinadas. Nesse sentido, a seção 2.6 introduz o subsistema da agenda verde, destacando suas características estruturais, temas centrais e relevância explicativa para compreender as coalizões, disputas e dinâmicas analisadas ao longo do estudo.

2.6 Subsistema de Agenda Verde

A análise das políticas ambientais brasileiras pode ser estruturada a partir de três agendas centrais (marrom, azul e verde) conforme delineado por Araújo (2013). A agenda marrom concentra-se nos problemas ambientais urbanos e industriais, priorizando a mitigação de impactos associados à poluição atmosférica, ao saneamento básico e à gestão de resíduos sólidos. Esse eixo enfatiza instrumentos regulatórios voltados ao controle de emissões e ao ordenamento territorial. A agenda azul, por sua vez, refere-se à governança dos recursos hídricos e ao uso sustentável das águas, tendo sido fortalecida pela Lei de Recursos Hídricos e

pela criação da Agência Nacional de Águas (ANA), que estruturalmente reorientaram a gestão de bacias hidrográficas no país.

O foco desta pesquisa, entretanto, recai sobre a agenda verde brasileira, cuja preocupação central é a conservação da biodiversidade, dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável. Estruturada a partir dos marcos estabelecidos na Rio-92, essa agenda destaca ações de preservação de florestas, fauna e flora, com ênfase recorrente no combate ao desmatamento (Pinheiro; Araújo, 2023). Entre seus instrumentos fundamentais, incluem-se a criação de Unidades de Conservação (UCs) e políticas voltadas à sustentabilidade de longo prazo. Conforme Araújo (2013), o subsistema da agenda verde é composto por múltiplas coalizões de defesa articuladas em torno da proteção da biodiversidade, envolvendo governos, organizações não governamentais, pesquisadores e outros atores cuja ação converge para a promoção da conservação ambiental.

Historicamente, observa-se forte centralização no governo federal, expressa na criação de instituições como o Serviço Florestal (1921), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (1989) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (2007), responsável pela gestão das Unidades de Conservação. Nesse subsistema, quatro coalizões de defesa assumem relevância: Tecnocratas Esclarecidos, Socioambientalistas, Desenvolvimentistas Modernos e Desenvolvimentistas Tradicionais (Araújo, 2013). Essas coalizões distinguem-se por crenças sobre a natureza, justiça distributiva, uso de recursos naturais, papel do Estado, conhecimentos legítimos, processos decisórios e prioridades de política.

O Quadro 3 apresenta, de forma comparativa, as crenças centrais (*Deep Core*) e as núcleo de políticas (*Policy Core*) das quatro coalizões, permitindo visualizar diferenças estruturantes entre elas.

Quadro 3 – Comparativo: crenças centrais e políticas das coalizões de defesa do Subsistema da Agenda Verde

Dimensões / Crenças	Tecnocratas Esclarecidos	Socioambientalistas	Desenvolvimentistas Modernos	Desenvolvimentistas Tradicionais
Frase-Símbolo	"eu defendo a proteção ambiental e acredito nos técnicos".	"eu acredito que as questões ambiental e social caminham juntas" (ou "saudades de Chico Mendes" ou "vamos discutir isso democraticamente?").	"eu tenho preocupações ambientais e acredito no mercado".	"eu quero crescimento econômico à moda antiga".

(Continua)

(Continuação)

Dimensões / Crenças	Tecnocratas Esclarecidos	Socioambientalistas	Desenvolvimentistas Modernos	Desenvolvimentistas Tradicionais
DC2: Justiça Distributiva	Foco na equidade intergeracional.	Foco na equidade intrageracional e intergeracional.	Preocupação sobretudo com a equidade intrageracional e, em menor grau, com a intergeracional.	Baixa preocupação com a equidade ou preocupação com a equidade intrageracional.
DC3: Recursos Naturais	Foco na preservação, por vezes com abertura para o equilíbrio entre preservação e uso sustentável.	Foco na conciliação entre uso sustentável e preservação.	Foco claro no uso sustentável dos recursos naturais.	Tendência ao utilitarismo puro (vistos como meros insumos do processo produtivo).
DC4: Conhecimento como Valor	Priorização do conhecimento técnico-científico.	Priorização do saber tradicional e dos aspectos culturais, isoladamente ou em conjunto com conhecimentos técnico-científicos.	Priorização do conhecimento técnico-científico, algumas vezes em conjunto com o saber tradicional e os aspectos culturais.	Desconsideração do conhecimento como valor.
DC5: Intervenção do Estado	Intervenção do Estado deve ser priorizada em relação aos mecanismos de mercado (Defesa de um Estado vigoroso).	Intervenção do Estado deve ser priorizada em relação aos mecanismos de mercado.	Mecanismos de mercado devem ser sempre priorizados em relação à intervenção do Estado.	Defesa de um Estado com presença marcante no fomento às iniciativas privadas (não na política ambiental).
DC6: Governo e Democracia	Foco em decisões governamentais efetivadas por uma elite dirigente (Estado mais vigoroso do que democrático).	Ênfase nos processos democráticos e participativos das decisões estatais.	Defesa de decisões governamentais efetivadas por autoridades competentes junto a grupos selecionados da sociedade civil.	Foco exclusivo ou priorização de decisões governamentais efetivadas por uma elite dirigente, com desconsideração da participação da sociedade civil.
PC4: Controle da Degradação/ Desmatamento	Foco exclusivo ou priorização do reforço da fiscalização e controle, e das sanções.	Conciliação entre fomento a atividades ambientalmente sustentáveis e à fiscalização e controle.	Foco exclusivo ou priorização do fomento a atividades ambientalmente sustentáveis.	O controle não deve inviabilizar as atividades econômicas.
PC10: Criação de Unidades de Conservação (UCs)	Prioridade para áreas de proteção integral.	Prioridade para o equilíbrio entre os dois grupos de UCs (Uso Sustentável e Proteção Integral).	Prioridade para o uso sustentável.	Oposição à criação de ambos os grupos de UCs.

Fonte: Araújo (2013).

Os Tecnocratas Esclarecidos tendem a focar na proteção ambiental e no preservacionismo, utilizando o conhecimento técnico-científico e a ação vigorosa do Estado. Os Socioambientalistas possuem uma visão integradora, buscando o equilíbrio entre as questões ambientais (equidade intergeracional) e sociais (equidade intrageracional). Eles valorizam

fortemente a participação democrática. Os Desenvolvimentistas Modernos buscam incorporar preocupações ambientais, mas priorizam os mecanismos de mercado e o uso sustentável dos recursos naturais. Os Desenvolvimentistas Tradicionais são a coalizão mais alinhada à oposição às regras ambientais, manifestando uma visão puramente antropocêntrica e utilitarista (Araújo, 2013).

A partir dessa tipologia, torna-se possível compreender a diversidade de crenças que orienta as coalizões no interior da agenda verde e, sobretudo, como esses grupos mobilizam diferentes concepções de desenvolvimento, participação e proteção ambiental para disputar influência no processo decisório. Essa compreensão é essencial para avançar à análise da dinâmica concreta dessas coalizões, suas estratégias e padrões de atuação no período investigado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo está organizado em cinco seções principais, estruturadas de forma a apresentar os procedimentos metodológicos adotados para examinar como a coordenação, os recursos políticos (com ênfase na autoridade legal e formal) e os eventos externos (mudança nas coalizões governantes) influenciam os movimentos dos atores no subsistema nacional da agenda verde brasileira no período de 2012 a 2021.

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, apropriada para examinar fenômenos complexos, contextualizados e permeados por múltiplas camadas interpretativas, conforme recomendam Gil (2019) e Vergara (2016). Além disso, incorpora a orientação de Seawright (2016), que sistematiza o uso de desenhos multimétodo para integrar procedimentos qualitativos e quantitativos. Quanto aos seus objetivos, trata-se de uma investigação descritivo–explicativa. É descritiva porque busca caracterizar detalhadamente os movimentos dos atores políticos, padrões de coordenação, recursos de coalizão e eventos externos no subsistema da agenda verde. É explicativa porque procura compreender como e por quais mecanismos esses elementos interagem ao longo do tempo, influenciando a estabilidade, a mudança e a reconfiguração das coalizões de defesa no contexto analisado (Gil, 2019; Vergara, 2016).

O delineamento metodológico adotado corresponde a um estudo de caso (Stake, 2000), orientado pela lógica de investigação aprofundada de um subsistema específico da política ambiental brasileira. A pesquisa concentra-se na agenda verde do Brasil, delimitada, conforme estabelecido no referencial teórico, nas duas principais arenas institucionais de debate e deliberação sobre temas ambientais no Congresso Nacional: a CMADS, da Câmara dos Deputados, e a CMA, do Senado Federal. Essas comissões configuram um lócus empírico privilegiado para observar a atuação dos atores políticos, suas interações, disputas, mecanismos de coordenação e padrões de movimento no interior do subsistema.

A escolha desse recorte fortalece a coerência analítica do estudo, pois permite examinar, em profundidade, processos, relações causais e dinâmicas político-discursivas que caracterizam a formação, a estabilidade e a transformação das coalizões de defesa ao longo do período analisado. Ao focalizar as audiências públicas registradas nas notas taquigráficas produzidas pela CMADS e pela CMA, o estudo de caso viabiliza a análise sistemática das interações entre atores governamentais e não governamentais, preservando a densidade contextual e a

complexidade própria do subsistema investigado. Segundo Yin (2015), estudos de caso são particularmente adequados quando se busca responder a perguntas do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador não controla os eventos investigados e quando o fenômeno se encontra imerso em seu contexto real, condições que caracterizam precisamente esta investigação.

Do ponto de vista lógico, o estudo apresenta orientação dedutiva, pois parte de referenciais teóricos consolidados, especialmente o ACF, para interpretar o material empírico. O ACF constitui o modelo central de análise utilizado para identificar coalizões, descrever seus atributos e examinar os mecanismos pelos quais coordenação, recursos e eventos externos influenciam a atuação dos atores políticos no subsistema.

O estudo adota um delineamento misto, sequencial por seis etapas, detalhadas na Seção 3.3, com recorte longitudinal, alinhado às recomendações de Sabatier (1988) para estudos que abrangem ao menos uma década, permitindo captar ciclos de formulação, implementação e revisão de políticas. A segmentação temporal segue o modelo proposto por Oliveira (2022), fundamentado nas mudanças na coalizão governante. Em seu estudo, a autora identifica três fases: (i) governo Dilma Rousseff (2012–2016), (ii) governo Michel Temer (2016–2018) e (iii) governo Jair Bolsonaro (2019–2021).

3.2 *Corpus de dados*

Esta pesquisa possui dois corpus de dados, o primeiro é composto por 41 notas taquigráficas de audiências públicas realizadas na CMADS e na CMA (4.912.450 caracteres), abrangendo o período delimitado para análise. As notas reúnem integralmente as manifestações dos participantes e constituem a base empírica central do estudo. Essas notas correspondem ao conjunto documental identificado e utilizado por Oliveira (2022), o qual foi incorporado integralmente como corpus desta pesquisa.

Também fazem parte do corpus de dados analisado neste estudo, o qual compõe o acervo de Oliveira (2022), uma planilha com os trechos de fala codificados, sem a identificação do ator individual, que contém 536 trechos de notas taquigráficas previamente codificados, extraídos das 41 audiências públicas; outra planilha com a identificação dos atores coletivos de cada coalizão de defesa presente no subsistema da agenda verde nacional brasileira por fase; e, uma planilha com informações pessoais de cada ator individual.

Ademais, foram consultados os Diários da Câmara dos Deputados e os Relatórios da Presidência do Senado Federal, bem como realizados levantamentos nos sites oficiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em junho de 2025, totalizando 10 arquivos

(10.026.752 caracteres) e 1 vídeo (duração de 1h07min), com o propósito de reunir informações institucionais complementares, especialmente aquelas referentes à composição das presidências das comissões ambientais ao longo do período analisado (2012–2021). Os dados dos links acessados estão disponíveis no repositório Zenodo (<https://doi.org/10.5281/zenodo.17857259>) no arquivo “1_Apendice_fonte_recusos”.

O segundo corpus de dados é composto por 7 notas taquigráficas (1h33min de áudios e 104.860 caracteres), selecionadas por critérios de coerência temática e pertinência à agenda verde, conforme definição de Araújo (2013). Essas audiências tratavam de proteção do bioma Mata Atlântica ou da gestão de florestas públicas para produção sustentável, sendo duas audiências de 2012, três de 2016 e duas de 2019, conforme Apêndice B.

Este segundo corpus de dados foi utilizado unicamente para análise complementar dos atores coletivos que foram classificados simultaneamente em duas coalizões durante a mesma fase governamental. Foram identificados, na Fase 1, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), na Fase 2, Embrapa, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), outros casos), e, na Fase 3, outros casos.

3.3 Instrumentos de pesquisa

Para garantir a aderência entre os objetivos específicos e os procedimentos analíticos adotados, os instrumentos de pesquisa foram organizados em seis etapas. Na primeira etapa, realizou-se uma revisão de literatura de escopo voltada à compreensão da lacuna de pesquisa desta tese, especialmente no que se refere à dimensão de coordenação no âmbito do ACF. Para essa etapa, adotou-se a metodologia de revisão sistemática proposta por Kitchenham (2004, 2007) e por Petticrew e Roberts (2006), operacionalizada por meio da plataforma *online* Parsifal (*Process for Academic Research Systematization: Framework for Literature*), desenvolvida para organizar e executar revisões de forma padronizada.

A plataforma fundamenta-se nas diretrizes clássicas de Kitchenham (2004, 2007) e de Petticrew e Roberts (2006), estruturando o processo de revisão em três fases principais, as quais compreendem: (i) o planejamento da revisão, no qual se definem a pergunta de pesquisa, o protocolo e os critérios de seleção; (ii) a condução da revisão, que abrange a execução das buscas, a triagem e a extração sistemática dos dados; e (iii) o relato da revisão, responsável por apresentar de forma transparente os procedimentos adotados e os resultados obtidos (Kitchenham, 2004, 2007; Petticrew; Roberts, 2006).

Na segunda etapa, dedicada à análise dos movimentos dos atores políticos (Objetivo 1), empregou-se um conjunto articulado de instrumentos, todos disponíveis no repositório zenodo < <https://doi.org/10.5281/zenodo.17857259> >. A planilha “1_Anexo_CrençasIndividuais” com as crenças individuais dos 203 atores individuais reúne a codificação categórica dos indivíduos, estruturada segundo as crenças identificadas nas 41 notas taquigráficas, conforme Oliveira (2022). A partir desta identificação individual, e fundamentado em Schmid, Sewerin e Schmidt (2019), foi possível acompanhar variações longitudinais relativas à presença, entrada, saída, associação, dissociação e estabilidade dos atores no subsistema foram identificados os movimentos dos atores individuais entre as três fases governamentais.

A planilha “3_Apendice_CategorizaçãoIndividual” reúne a codificação categórica dos indivíduos, estruturada segundo as crenças identificadas nas 41 notas taquigráficas, conforme Oliveira (2022). Na planilha, identifica-se que apenas 4 atores individuais foram identificados em duas ou mais fases.

Em seguida, ainda referente à segunda etapa, a partir da análise da planilha “2_Anexo_ClassificaçãoAtoresColetivos” e da “4_Apendice_ClassificaçãoComplementarAtoresColetivos”, foram levantadas as variações longitudinais relativas à presença, entrada, saída, associação, dissociação e estabilidade dos atores coletivos no subsistema. As quais foram organizados no “5_Apendice_MapeamentoMovimentoAtoresColetivos”. A ferramenta de Inteligência Artificial (IA) *NotebookLM* foi utilizada para transcrição dos áudios das audiências do corpus de dados 2, os quais foram devidamente validados pelo pesquisador posteriormente.

Na terceira etapa, voltada à identificação e à categorização das formas de coordenação (Objetivo 2), utilizou-se o *software NVivo 15* (Lumivero, 2025) para realizar uma análise de conteúdo (Saldaña, 2021) com o objetivo de organizar e codificar qualitativamente as falas presentes nas notas taquigráficas, por meio da funcionalidade “matriz de codificação”. Essa funcionalidade do *software* permitiu a geração de planilhas auxiliares do *software Excel* as quais foram utilizadas para normalizar e discretizar as contagens.

Na quarta etapa, direcionada à identificação do recurso político referente à autoridade legal e formal (Objetivo 3), empregaram-se as notas taquigráficas do corpus de dados 1 e os sites oficiais da Câmara e do Senado, os quais estão disponíveis no arquivo “1_Apendice_fonte_recusos”. A planilha 7_Apendice_Recurso_RequerenteAudiência sistematizou os dados referentes aos requerentes das audiências públicas realizadas na CMADS e na CMA, enquanto a planilha 6_Apendice_Recurso_MesaDiretora registrou a composição das diretorias e presidências das comissões ao longo de todo o período investigado.

Na quinta etapa, destinada à identificação e categorização dos eventos externos (Objetivo 4), a caracterização das mudanças na coalizão governante foi realizada por meio de uma análise documental da literatura especializada sobre a orientação ideológica das gestões do Poder Executivo Federal. Esse procedimento, reconhecido na pesquisa qualitativa, permite o tratamento sistemático de documentos e estudos como fontes de evidência empírica para a compreensão de contextos políticos e institucionais (Bowen, 2009).

Na sexta etapa, voltada à análise integrada entre coordenação, autoridade legal e formal, eventos externos e movimentos dos atores (Objetivo 5), foram utilizadas as variáveis discretizadas submetidas à mineração de dados no *software WEKA 3.8* (Frank; Hall; Witten, 2016). Os procedimentos analíticos dessa etapa estão sintetizados no Quadro 4, que apresenta de forma sistematizada a integração entre as variáveis e os instrumentos empregados na pesquisa.

Quadro 4 – Síntese das etapas, objetivos específicos e instrumentos de pesquisa

Etapa	Objetivo Específico (OE)	Instrumentos / Fontes de dados	Procedimento Central / Software Utilizado
1. Revisão de literatura de escopo	Sistematizar a literatura sobre coordenação no ACF e construir o arcabouço analítico da pesquisa, propondo componentes do atributo coordenação, a serem utilizados nas etapas empíricas	Literatura científica; plataforma Parsifal	Revisão de literatura de escopo com metodologia de revisão sistemática (planejamento, condução e relato), orientada à construção do dicionário de dados e da estrutura analítica aplicada na pesquisa
2. Mapeamento dos movimentos dos atores	O.E. 1 – Identificar a associação, dissociação, aparecimento, desaparecimento e estabilidade dos atores	Planilhas do Zenodo: “1_Anexo_CrençasIndividuais”, “3_Apendice_CategorizaçãoIndividual”, “2_Anexo_ClassificaçãoAtoresColetivos”, “4_Apendice_ClassificaçãoComplementarAtoresColetivos”, “5_Apendice_MapeamentoMovimentoAtoresColetivos”; corpus de notas taquigráficas; áudios da amostra 2	Acompanhamento longitudinal dos movimentos de atores individuais e coletivos entre as três fases governamentais.
3. Identificação e categorização das formas de coordenação	O.E. 2 – Identificar e classificar formas de coordenação	41 notas taquigráficas; NVivo 15	Análise de conteúdo e codificação qualitativa por meio da matriz de codificação; exportação de planilhas; normalização e discretização das contagens.

(Continua)

(Continuação)

Etapas	Objetivo Específico (OE)	Instrumentos / Fontes de dados	Procedimento Central / Software Utilizado
4. Identificação do recurso político “autoridade legal e formal”	O.E. 3 – Mapear o uso do recurso político no subsistema	Notas taquigráficas; sites oficiais da Câmara e do Senado; planilhas: “7_Apendice_Recurso_ReferenteAudiência” e “6_Apendice_Recurso_MesaDiretora”; “1_Apendice_fonte_recusos”	Sistematização dos requerentes das audiências e da composição das mesas diretoras das comissões (CMADS e CMA) ao longo do período, com base em fontes documentais oficiais.
5. Identificação e categorização dos eventos externos	O.E. 4 – Caracterizar mudanças nas coalizões governantes	Literatura especializada sobre orientação ideológica e política ambiental	Análise documental da literatura especializada para caracterizar transições entre gestões (Dilma, Temer e Bolsonaro) e seus efeitos no subsistema.
6. Análise integrada entre variáveis	O.E. 5 – Integrar coordenação, autoridade, eventos externos e movimentos dos atores	Variáveis discretizadas provenientes das etapas anteriores	Mineração de dados por regras de associação no software WEKA 3.8.

Fonte: elaborado pelo autor.

3.4 Procedimentos de coleta de dados

Os dados utilizados nas etapas provinham de fontes secundárias, conforme definição de Gil (2014).

3.4.1 Revisões de escopo da literatura

Na primeira etapa, realizou-se duas revisões de escopo da literatura voltadas à compreensão aprofundada da lacuna de pesquisa desta tese, sendo a primeira com ênfase na dimensão de coordenação no âmbito do ACF. A *query* de busca foi aplicada às bases selecionadas no protocolo das revisões, seguindo critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, o que permitiu a identificação, triagem, organização e categorização dos estudos pertinentes à sistematização conceitual da coordenação.

Na primeira revisão, realizou-se uma busca sistemática da literatura, em julho de 2024, utilizando a *query* "**Advocacy Coalition**" AND **coordin*** nas bases *ACM Digital Library*, *ScienceDirect*, *Scopus*, *IEEE Xplore* e *SciELO*. Essa expressão foi selecionada por combinar o termo central do modelo teórico, *Advocacy Coalition*, com o operador truncado *coordin**, permitindo recuperar estudos que abordam diferentes formas de coordenação (*coordination*, *coordinating*, *coordinated*, entre outras) no âmbito das coalizões de defesa. A utilização de

múltiplas plataformas, abrangendo repositórios internacionais de ciência da computação, ciências sociais aplicadas e periódicos latino-americanos.

Nesta revisão de escopo, os critérios de inclusão foram: o período da busca, de 1988 a 2024, considerando a primeira publicação do ACF e o ano de realização; o tipo de documento selecionado foi artigos científicos revisados por pares; o idioma da busca foi somente o inglês, compreendendo que os estudos do ACF são, em sua maioria, publicados em inglês; o documento, obrigatoriamente, deveria desenvolver, teórica ou empiricamente, o conceito de coordenação conforme o modelo do ACF. Como critério de exclusão, não foram considerados os estudos realizados fora do contexto do ACF ou que não contenham a dimensão de coordenação. As publicações de resumos, artigos de opinião, ensaios teóricos, editoriais, resenhas ou entrevistas, dissertações e teses também não foram consideradas nesta revisão.

Já na segunda revisão, foi realizada em agosto de 2024, definiu-se como foco de busca a identificação de estudos que relacionam “coordenação, estabilidade e políticas públicas”. A query foi “**coordination**” AND “**policy**” AND “**stability**”, a qual foi aplicada às mesmas bases selecionadas no protocolo da revisão, seguindo os mesmos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, o que permitiu a identificação, triagem, organização e categorização dos estudos pertinentes à articulação conceitual entre coordenação e estabilidade.

O processo de busca na literatura foi complementado pela técnica de bola de neve (*snowballing*), realizada no Google Acadêmico, que permitiu adicionar 61 estudos ao referencial teórico desta tese. Após a análise integral dos artigos selecionados nas duas revisões de escopo, esta técnica foi empregada em duas direções: inspecionando as referências citadas nos artigos (*backward snowballing*) e identificando estudos que citaram esses artigos selecionados (*forward snowballing*). Esse procedimento é reconhecido por Greenhalgh e Peacock (2005) como padrão pertinente para maximizar a exaustividade da revisão, permitindo a inclusão de trabalhos seminais ou altamente relevantes que, porventura, não foram recuperados pelas *queries* iniciais. A aplicação da técnica de bola de neve garantiu a abrangência necessária para a consolidação do *corpus* analítico, assegurando que toda a literatura fundamental relacionada ao objeto de estudo fosse considerada.

Esse procedimento permitiu identificar, selecionar, organizar e categorizar estudos relevantes para a sistematização conceitual da coordenação, resultando na elaboração de dicionários de dados contendo categorias, atributos e conceitos utilizados na análise empírica. Esse material fundamentou o desenvolvimento das classificações aplicadas na terceira etapa da pesquisa e está detalhado na seção 4.1.

3.4.2 Dados secundários das demais etapas

A segunda etapa (Objetivo 1) consistiu na identificação dos movimentos dos atores políticos ao longo do período delimitado. As planilhas 1_Anexo_CrençasIndividuais, 3_Apendice_CategorizaçãoIndividual e 2_Anexo_ClassificaçãoAtoresColetivos reúnem a codificação categórica dos atores, estruturada a partir das crenças identificadas nas notas taquigráficas (Araújo, 2013; Oliveira, 2021). Os dados organizados nessas planilhas possibilitaram aferir padrões de presença, entrada, saída, associação, dissociação e estabilidade dos atores nas coalizões. Essa etapa permitiu mapear a dinâmica longitudinal do subsistema, cujos resultados são apresentados no Capítulo 4.

Para o exame do movimento dos atores no nível individual, utilizou-se documento 2_Anexo_TrechosCodificadosDaAudiênciasPorCrença contendo os trechos de fala codificados sem identificação nominal dos atores, disponibilizada por Oliveira (2022). Cada registro incluía o excerto da fala e o código de crença associado, mas não indicava a autoria. Diante dessa limitação, procedeu-se a uma etapa adicional de revisão das notas taquigráficas de 41 audiências, com o rastreamento e atribuição de autoria para cada um dos 536 trechos. Este procedimento garantiu precisão na identificação dos atores individuais responsáveis pelas manifestações (1_Anexo_CrençasIndividuais).

Para a identificação do movimento dos atores coletivos, utilizou-se a planilha 2_Anexo_ClassificaçãoAtoresColetivos, que contém a classificação dos atores realizada por Oliveira (2022). Complementarmente, conduziu-se uma análise de conteúdo a partir do segundo corpus de dados desta pesquisa, sete audiências públicas da CMADS, selecionada tanto por sua predominância no conjunto original de audiências, quanto por sua melhor organização arquivística.

Para as audiências das fases 1 e 2, não havia disponível no site as notas taquigráficas, então utilizou-se o áudio individual de cada fala (formato MP3), que se encontrava disponível no site (<https://www.camara.leg.br/>). Foi utilizada a ferramenta de IA NotebookLM para transcrição dos áudios. Para a Fase 3 (2019), utilizaram-se as notas taquigráficas disponibilizadas no *site*.

A coleta de dados da terceira etapa (Objetivo 2) foi executada por meio de pesquisa documental nas notas taquigráficas para codificação e análise do componente de coordenação, organizadas no *software* Nvivo. Na quarta etapa (Objetivo 3), foram consultados os portais oficiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para identificar os requerentes de cada audiência pública e os ocupantes dos cargos das mesas diretoras das comissões ao longo do

período estudado. Esses dados foram sistematizados nas planilhas 6_Apndice_Recurso_MesaDiretora e 7_Apndice_Recurso_RequerenteAudiência, permitindo analisar a distribuição da autoridade institucional entre as coalizões e sua relevância para os processos deliberativos.

A quinta etapa (Objetivo 4) consistiu na identificação e classificação dos eventos externos, com destaque para as mudanças nas coalizões governantes decorrentes dos ciclos eleitorais. A seção 2.3.1 do referencial teórico, reúne informações referentes à orientação ideológica das gestões do Poder Executivo, entre 2012 e 2021. A categorização apoiou-se em literatura especializada, permitindo enquadrar as transições políticas como eventos externos capazes de alterar a estrutura de oportunidades e influenciar o equilíbrio entre coalizões no subsistema da agenda verde.

A sexta etapa (Objetivo 5) consistiu na integração das variáveis do modelo teórico. Todos os dados coletados nas etapas anteriores foram consolidados para a análise final, contendo os atributos substantivos da pesquisa: coordenação, eventos externos, recursos, e movimentos dos atores.

3.5 Procedimentos de análise de dados

Os procedimentos de análise de dados foram estruturados em duas grandes frentes metodológicas. A primeira compreende a revisão de escopo da literatura, que fundamentou conceitual e analiticamente a dimensão de coordenação no âmbito do ACF e subsidiou a construção do dicionário de dados utilizado nas análises empíricas. A segunda frente corresponde às análises desenvolvidas em cada etapa do estudo, alinhadas aos cinco objetivos específicos da pesquisa. Essas análises contemplam: (i) a investigação qualitativa dos movimentos dos atores políticos; (ii) a identificação e a categorização das formas de coordenação; (iii) a sistematização do recurso político “autoridade legal e formal”; (iv) a classificação dos eventos externos, especialmente as mudanças nas coalizões governantes; e (v) a análise integrada entre coordenação, recursos, eventos externos e movimentos dos atores, com apoio de técnicas de mineração de dados. Cada uma dessas etapas é detalhada nas subseções seguintes, que descrevem os procedimentos adotados, as estratégias analíticas e os fundamentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa.

3.5.1 Revisão de escopo da Literatura

A primeira etapa consistiu na realização de duas revisões de escopo voltadas à compreensão aprofundada da lacuna teórica desta tese, especialmente no que se refere à dimensão de coordenação no âmbito do ACF. As estratégias de busca foram aplicadas às bases previamente definidas no protocolo metodológico e seguiram critérios de inclusão e exclusão estabelecidos conforme as diretrizes de Kitchenham (2004, 2007) e Petticrew e Roberts (2006). Esse procedimento permitiu identificar, selecionar, organizar e categorizar estudos relevantes para a sistematização conceitual da coordenação, resultando na elaboração de um dicionário de dados contendo categorias, atributos e conceitos utilizados na análise empírica. Essa etapa fundamentou o desenvolvimento das classificações aplicadas na terceira etapa do estudo, conforme detalhado na seção 4.1.

3.5.2 Análise de dados por etapa do estudo

A segunda etapa consistiu na análise dos movimentos dos atores políticos (Objetivo 1) que integram o subsistema da agenda verde e foi conduzida em dois níveis analíticos complementares: (i) atores individuais, correspondentes às pessoas físicas que participaram diretamente das audiências públicas; e (ii) os 34 atores coletivos, definidos por Oliveira (2022). Essa dupla abordagem permitiu ampliar a granularidade da análise e, também, aproximar a pesquisa das recomendações do ACF, que considera que os indivíduos expressam crenças e atuam politicamente dentro das estruturas organizacionais às quais pertencem.

Para o mapeamento do movimento dos atores no nível individual, identificaram-se os atores individuais responsáveis por cada manifestação, respeitando sua vinculação institucional no momento da audiência. Concluída a identificação das falas, foi possível consolidar, para cada ator, o conjunto de crenças expressas em cada uma das três fases definidas pelos governos Dilma, Temer e Bolsonaro. Sobre essa base de dados ampliada, aplicou-se o mesmo procedimento utilizado por Araújo (2007, 2013) e posteriormente por Oliveira (2022) para determinar a posição dos atores individuais nas coalizões de defesa: cálculo dos componentes de crença; cálculo dos desvios médios em relação às posições esperadas de cada coalizão; e por fim, classificação do ator na coalizão cujo desvio médio foi mais próximo de zero. Esse procedimento foi executado individualmente e por fase, permitindo identificar a coalizão de cada ator.

A partir dessa classificação fase a fase, foi possível identificar os movimentos (estabilidade, aparecimento, associação, dissociação e desaparecimento) por meio da comparação direta entre fases. Para cada ator, verificou-se sua posição nas seguintes transições: Dilma → Temer, Dilma → Bolsonaro e Temer → Bolsonaro. As alterações observadas nesses pares de comparação permitiram classificar sistematicamente cada tipo de movimento.

Diferentemente do procedimento aplicado aos atores individuais, não foi necessário reconstruir crenças ou repetir integralmente o protocolo metodológico de Araújo (2007, 2013), uma vez que a planilha continha a classificação do ator. No entanto, ao avançar na análise, identificou-se uma limitação metodológica relevante no estudo de Oliveira (2022), na qual alguns atores coletivos foram classificados simultaneamente em duas coalizões de defesa em uma mesma fase. Esta situação foi decorrente da obtenção de valores idênticos no cálculo do Desvio Médio (DM) para mais de uma coalizão.

A classificação múltipla, embora metodologicamente justificável na pesquisa original (Oliveira, 2022) e derivada da complexidade inerente à dinâmica dos subsistemas da agenda verde, dificultou a caracterização dos movimentos organizacionais, comprometeu a definição da composição das coalizões e introduziu inconsistências na análise subsequente das relações de coordenação. Diante dessa limitação, tornou-se necessária a realização de um procedimento de sistematização complementar da classificação, com o objetivo de assegurar que cada ator coletivo fosse alocado de forma unívoca a somente uma coalizão em cada fase.

Além disso, esta pesquisa adotou a classificação das coalizões proposta por Oliveira (2022), com base nas crenças efetivamente identificadas nas notas taquigráficas, sem incorporar o procedimento adicional que a autora aplicou em alguns atores da fase 3, no qual revisou a posição desses atores a partir da análise das ações governamentais. Essa escolha metodológica, foi adotada para manter simetria analítica com o ACF e preservar a coerência do uso exclusivo das notas como fonte secundária.

Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo (Saldaña, 2021), permitindo a identificação de novos códigos de crenças para os atores cuja classificação apresentava ambiguidade. Em seguida, aplicou-se novamente o cálculo do DM, conforme o método empregado em Araújo (2013), reprocessando os dados a partir de duas bases complementares: (i) o levantamento adicional realizado nesta pesquisa, que identificou novas notas taquigráficas contendo os atores com classificação ambígua; e (ii) as informações já sistematizadas por Oliveira (2022) sobre a categorização preliminar desses mesmos atores.

A reaplicação integrada desses conjuntos de dados possibilitou determinar uma classificação única e consistente para cada ator coletivo em cada fase. Com isso, assegurou-se

a robustez necessária para avançar na análise dos movimentos organizacionais, na caracterização da composição das coalizões e na etapa subsequente de identificação das interações de coordenação.

A terceira etapa (Objetivo 2) envolveu a codificação e análise do componente de coordenação. As categorias analíticas derivadas dos modelos teóricos que fundamentam esta pesquisa foram aplicadas ao processo de análise documental, conforme apresentado no Quadro 5. Destaca-se, que os seis componentes do atributo coordenação adotados (Quadro 5) foram definidos a partir das duas revisões de literatura realizadas.

Quadro 5 – Descrição das categorias de análise do ACF

Categoria	Tipos	Descrição
Crenças	<i>Deep Core, Policy Core e Secondary Beliefs</i>	<i>Deep Core Beliefs</i> : Valores normativos fundamentais sobre justiça, Estado e sociedade, altamente estáveis ao longo do tempo. <i>Policy Core Beliefs</i> : Orientações centrais sobre prioridades e rumos da política no subsistema, resistentes à mudança. <i>Secondary Beliefs</i> : Posições específicas e instrumentais sobre implementação e detalhes técnicos, sujeitas a ajustes incrementais (Sabatier; Jenkins-Smith, 1993).
Movimentos dos Atores Políticos	Estabilidade, Aparecimento, Associação, Dissociação e Desaparecimento	Dinâmicas de mudança e estabilidade na composição das coalizões em um subsistema, refletindo a entrada, saída ou alteração de posição dos atores (Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020).
Evento Externo	Mudança na Coalizão Governante	Alteração dos grupos que controlam o governo (Jenkins-Smith <i>et al.</i> , 2018; Gabehart; Weible, 2023).
Recursos	Autoridade Legal e Formal	É o poder institucionalizado de decisão, recurso essencial para a coalizão dominante (Weible <i>et al.</i> , 2019; Sabatier; Weible, 2007; Jenkins-Smith <i>et al.</i> , 2018).
Coordenação	Alcance Nível de coordenação Setorização Grau de centralidade discursiva Liderança Comprometimento	<i>Alcance</i> : Distingue interações intracoalizão e intercoalizão (Weible; Ingold, 2018). <i>Nível de coordenação</i> : Expressa a intensidade da ação conjunta nos níveis inferiores ou superiores (Koebele, 2020). <i>Setorização</i> : Classifica os atores segundo sua origem institucional ou organizacional (Costie; Holm; Berardo, 2018). <i>Grau de centralidade discursiva</i> : Reflete a posição de influência pelo volume de menções e falas (Vieira, 2020). <i>Liderança</i> : Indica a capacidade de articular esforços e orientar estratégias coletivas (Mintrom, 2019). <i>Comprometimento</i> : Representa a disposição dos atores de sustentar ações coletivas ao longo do tempo (Emerson; Nabatchi, 2015).

Fonte: elaborado pelo autor.

Inicialmente, foram importadas para o NVivo 41 notas taquigráficas selecionadas e, em seguida, realizou-se a etapa de pré-análise, conforme os procedimentos clássicos de análise de conteúdo (Saldaña, 2021), envolvendo a organização, seleção e preparação do material. A partir do dicionário de dados construído na revisão de literatura (ver seção 4.1), foram definidos os

códigos correspondentes aos componentes analíticos do atributo coordenação, incluindo: nível de coordenação; liderança; comprometimento; grau de centralidade; e, alcance. Cada um desses componentes foi operacionalizado como um código analítico no *NVivo*.

Paralelamente, foram criados casos de atores individuais (correspondentes a cada pessoa que participou das comissões) e casos de atores coletivos, conforme definição de Oliveira (2022). Os casos de atores coletivos receberam os respectivos casos individuais como unidades associadas, assegurando a rastreabilidade entre indivíduos, organizações e episódios de fala. Também foi criado no *NVivo* um caso específico denominado “interação”, concebido como unidade mínima de registro para os episódios de coordenação. Cada trecho textual codificado deveria, obrigatoriamente, ser associado simultaneamente a:

- (a) um caso individual, identificando o ator que produziu a fala;
- (b) o código “interação”, representando o episódio de coordenação;
- (c) ao menos um código derivado dos componentes de coordenação definidos no dicionário de dados.

O processo de codificação foi realizado manualmente, a partir da leitura integral das notas taquigráficas, buscando identificar manifestações explícitas de alinhamento estratégico, ações conjuntas, apoio declarado, consensos, articulação coletiva ou qualquer outra forma de coordenação, conforme os critérios conceituais estabelecidos previamente. Cada ocorrência de coordenação foi registrada como um trecho codificado simultaneamente para os casos e para os códigos pertinentes. Ao final do processo de análise de conteúdo, foram extraídos do *NVivo* os relatórios de frequência que registram o volume de ocorrências codificadas para cada ator coletivo.

Esses relatórios foram gerados tanto de forma desagregada por fase governamental, quanto de forma consolidada. No primeiro caso, foram produzidos relatórios específicos para cada uma das fases correspondentes aos governos Dilma Rousseff (2012–2016), Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2019–2021), permitindo identificar a distribuição temporal das interações de coordenação segundo a configuração política de cada período. Para cada ator coletivo, foi quantificada a quantidade de trechos codificados em que os códigos referentes aos componentes da coordenação apareceram em cada uma dessas fases, possibilitando mensurar, em termos comparativos, a presença e a variação dos padrões de coordenação ao longo do tempo.

Além dos relatórios desagregados por fase, foi também elaborado um relatório geral consolidado, contendo o somatório das ocorrências de cada código por ator coletivo independentemente da fase temporal. Esse relatório geral serviu como base para análises que

não dependem da segmentação por período governamental e auxiliou na verificação de padrões estruturais e recorrentes da coordenação. Todos os relatórios, por fase e geral, foram exportados e incorporados à planilha analítica, constituindo o insumo quantitativo utilizado nos procedimentos posteriores de normalização, discretização e análise dos padrões de coordenação.

Após a etapa de codificação das notas taquigráficas, procedeu-se à construção de uma medida padronizada que permitisse comparar a intensidade dos atributos analisados entre atores com diferentes níveis de participação ao longo do período estudado. Para isso, foi realizada uma normalização das frequências brutas de códigos aplicadas a cada ator coletivo, considerando o conjunto completo das fases temporais (2012–2021). Procedeu-se para cada ator o cálculo da frequência bruta total (R_{total}), correspondente à soma de todas as ocorrências de códigos registradas nas três fases analisadas (Dilma, Temer e Bolsonaro). Esse procedimento permitiu obter uma medida agregada da participação discursiva do ator no período, evitando variações artificiais decorrentes da segmentação temporal.

Em seguida, foi identificado o número total de notas taquigráficas (N_{notas}), nas quais cada ator esteve presente. Essa variável representa as oportunidades efetivas de participação de cada ator no processo deliberativo e foi empregada como fator de ajuste. Tal escolha metodológica segue a recomendação de autores que alertam para a necessidade de controlar oportunidades desiguais de manifestação em análises de frequência e intensidade discursiva (Krippendorff, 2019; Neuendorf, 2017), evitando que atores com presença limitada sejam superestimados ou que atores altamente presentes tenham sua participação diluída.

Também se calculou o valor do R_{global} , obtido pela soma das frequências brutas totais de todos os atores. Esse valor funciona como parâmetro de escala para a construção de um indicador comparável em nível sistêmico, estratégia análoga à utilizada em procedimentos de padronização em estudos de redes e de intensidade discursiva (Leifeld; Schneider, 2012; Leifeld, 2017). Para ajustar os valores a uma escala interpretável, aplicou-se um fator de ampliação denominado Lambda10, conforme Figura 4.

Figura 4 – Cálculo do Lambda10

$$\text{Lambda10} = \frac{10}{R_{global}}$$

Fonte: elaborada pelo autor.

A partir desses elementos, o valor normalizado de cada ator foi obtido pelo cálculo da normalização, de acordo com a Figura 5.

Figura 5 – Cálculo da normalização

$$\text{Normalização} = \frac{R_{total}}{N_{notas}} \times \frac{10}{R_{global}}$$

Fonte: elaborada pelo autor.

O primeiro termo da fórmula (R_{total}/N_{notas}) corrige o efeito da desigualdade de presença, produzindo uma medida de intensidade média por oportunidade de participação. O segundo termo ($10/R_{global}$) padroniza os valores em uma escala comum, permitindo a comparação direta entre atores, fases e atributos. Esse procedimento garante uma métrica coerente ao longo do período inteiro, mitigando distorções decorrentes de diferenças estruturais de participação entre atores e assegurando a comparabilidade entre coalizões, fases governamentais e atributos analíticos. A abordagem adotada está alinhada às recomendações metodológicas para padronização de indicadores em contextos de análise comparativa de frequência e discurso (Krippendorff, 2019; Leifeld; Schneider, 2012; Neuendorf, 2017).

Após a etapa de normalização, procedeu-se à discretização dos valores contínuos com o objetivo de classificá-los em categorias analíticas comparáveis. A discretização é uma etapa recomendada em análises exploratórias orientadas à identificação de padrões e associações, especialmente quando as variáveis serão posteriormente processadas em algoritmos de mineração de dados que operam com atributos categóricos (Witten; Frank; Hall, 2016).

Para esse fim, adotou-se a padronização por meio de **z-score**, que expressa o afastamento do valor em relação à média em unidades de desvio-padrão. A padronização foi efetuada sobre a distribuição completa dos valores normalizados, considerando todos os atores e todo o período de análise (2012–2021). O z-score de cada caso foi calculado conforme Figura 6.

Figura 6 – Cálculo do Z-score

$$z = \frac{x - \mu}{\sigma}$$

Fonte: elaborada pelo autor.

O x representa o valor normalizado do ator, μ a média da distribuição e σ o desvio-padrão. A partir dessa transformação, aplicaram-se pontos de corte fixos, definidos a partir de um limiar de 0,5 desvio-padrão ($|z| = 0,5$), procedimento amplamente utilizado para categorizar intensidade relativa em distribuições não necessariamente simétricas, permitindo distinguir valores significativamente abaixo ou acima do padrão central. A discretização final seguiu as seguintes regras:

- **Ausente:** todos os casos em que o valor normalizado original era igual a zero;
- **Baixo:** valores com z-score **inferior a 0,5**;
- **Médio:** valores com z-score **entre 0,5 e 1,0** (inclusive o ponto de corte inferior, excluindo o superior);
- **Alto:** valores com z-score **superior a 1,0** (ou alternativamente, superior ao limite superior da categoria média, conforme testado nos dados).

Esse procedimento permitiu transformar a variabilidade contínua dos valores normalizados em categorias ordinalmente interpretáveis, preservando diferenças substantivas entre níveis de intensidade discursiva e possibilitando sua utilização na análise por meio da mineração de dados, em especial na aplicação das regras de associação com uso do algoritmo *Apriori no WEKA*, que requer variáveis categóricas discretas para a extração de padrões de associação. A estratégia adotada encontra respaldo na literatura sobre pré-processamento de dados para mineração e classificação, que recomenda a discretização baseada em desvios-padrão para manter a proporcionalidade relativa dos valores e reduzir a influência de *outliers* (Han; Kamber; Pei, 2012; Witten; Frank; Hall, 2016).

A quarta etapa (Objetivo 3) dedicou-se à identificação da autoridade legal e formal exercida pelas coalizões nas comissões analisadas. A identificação do recurso político associado à autoridade legal e formal, operacionalizado neste estudo foi realizada por duas análises. A primeira análise foi realizada por meio dos dados das posições de presidência das comissões ambientais. A segunda análise foi executada a partir dos dados dos requerentes de audiências públicas.

As posições de presidência das comissões ambientais foram identificadas mediante pesquisa nos portais oficiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como nos Diários da Câmara dos Deputados e nos Relatórios da Presidência do Senado Federal. Executou-se o levantamento anual dos membros da Comissão de Meio Ambiente e CMADS e da CMA.

Em seguida, foram analisadas as 41 notas taquigráficas das audiências públicas para levantamento dos requerentes, onde são registrados, de forma explícita, os parlamentares

responsáveis pelo requerimento, podendo incluir um ou mais autores em cada requerimento. A sistematização conjunta dessas informações permitiu identificar, para cada ano do período investigado (2012–2021) e para cada audiência pública, quais atores exerceram autoridade institucional relevante, possibilitando analisar seu papel como recurso político no interior do subsistema da agenda verde.

A quinta etapa (Objetivo 4) consistiu na identificação e classificação dos eventos externos, com ênfase nas mudanças nas coalizões governantes decorrentes dos ciclos eleitorais. Essa caracterização foi conduzida por meio de uma análise documental da literatura especializada sobre a orientação ideológica dos governos federais e sobre a política ambiental no período de 2011 a 2021. Esse procedimento, reconhecido na pesquisa qualitativa, permite utilizar documentos analíticos como fontes de evidência para compreender transformações institucionais e redistribuições de poder no subsistema (Bowen, 2009). A sistematização dessas informações possibilitou identificar como as gestões Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, tratadas no ACF como eventos externos, reconfiguraram a dinâmica de oportunidades políticas entre as coalizões de defesa.

A sexta etapa (Objetivo 5) consistiu na integração analítica das variáveis produzidas anteriormente e na aplicação de técnicas de mineração de dados com o objetivo de identificar padrões estruturais e relações recorrentes no conjunto empírico. Após a consolidação da base contendo os atributos substantivos da pesquisa (coordenação, eventos externos, recursos, e movimentos dos atores), procedeu-se à exploração sistemática de regras de associação dessas informações no *software* WEKA 3.8. Para esta etapa, empregou-se o algoritmo *Apriori* (Frank; Hall; Witten, 2016), utilizado na identificação de regras de associação em bases compostas por variáveis categóricas.

O Apriori foi executado para identificar regras de associação e padrões frequentes entre os atributos empíricos analisados (componentes de coordenação, fases governamentais, setores de atuação, recursos, eventos externos e movimentos dos atores). Trata-se de um algoritmo reconhecido por sua operacionalidade na identificação de conjuntos de itens frequentes e das regras que deles derivam (Ali; Hamed, 2018; Tanna; Ghodasara, 2014). Seu funcionamento baseia-se em uma busca iterativa que avança nível a nível, aplicando a Propriedade Apriori para eliminar candidatos que contenham subconjuntos infrequentes. Esse procedimento reduz o volume de combinações analisadas e, conseqüentemente, diminui a complexidade computacional da tarefa (Ali; Hamed, 2018; Tanna; Ghodasara, 2014).

A implementação ocorreu no *software* WEKA, por meio da aba Associate do Explorer, seguindo os procedimentos metodológicos descritos na literatura. Nessa etapa, foram definidos

os parâmetros de suporte mínimo e confiança mínima, responsáveis por estabelecer, respectivamente, a frequência mínima necessária para considerar um padrão como relevante e a probabilidade de ocorrência do conseqüente dado o antecedente (Kaban *et al.*, 2024; Tanna; Ghodasara, 2014). A partir dos conjuntos frequentes gerados, o algoritmo extraiu regras do tipo X (Antecedente) \Rightarrow Y (Conseqüente) (Kaban *et al.*, 2024). As representam relações probabilísticas identificadas a partir dos conjuntos de itens frequentes encontrados no banco de dados (Ali; Hamed, 2018)

A adoção desse procedimento permitiu identificar associações sistemáticas entre formas de coordenação, fases políticas, setores dos atores, indicadores de autoridade legal e formal e tipos de movimento observados ao longo do período. Esses padrões não seriam evidenciados por análises descritivas tradicionais, dado que emergem justamente da exploração combinatória das relações entre atributos (Ali; Hamed, 2018). Dessa forma, o uso do Apriori aprofundou a compreensão das regularidades que estruturam a dinâmica das coalizões no subsistema analisado, revelando mecanismos que orientaram seus comportamentos ao longo do tempo.

4 RESULTADOS

Os resultados são apresentados em sete seções. A primeira reúne os achados da revisão de literatura sobre o atributo coordenação. A segunda apresenta a análise da dinâmica das coalizões e da disputa por recursos no subsistema da agenda verde. A terceira expõe a análise da posição ideológica do Executivo no Brasil. A quarta apresenta os resultados da análise dos movimentos dos atores nas comissões do subsistema da agenda verde. A quinta descreve o mapeamento e a classificação das formas de coordenação identificadas. A sexta detalha a identificação do recurso político mobilizado pelas coalizões de defesa nas comissões. A sétima apresenta a análise algorítmica das associações entre a coordenação e as mudanças nas coalizões governantes.

4.1 Resultados da revisão de literatura do atributo coordenação: conceitos e componentes

A lacuna de pesquisa identificada observa que a literatura do ACF reconhece que a coordenação não tem sido devidamente tratada como variável explicativa da estabilidade das coalizões (Osei-Kojo, 2023; Weible *et al.*, 2020). Embora o modelo atribua à coordenação um papel estruturante na ação coletiva, o ACF não a define de forma clara nem apresenta componentes analíticos que permitam sua operacionalização consistente. Diferentemente do tratamento conferido às crenças, a coordenação carece de elementos conceituais capazes de orientar sua caracterização teórica e empírica (Stritch, 2015; Weible *et al.*, 2020).

Essa indefinição conceitual tem sido apontada como limitação relevante do ACF, indicando a necessidade de aprofundamento teórico sobre as formas pelas quais a coordenação se manifesta, pode ser observada empiricamente e influencia a estabilidade ou a mudança das coalizões (Osei-Kojo, 2023; Sabatier; Jenkins-Smith, 1993; Stritch, 2015; Weible; Sabatier; McQueen, 2009; Weible *et al.*, 2020).

Para suprir essa lacuna, a primeira revisão concentrou-se especificamente no atributo coordenação no ACF. As plataformas IEEE, SciELO e ACM não registraram resultados. A plataforma *ScienceDirect* retornou 12 artigos, enquanto a Scopus apresentou 67. Após a verificação de duplicidades, sete artigos foram excluídos. Em seguida, procedeu-se à triagem por títulos e resumos, resultando na seleção de 14 artigos para leitura integral, o que resultou no corpus de dados final de seis artigos. Os metadados completos dessa etapa estão disponíveis

no repositório Zenodo, no arquivo “8_Apendice_Advocacy_Coalition_AND_coordin”, assegurando transparência e reprodutibilidade ao processo metodológico.

O Quadro 6 sintetiza os seis artigos selecionados nessa revisão, indicando autor(es), ano, título, periódico e o foco da contribuição de cada estudo. Essa organização permite visualizar a pertinência de cada trabalho para os objetivos teóricos e metodológicos desta tese.

Quadro 6 – Síntese dos artigos da primeira revisão

Autor(es)	Ano	Título do artigo	Periódico	Foco da contribuição na tese
Matti, Simon; Sandström, Annica	2013	<i>The defining elements of advocacy coalitions: Continuing the search for explanations for coordination and coalition structures.</i>	<i>Review of Policy Research</i>	Aborda a coordenação e as estruturas de coalizão, sendo citado no contexto da estabilidade e declínio das coalizões
Koebele, Elizabeth A.	2020	<i>Cross-Coalition Coordination in Collaborative Environmental Governance Processes.</i>	<i>Policy Studies Journal</i>	Sistematização de níveis de coordenação (inferior e superior) e a dinâmica interacional, essencial para operacionalizar a coordenação.
Milhorance, Carolina; Le Coq, Jean- François; Sabourin, Eric	2021	<i>Dealing with cross-sectoral policy problems: An advocacy coalition approach to climate and water policy integration in Northeast Brazil.</i>	<i>Policy Sciences</i>	Fornecer base para a operacionalização do comprometimento dos atores (como "disposição para assumir tarefas").
Stritch, Andrew	2015	<i>The Advocacy Coalition Framework and Nascent Subsystems: Trade Union Disclosure Policy in Canada.</i>	<i>Policy Studies Journal</i>	Define a coordenação como componente comportamental essencial (ao lado das crenças) e subsidia na classificação dos níveis de coordenação (inferior e superior).
Vieira, Diego Mota	2020	<i>The discourse and coordination among advocacy coalitions: The case of Belo Monte.</i>	<i>RAUSP Management Journal</i>	Destaca o papel do discurso como instrumento de coordenação dentro das coalizões de defesa.
Costie, Daniel P.; Holm, Federico; Berardo, Ramiro	2018	<i>Hydraulic fracturing, coalition activity and shock: Assessing the potential for coalition-based collective action in Argentina's Vaca Muerta formation. Extractive Industries and Society, 2018.</i>	<i>The Extractive Industries and Society</i>	Discute como a diversidade setorial pode gerar tensões internas e dificultar a coordenação

Fonte: elaborado pelo autor.

A segunda revisão teve como foco a identificação de estudos que relacionam coordenação, estabilidade e políticas públicas. As bases *ACM Digital Library e ScienceDirect* não registraram resultados (0 artigos em cada plataforma). Na base Scopus, foram identificados 267 artigos, representando o maior volume de registros recuperados nesta etapa. Após a verificação de duplicidades, 10 artigos foram excluídos. Concluída a triagem inicial por meio da leitura dos títulos e resumos, somente 2 artigos foram selecionados para leitura e análise integral, compondo o corpus final da segunda revisão.

Os metadados completos dessa etapa encontram-se disponibilizados no repositório Zenodo sob o nome “9_Apendice_Coordination_Policy _Stability”. O Quadro 7 apresenta a

síntese dos artigos selecionados, mantendo a estrutura original de autor(es), ano, título, periódico e foco da contribuição, facilitando a compreensão integrada do corpus teórico que fundamenta esta tese. Essa organização possibilitou visualizar, de modo integrado e comparativo, como os trabalhos selecionados dialogam com os objetivos teóricos e metodológicos da investigação, contribuindo para o aprofundamento das perspectivas conceituais e empíricas que sustentam a análise desenvolvida.

Quadro 7 – Síntese dos artigos da segunda revisão

Autor(es)	Ano	Título do artigo	Periódico	Foco da contribuição na tese
Weible et al. (Weible, Ingold, Nohrstedt, Henry, Jenkins-Smith)	2020	Sharpening Advocacy Coalitions	Policy Studies Journal	Fundamenta a lacuna teórica central sobre a subteorização da coordenação no ACF, comparada ao foco nas crenças. Cita que o ACF conceitua a coordenação como um atributo estruturante das coalizões.
Weible et al. (Weible; Sabatier; McQueen)	2009	Themes and variations: Taking stock of the advocacy coalition framework.	Policy Studies Journal	Valida e justificar a lacuna teórica central do estudo, que é a subteorização e baixa operacionalização da coordenação no ACF.

Fonte: elaborada pelo autor.

A busca de literatura foi complementada pela técnica de bola de neve (*snowballing*) aplicada às referências clássicas. Após a análise inicial, realizaram-se inspeções das listas de referências dos artigos selecionados e, adicionalmente, foram identificados estudos posteriores que os citaram (*citation tracking*). Conforme argumentam Greenhalgh e Peacock (2005), esse procedimento é recomendado em revisões de escopo, pois amplia a abrangência da busca e possibilita a identificação de estudos essenciais não capturados diretamente pelas *strings* de busca. Esse processo resultou na incorporação de novos trabalhos ao corpus analítico, reforçando a robustez conceitual e metodológica da revisão e contribuindo diretamente para a consolidação das categorias analíticas empregadas neste estudo.

A coordenação é considerada um dos atributos estruturantes do ACF, descrevendo o grau em que atores articulam ações de forma sincronizada ou conjunta e revelando padrões de cooperação e alinhamento estratégico (Weible *et al.*, 2020). A definição de uma unidade empírica de análise foi, portanto, a primeira necessidade identificada na revisão, pois permite determinar o que pode ser efetivamente observado e mensurado.

A literatura convergiu para a compreensão de que a coordenação é um fenômeno relacional cuja expressão observável ocorre em episódios concretos de interação (Koebele, 2020; Weible; Ingold, 2018). Assim, esta pesquisa adotou a interação de coordenação como unidade analítica, entendida como evento empírico no qual dois ou mais atores expressam alinhamento estratégico, ação conjunta ou objetivos compartilhados. Essa definição está

alinhada à evidência de que a coordenação se materializa por meio de múltiplas interações distribuídas ao longo do tempo, formando padrões de comportamento coletivo que estruturam a dinâmica das coalizões.

O trabalho de Koebele (2020) reforça essa perspectiva ao argumentar que a coordenação resulta de interações repetidas e deliberadas, cuja intensidade e continuidade consolidam vínculos entre os atores. A análise da coordenação requer, portanto, atenção à frequência, à qualidade e à direção dessas interações, uma vez que elas estruturam a colaboração entre atores nos subsistemas (McGee; Jones, 2019).

Com base nessa definição, foi possível identificar seis componentes analíticos presentes na literatura especializada: (1) alcance, que distingue interações intra e intercoalizões (Weible *et al.*, 2020); (2) nível de coordenação, que diferencia coordenação inferior e superior (Koebele, 2020; Stritch, 2015; Weible; Ingold, 2018); (3) setorização, relativa à natureza institucional dos atores (Costie; Holm; Berardo, 2018); (4) centralidade discursiva, operacionalizada pela frequência de menções (Vieira, 2020); (5) liderança, compreendida como capacidade de articulação estratégica (Mintrom, 2019); e (6) comprometimento, associado ao engajamento contínuo em esforços coletivos (Emerson; Nabatchi, 2015; Nohrstedt; Weible, 2010).

Esses componentes conferem a base teórica para a operacionalização empírica da coordenação no ACF. Como resultado integrado dessa revisão, foi elaborado o dicionário de dados da coordenação, que consolida os conceitos, categorias e componentes analíticos empregados nas etapas empíricas desta pesquisa, estruturando de forma padronizada o modelo analítico utilizado para identificar e classificar as interações de coordenação no subsistema da agenda verde. A seção 4.1.1 apresenta o primeiro componente: o alcance da coordenação no ACF.

4.1.1 Dinâmica interacional e alcance da coordenação no ACF

As interações coordenativas no âmbito do ACF podem ocorrer em dois alcances distintos: intracoalizão e intercoalizão. O primeiro se refere à interação entre atores de uma mesma coalizão; o segundo envolve atores situados em coalizões distintas que, apesar de posições divergentes, engajam-se em práticas coordenativas motivadas por objetivos estratégicos comuns ou negociados (Ingold; Varone, 2012; Sandström; Morf; Fjellborg, 2021). A distinção entre esses dois alcances é central para a análise empírica desta pesquisa, pois permite identificar a natureza dos vínculos que se estabelecem entre os atores e avaliar o grau de coesão interna ou de negociação intergrupala que estrutura o funcionamento do subsistema.

A literatura delimita essas duas modalidades de forma sistemática, compreendendo-as como expressões do alcance da interação coordenativa, cada qual influenciando o desempenho das coalizões nos subsistemas de políticas públicas (Weible *et al.*, 2020). No plano intracoalizão, as interações tendem a se sustentar em confiança, legitimidade interna, entendimento mútuo e compromisso, fatores que fortalecem a coesão e ampliam a disposição dos grupos para ações estratégicas coordenadas (Emerson; Nabatchi, 2015).

A coordenação intracoalizão envolve, portanto, a articulação entre atores que compartilham crenças nucleares e que alinham suas atividades para reforçar objetivos comuns. Essa modalidade expressa a capacidade de transformar crenças compartilhadas em estratégias coerentes de ação, contribuindo tanto para a manutenção da coesão interna quanto para a continuidade de posições no processo político (Weible *et al.*, 2020). A literatura destaca ainda que a consolidação da motivação compartilhada pode reforçar essa dinâmica em um ciclo relacional contínuo, favorecendo a estabilidade das colaborações intracoalizão (Emerson; Nabatchi, 2015).

A coordenação intercoalizão, por sua vez, refere-se a interações estabelecidas entre coalizões diferentes. Essa modalidade ocorre quando coalizões com sistemas de crenças distintos cooperam, articulam recursos ou constroem consensos para alcançar resultados mutuamente benéficos. A atuação de *policy brokers* tende a favorecer esse tipo de cooperação ao ampliar as possibilidades de diálogo e mediação entre coalizões (Weible *et al.*, 2020). *Policy brokers* são atores que, munidos de credibilidade e capacidade de mediação, atuam entre coalizões rivais para reduzir conflitos e facilitar acordos politicamente aceitáveis (Sabatier; Weible, 2007).

O alcance intercoalizão envolve práticas de engajamento transfronteiriço, partilha de poder e gestão de conflitos, reconhecendo tensões inerentes entre grupos que defendem perspectivas divergentes (Emerson; Nabatchi, 2015). Embora tais interações possam originar “grandes coalizões”, a literatura alerta que esses arranjos tendem a ser instáveis quando benefícios não são percebidos como equitativos ou quando lideranças comprometidas deixam posições estratégicas (Emerson; Nabatchi, 2015).

O Quadro 8 apresenta a tipologia do alcance das interações de coordenação adotada neste estudo, distinguindo sistematicamente as modalidades intracoalizão e intercoalizão. Essa classificação permite refinar a análise das práticas coordenativas e identificar se a dinâmica ocorre no interior de uma mesma coalizão ou se atravessa fronteiras organizacionais e políticas entre coalizões.

Quadro 8 – Tipologia do alcance das interações de coordenação

Interação de Coordenação	Descrição	Autores
Interação Intracoalizão	Interação ocorre entre atores de uma mesma coalizão.	Ingold e Varone, (2012); Koebele (2019);
Interação Intercoalizão	Interação ocorre entre atores pertencentes a coalizões distintas.	Emerson e Nabatchi, (2015); Weible et al. (2020);

Fonte: elaborado pelo autor.

A seção 4.1.2 aprofunda o componente nível de coordenação, diferenciando coordenação inferior e superior, conforme sistematizado nas revisões da literatura.

4.1.2 Níveis de coordenação nas interações das coalizões

A coordenação entre atores políticos pode ser analisada por meio de diferentes níveis, que expressam a intensidade, a profundidade e o grau de formalidade das interações estabelecidas ao longo do processo de formulação e implementação de políticas públicas (Koebele, 2020). Esses níveis variam desde formas mais elementares e informais de colaboração, baseadas na troca de informações, até arranjos mais robustos e estruturados, que envolvem a realização de atividades conjuntas e o compartilhamento de recursos (Stritch, 2015). Essa gradação permite compreender a amplitude das práticas coordenativas e identificar como elas contribuem para a atuação das coalizões no subsistema.

Com base nas contribuições de Weible e Ingold (2018) e Koebele (2020), esta pesquisa adota uma classificação binária dos níveis de coordenação: coordenação de nível inferior e coordenação de nível superior. O nível inferior corresponde a formas menos estruturadas de colaboração, nas quais os atores interagem majoritariamente pela circulação de informações e pela observação das estratégias de seus pares. Tais práticas incluem o fornecimento e o recebimento de informações, o incentivo à participação de outros atores, o monitoramento de ações ou recursos e a adaptação de comportamentos para alinhamento estratégico (Koebele, 2019; Weible; Ingold, 2018). Como não exigem acordos formais, essas interações tendem a ser flexíveis e adaptativas diante às mudanças do ambiente político (Koebele, 2019).

A coordenação de nível superior, por sua vez, envolve esforços mais deliberados, institucionalizados e orientados à ação coletiva. Nesse nível, não ocorre somente o intercâmbio informacional, mas também a formulação conjunta de estratégias, a atuação coordenada em grupos de trabalho, a realização de reuniões estratégicas e o compartilhamento de recursos financeiros, técnicos ou logísticos. Esse conjunto de práticas pressupõe maior confiança,

alinhamento político e compromisso, uma vez que implica objetivos comuns e estratégias traçadas coletivamente (Koebele, 2019; Weible; Ingold, 2018).

Ambos os níveis são complementares na dinâmica das coalizões no ACF. A coordenação de nível superior é crucial para ações articuladas e de longo prazo, enquanto a coordenação de nível inferior sustenta uma base mínima de coesão e permite reação rápida às transformações políticas, mesmo quando não há arranjos formalizados (Koebele, 2019; Weible; Ingold, 2018). Assim, a compreensão dos dois níveis possibilita captar diferentes nuances da cooperação entre atores.

Com base em Stritch (2015) e Koebele (2020), esta pesquisa identifica cinco formas operacionais associadas à coordenação de nível inferior: (i) fornecimento de informações, (ii) recebimento de informações, (iii) estímulo à participação de novos atores, (iv) monitoramento de comportamentos ou recursos e (v) adaptação do comportamento próprio. No nível superior, a coordenação se materializa por meio de práticas como a formulação de planos comuns, a atuação conjunta em grupos de trabalho, a realização de reuniões estratégicas, o compartilhamento de recursos e a constituição de coalizões formalmente organizadas.

O Quadro 9 sintetiza esses dois níveis de coordenação, com suas descrições conceituais, formas operacionais e autores que fundamentam a tipologia adotada.

Quadro 9 – Níveis de coordenação e suas formas operacionais no contexto das coalizões de defesa

Categoria	Prática	Descrição	Autores
Coordenação de Nível Inferior	Fornecer informações, receber informações	Quando um ator compartilha dados, evidências, relatórios ou posicionamentos com outros, ou acolhe e utiliza informações fornecidas por colegas.	Koebele (2019); Weible <i>et al.</i> (2020); Ingold (2018); Stritch (2015); Koebele (2020)
	Encorajar outros atores a participar	Quando um ator convida ou reforça a importância da adesão de novos parceiros à interação.	
	Monitorar outros atores ou recursos	Quando há acompanhamento das ações, posições ou disponibilidade de recursos de outros membros.	
	Ajustar o próprio comportamento para se alinhar com outra parte	Quando um ator adapta sua fala ou posição em função das ações ou expectativas de outro ator da coalizão.	
Coordenação de Nível Superior	Formulação de planos comuns	Quando há declaração explícita sobre a construção conjunta de estratégias ou agendas políticas.	
	Cooperação em grupos de trabalho	Quando os atores mencionam participação coordenada em comissões, grupos de trabalho ou fóruns ad hoc.	
	Realização de reuniões estratégicas conjuntas	Quando são propostos ou realizados encontros formais para discutir, alinhar e coordenar estratégias políticas.	
	Compartilhamento de recursos	Quando são disponibilizados recursos financeiros, técnicos, humanos ou logísticos para apoiar a coalizão.	

Fonte: elaborado pelo autor.

Na sequência, apresenta-se o componente setorização, identificado nas revisões da literatura como uma dimensão relevante da coordenação, examinando de que modo a diversidade institucional e organizacional dos atores molda a dinâmica coordenativa.

4.1.3 A dimensão setorial na análise das coalizões de defesa

A categorização setorial dos atores que compõem as coalizões de defesa constitui elemento analítico fundamental para compreender a diversidade institucional, as lógicas de atuação e os recursos mobilizados pelos participantes envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas. Nesse escopo, o setor é entendido como a esfera institucional ou organizacional à qual determinado ator pertence, expressando sua origem, racionalidade predominante, interesses estratégicos e formas típicas de influência nas arenas decisórias. Essa classificação contribui para identificar padrões de comportamento político e mecanismos de coordenação entre atores inseridos em contextos institucionais semelhantes, além de permitir o reconhecimento de conflitos e complementaridades entre diferentes setores (Kriesi; Adam; Jochum, 2006; Mirzyńska, 2023; Newton; Elliott, 2016; Patay *et al.*, 2023; Reed *et al.*, 2009; Silva Jaramillo, 2017).

A composição setorial das coalizões, ao incorporar atores provenientes do governo, do setor privado, do meio acadêmico e de organizações da sociedade civil, configura dimensão analítica central para o entendimento do funcionamento interno das coalizões. A diversidade setorial atua como variável crítica no exame da coordenação, pois amplia o repertório de recursos, competências e visões de mundo disponíveis à coalizão. Essa pluralidade pode fortalecer a atuação coletiva ao oferecer complementaridade de papéis e capacidades, mas também pode representar um desafio à estabilidade das coalizões (Weible; Sabatier; McQueen, 2009; Yun, 2019).

A heterogeneidade setorial tende a favorecer complementaridades importantes, sobretudo ao reunir diferentes tipos de recursos materiais, técnicos e políticos. Atores governamentais costumam aportar autoridade legal e capacidade institucional; organizações da sociedade civil contribuem com legitimidade social e mobilização; enquanto o setor acadêmico agrega conhecimento especializado. Contudo, essa mesma diversidade também pode produzir tensões internas, uma vez que setores distintos operam com interesses e lógicas institucionais potencialmente divergentes, dificultando consensos ou a implementação de estratégias coordenadas (Costie; Holm; Berardo, 2018).

Sob a perspectiva da coordenação política, coalizões compostas por atores de um mesmo setor tendem a iniciar com maior alinhamento de crenças e interesses, o que favorece formas menos complexas de interação, como troca de informações ou monitoramento de estratégias (Weible; Sabatier; McQueen, 2009). À medida que a diversidade setorial aumenta, cresce também a necessidade de mecanismos de integração mais elaborados, como a construção de confiança, o desenvolvimento de normas compartilhadas e o alinhamento estratégico. Esses mecanismos são essenciais para viabilizar formas robustas de coordenação, incluindo a formulação conjunta de estratégias e a execução articulada de ações políticas (Emerson; Nabatchi, 2015). Assim, a diversidade setorial funciona simultaneamente como ativo para inovação e como possível obstáculo à estabilidade, especialmente diante de disputas por protagonismo ou divergências sobre prioridades (Emerson; Nabatchi, 2015).

À luz desse referencial, esta pesquisa adota sete categorias setoriais: setor privado; setor público executivo; setor público legislativo; setor público judiciário e Ministério Público; Organizações Não Governamentais (ONGs); setor acadêmico e científico; e terceiro setor. Essa categorização permite analisar de que modo a diversidade setorial influencia a dinâmica coordenativa e a composição das coalizões ao longo do tempo. Assim, a setorização é tratada como componente da coordenação política, contribuindo para explicar mecanismos que sustentam padrões de permanência, mudança e interação nas coalizões.

O Quadro 10 apresenta a classificação setorial utilizada nesta pesquisa, reunindo os setores analisados, suas descrições conceituais e as referências que sustentam essa delimitação.

Quadro 10 – Categorias setoriais dos atores nas coalizões de defesa

Categoria	Descrição conceitual	Referências
Setor Privado	Engloba empresas de diferentes portes, associações comerciais e representantes do mercado. Atua na defesa de interesses econômicos e contribui com recursos financeiros, <i>expertise</i> técnica e capacidade de articulação institucional.	Patay et al. (2023); Kriesi, Adam e Jochum (2006); Mirzyńska (2023)
Setor Público Executivo	Compreende órgãos do Executivo nos níveis federal, estadual e municipal. Atua diretamente na formulação e implementação de políticas públicas, sendo fundamental para a institucionalização de agendas e mobilização de recursos estatais.	Mirzyńska (2023); Kriesi, Adam e Jochum (2006); Silva Jaramillo (2017)
Setor Público Legislativo	Refere-se a parlamentares e representantes do Poder Legislativo. Atua na proposição legislativa, fiscalização e mediação entre interesses sociais e institucionais no processo decisório.	Mirzyńska (2023)
Setor Público Judiciário e Ministério Público	Engloba membros do Judiciário e do Ministério Público. Atua na defesa da legalidade e em temas de interesse público, exercendo influência normativa e institucional nos debates políticos e decisões sobre políticas públicas.	Silva Jaramillo (2017)
Organizações Não Governamentais (ONGs)	Representam instituições da sociedade civil organizada, com atuação independente do Estado. Contribuem com advocacy, produção de conhecimento aplicado e articulação de causas coletivas em políticas públicas.	Mirzyńska (2023); Newton e Elliott (2016); Reed et al. (2009)

(Continua)

(Continuação)

Categoria	Descrição conceitual	Referências
Acadêmico e Científico	Compreende universidades, centros de pesquisa e especialistas. Aportam conhecimento técnico, metodologias e evidências empíricas para qualificar o debate público e embasar estratégias coletivas das coalizões.	Mirzyńska (2023); Newton e Elliott (2016); Reed et al. (2009)
Terceiro Setor	Conjunto de organizações privadas sem fins lucrativos que atuam em favor de interesses coletivos, por meio de atividades voluntárias e de interesse público. Inclui associações civis, conselhos profissionais, cooperativas sociais, coletivos comunitários e outras entidades autônomas.	Galloway (2019)

Fonte: elaborado pelo autor.

A próxima seção examina a centralidade dos atores nas coalizões, explorando seu papel na coordenação e articulação estratégica da ação coletiva.

4.1.4 A centralidade discursiva como dimensão da coordenação política

A coordenação entre atores políticos pressupõe articulação de expectativas, circulação estruturada de informações e convergência estratégica necessária à ação coletiva. Nesse processo, alguns atores passam a ocupar posições privilegiadas, que lhes conferem capacidade de atuar como intermediários comunicativos. Essa posição favorece a difusão de argumentos, a mediação de informações e a construção de consensos, funções reconhecidas na literatura sobre redes sociais e centralidade estrutural (Borgatti; Everett, 2006; Freeman; Roeder; Mulholland, 1979; Wasserman; Faust, 1994).

Como a coordenação depende de fluxos comunicativos estáveis e da habilidade dos atores para mediar sentidos e expectativas, torna-se necessário explicitar o papel do discurso como elemento que organiza essas trocas e sustenta alinhamentos dentro das coalizões. No contexto das políticas públicas, o discurso constitui processo interativo e intencional por meio do qual os atores formulam, transmitem e disputam ideias que moldam comportamentos coletivos e influenciam a dinâmica institucional (Schmidt, 2008; Vieira, 2020). Ele articula a estrutura de crenças das coalizões, reforçando a intersubjetividade e expressando valores incorporados em políticas e programas (Jenkins-Smith *et al.*, 2014; Vieira; Gomes, 2014).

A centralidade discursiva resulta, nessa perspectiva, da atenção às menções realizadas pelos atores durante interações públicas, observando como se nomeiam, como identificam aliados e como constroem simbolicamente seus opositores. Essas nomeações revelam posições, vínculos e fronteiras discursivas no interior das coalizões, permitindo compreender padrões coordenativos (Vieira, 2020).

Em arenas deliberativas, como audiências públicas, sessões legislativas e consultas institucionais, o discurso constitui o principal registro empírico da atuação política. Nessas situações, a centralidade discursiva descreve o grau de visibilidade e relevância de um ator nas interações de coordenação, manifestado por referências diretas, citações, manifestações de apoio ou concordância. Evidências empíricas recentes indicam que atores com maior centralidade discursiva tendem a assumir papel articulador, conectando segmentos distintos do debate e influenciando a direção da deliberação (Gupta *et al.*, 2022; Howe, 2022; Rinscheid, 2019; Swarnakar; Shukla; Broadbent, 2022).

As menções discursivas, portanto, funcionam como indicador observável da posição ocupada por um ator no campo comunicativo. Parte-se da premissa de que a capacidade de coordenar está associada à visibilidade discursiva e ao reconhecimento conferido pelos pares (Swarnakar; Shukla; Broadbent, 2022; Weible; Sabatier, 2018). Essas menções podem aparecer por referência ao nome do ator, ao cargo ou à função institucional desempenhada (Leifeld; Haunss, 2012; Poikkimäki *et al.*, 2023), representando sinais concretos de reconhecimento e influência no interior da interação.

O Quadro 11 apresenta a conceituação adotada neste estudo para o operador discursivo “menção”, utilizado como indicador de centralidade na análise das interações de coordenação.

Quadro 11 – Conceituação do operador discursivo menção como indicador de centralidade

Indicador Discursivo de Centralidade	Menção	Referências
Variável observável que permite mensurar a posição de um ator no conjunto das interações discursivas, revelando sua visibilidade e relevância no espaço comunicativo.	Referência explícita feita por um ator a outro, seja pelo nome, cargo ou função institucional. Representa a visibilidade do ator	Mendelberg, Karpowitz e Oliphant, 2014; Leifeld e Haunss, 2012; Poikkimäki <i>et al.</i> , 2023

Fonte: elaborado pelo autor.

A próxima seção examina a liderança como componente da coordenação, destacando o papel de atores responsáveis por articular esforços, orientar estratégias e influenciar a ação coletiva no interior das coalizões de defesa.

4.1.5 Liderança nas coalizões de defesa: uma dimensão estratégica da coordenação

A liderança, no âmbito das coalizões de defesa, constitui uma dimensão estratégica da coordenação por estar associada à capacidade de articular esforços coletivos, alinhar objetivos e mobilizar recursos de modo orientado à obtenção de resultados políticos. Essa atuação funciona como mecanismo que potencializa a eficácia coordenativa, uma vez que líderes

assumem funções de mediação, decisão e direcionamento estratégico, transformando interações dispersas em ações coletivamente estruturadas.

Em ambientes colaborativos, a liderança também contribui para integrar objetivos, mitigar conflitos e conectar arenas decisórias, reforçando a coesão e a capacidade de ação das coalizões (Cairney, 2019; Emerson; Nabatchi, 2015; Koebele, 2019; Mintrom, 2019; Sabatier; Jenkins-Smith, 1993; Weible; Ingold, 2018). Nessa perspectiva, compreender a coordenação no escopo do ACF exige examinar como diferentes formas de liderança influenciam padrões de estabilidade e mudança.

O modelo teórico do ACF distingue dois tipos fundamentais de liderança: os *policy entrepreneurs* e os *policy brokers*. Esses perfis exercem papéis complementares tanto no interior das coalizões quanto na interface entre elas. Os *policy entrepreneurs*, conforme descrito por Pholsim e Inaba (2022), assumem protagonismo nos processos de mudança ao identificar e explorar janelas de oportunidade, mobilizando redes, capital político e persistência para superar resistências institucionais e promover inovações. Seu engajamento deriva de convicções ideológicas ou ambições pessoais, permitindo-lhes impulsionar agendas, formular soluções e conquistar apoio, mesmo em contextos adversos. Estudos como o de Rodrigues *et al.* (2020) reforçam essa compreensão ao destacar o papel desses atores como líderes ativos que elaboram propostas inovadoras, articulam consensos e consolidam novas políticas.

Os *policy brokers*, em contraste, desempenham funções mediadoras nas disputas entre coalizões. Em vez de promover agendas próprias, atuam para viabilizar compromissos e reduzir instabilidades no processo decisório. Sua ênfase recai sobre a construção de soluções intermediárias aceitáveis a grupos divergentes, o que lhes confere relevância especialmente em contextos de polarização ou incerteza (Sabatier; Jenkins-Smith, 1993; O'Neil *et al.*, 2023). A literatura destaca servidores públicos de alto escalão como exemplos recorrentes desses mediadores, por sua atuação entre interesses conflitantes, como setores econômicos e ambientalistas, na busca por políticas equilibradas (Ingold; Varone, 2012).

A partir desse enquadramento e com base em Oliveira (2022), a liderança no contexto das interações políticas pode ser analisada por meio de duas categorias gerais: liderança hábil e liderança não hábil. A liderança não hábil, manifesta-se na ausência de comportamentos voltados à organização da ação coletiva, como a falta de estratégias, a inação diante da necessidade de mobilização de recursos, a incapacidade de mediar conflitos ou de influenciar decisores. Em cenários colaborativos, a ausência desses atributos compromete a articulação entre membros da coalizão e reduz a efetividade dos mecanismos de coordenação (Emerson; Nabatchi, 2015).

Por outro lado, a liderança hábil envolve comportamentos observáveis que indicam capacidade de organizar, direcionar e fortalecer a atuação coletiva. Essa forma de liderança evidencia a presença de atores capazes de estruturar a ação das coalizões por meio da mobilização de recursos, da construção de alianças e da articulação estratégica da ação coletiva (Ingold; Varone, 2012; Mintrom, 2019; Petridou, 2021; Sabatier; Jenkins-Smith, 1993). Em sua análise, Oliveira (2022) identifica oito subcategorias que compõem a liderança hábil.

A primeira corresponde à capacidade de convencer autoridades legais ou formais. Trata-se da habilidade de influenciar decisores institucionais para obter apoio político, autorizações ou aprovações relevantes às agendas da coalizão. Essa competência envolve persuasão, negociação e aproveitamento de janelas de oportunidade, evidenciada por reuniões com autoridades, compromissos públicos ou pareceres favoráveis.

A segunda, refere-se à elaboração e coordenação de estratégias para a coalizão. Envolve o planejamento de ações coletivas, definição de metas, organização de mobilizações e condução de táticas políticas. Nessa categoria se enquadram declarações que evidenciam a definição de estratégias e a orientação da ação coletiva. A terceira abrange a captação e mobilização de recursos disponíveis no subsistema. Inclui recursos financeiros, técnicos, humanos, informacionais ou políticos, mobilizados por meio de redes de apoio, bases de dados, equipes especializadas ou parceiros institucionais.

A quarta subcategoria corresponde à capacidade de impulsionar o domínio da coalizão no subsistema político. Essa competência se traduz na ocupação de espaços estratégicos, liderança de processos decisórios e presença ativa em arenas de deliberação, ampliando legitimidade e influência. A quinta diz respeito à habilidade de atrair recursos externos que fortaleçam a coalizão, como alianças, parcerias institucionais ou apoio de organizações internacionais, ampliando a capacidade de atuação.

A sexta envolve a reconfiguração estratégica diante de crises ou eventos externos. Trata-se da habilidade de ajustar planos e reorganizar ações em resposta a mudanças institucionais, crises políticas, desastres ou alterações na opinião pública. A sétima subcategoria, refere-se à atuação como mediador, com foco na promoção de estabilidade e na construção de acordos entre membros da própria coalizão ou entre coalizões adversárias. A oitava destaca a capacidade de evitar o conflito ideológico direto e manter pontes entre coalizões, preservando canais de diálogo e reduzindo tensões para viabilizar negociações futuras.

O Quadro 12 sistematiza as categorias e subcategorias analíticas da liderança hábil e não hábil, relacionando cada definição às referências que fundamentam sua conceituação no contexto do ACF.

Quadro 12 – Categorias e subcategorias analíticas da liderança hábil

Categoria/ Subcategoria	Descrição conceitual	Referências
Liderança Não Hábil	Interações em que não se observam atributos de liderança hábil, seja por ausência de ação estratégica, postura passiva ou atuação sem impacto relevante na coordenação da coalizão.	Weible; Olofsson; Heikkila, 2023; Oliveira, 2022; Cairney, 2011; Mintrom, 2019; Schmid, Sewerin e Schmidt, 2020; McGee e Jones, 2019
Liderança Hábil	Comportamentos observáveis de organização, mediação e direcionamento estratégico, nos quais o ator articula esforços coletivos, mobiliza recursos ou promove estabilidade e acordos dentro ou entre coalizões.	Sabatier; Jenkins-Smith, 1993; Mintrom, 2019; Petridou, 2021; Oliveira, 2022
Convencer autoridades legais e formais	Persuadir, negociar ou influenciar decisores institucionais, autoridades públicas ou órgãos formais para apoiar ou aprovar agendas da coalizão.	Mintrom, 2019; Petridou <i>et al.</i> , 2024; Oliveira, 2022
Planejar estratégias para a coalizão	Elaborar, apresentar ou coordenar planos de ação, estratégias políticas ou táticas coletivas voltadas à consecução dos objetivos da coalizão.	Weible; Ingold, 2018; Koebele, 2019; Oliveira, 2022
Captar e mobilizar recursos do subsistema	Garantir ou articular recursos financeiros, humanos, técnicos ou políticos disponíveis no subsistema de políticas para fortalecer a atuação coletiva.	Emerson; Nabatchi, 2015; Oliveira, 2022
Impulsionar o domínio da coalizão no subsistema	Promover ações voltadas à ampliação da influência, do protagonismo e da presença estratégica da coalizão nas arenas decisórias do subsistema político.	Cairney, 2019; Oliveira, 2022
Atrair recursos que fortalecem a coalizão	Buscar apoio externo, formar alianças, estabelecer parcerias institucionais e acessar recursos adicionais que ampliem a capacidade de ação da coalizão.	Mintrom, 2019; Oliveira, 2022
Reconfigurar estratégias diante de crises ou eventos externos	Ajustar planos de ação e reorganizar a atuação da coalizão em resposta a mudanças contextuais, como crises políticas, econômicas, ambientais ou institucionais.	Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020; McGee; Jones, 2019
Atuar como mediador para promover estabilidade e acordos	Intermediar conflitos entre membros da coalizão ou entre coalizões distintas, facilitando a construção de consensos e a continuidade do processo decisório.	Sabatier; Jenkins-Smith, 1993; Ingold; Varone, 2012
Evitar conflito ideológico direto e manter pontes entre coalizões	Adotar estratégias de moderação, preservando canais de diálogo e reduzindo tensões com coalizões adversárias, a fim de viabilizar acordos futuros.	Ingold; Varone, 2012

Fonte: elaborado pelo autor.

A seção seguinte examina o comprometimento como componente da coordenação, destacando seu papel na estabilidade e na eficácia da ação coletiva no interior das coalizões de defesa.

4.1.6 Comprometimento na Coordenação de Coalizões de Defesa

O comprometimento dos atores constitui uma dimensão central no processo de coordenação política das coalizões de defesa, sendo amplamente reconhecido na literatura de políticas públicas como um dos pilares da estabilidade e da eficácia coletiva (Emerson; Nabatchi, 2015; Nohrstedt; Weible, 2010; Weible *et al.*, 2009). A efetividade da coordenação

não decorre apenas da existência de crenças compartilhadas ou de estruturas institucionais formalizadas, mas depende, de maneira decisiva, da motivação ativa dos atores para investir tempo, esforço e recursos em um projeto coletivo, mantendo-se engajados mesmo diante de custos, riscos ou instabilidades (Sabatier; Jenkins-Smith, 1993; Weible *et al.*, 2009). Nesse processo, o comprometimento sustenta a ação coordenada e garante a continuidade das estratégias das coalizões ao longo do tempo.

As evidências empíricas sugerem que níveis mais profundos de engajamento dos atores estão associados a maior legitimidade e efetividade das políticas públicas. Com base nessa perspectiva, Aragão e Sarturi (2024), ao analisarem a política municipal de Educação do Campo “*COMDECampo*”, demonstram que diferentes níveis de engajamento (do transacional ao transformacional) influenciam positivamente a percepção de desempenho da política. Os autores mostram que formas mais profundas de engajamento, fundadas na gestão conjunta, participação ativa e liderança dos *stakeholders*, ampliam a legitimidade da ação estatal, qualificam a avaliação dos resultados e fortalecem a resposta pública às demandas de coletivos sociais historicamente marginalizados.

No âmbito do ACF, o comprometimento é compreendido como a disposição contínua dos membros para agir estrategicamente para sustentar sua influência no subsistema de políticas (Sabatier; Jenkins-Smith, 1993). Essa disposição envolve a percepção de incentivos, que podem incluir acesso a recursos financeiros, técnicos ou políticos, ampliação da influência coletiva, proteção diante de ameaças externas e capacidade de aproveitar janelas de oportunidade (Milhorange; Le Coq; Sabourin, 2021; Sengchaleun *et al.*, 2022). Tais incentivos moldam a decisão do ator de permanecer engajado, pois reforçam a expectativa de que a coalizão pode ampliar suas chances de alcançar resultados desejados (Weible; Sabatier, 2007).

O ambiente institucional também exerce papel determinante na consolidação do comprometimento. Regras políticas que exigem cooperação entre os participantes, como os mecanismos de decisão por maioria qualificada, tendem a aumentar os incentivos à permanência nas coalizões (Dela Santa, 2018). De modo semelhante, a presença de ameaças externas ou a atuação de grupos opositores pode intensificar o compromisso dos membros, ao gerar percepção de risco coletivo e estimular a coesão interna (Nohrstedt; Weible, 2010; Rodrigues; Vasconcellos, 2020). Além desses fatores, o apoio de financiadores e a atuação de lideranças empreendedoras contribuem para sustentar o engajamento, ao fortalecer redes de ação coletiva e mobilizar a motivação dos participantes (Lenczner; McPhedran Waitzer, 2018; Wesche *et al.*, 2024).

A partir dessa concepção, o comprometimento nas interações políticas pode ser classificado como presente ou ausente. O comprometimento ausente se manifesta quando os atores não demonstram disposição para assumir responsabilidades nem indicam engajamento contínuo com a coalizão, limitando-se a manifestações genéricas de apoio ou opiniões isoladas, desvinculadas de ações concretas. Em contraste, o comprometimento presente se caracteriza por manifestações explícitas que revelam a intenção do ator de contribuir de forma substantiva para os objetivos da coalizão, seja por meio da assunção de tarefas específicas, seja pela sinalização de continuidade a médio ou a longo prazo (Emerson; Nabatchi, 2015). Essas manifestações podem envolver desde responsabilidades operacionais até a oferta de recursos técnicos ou políticos, além de declarações formais de participação futura.

Do ponto de vista operacional, o comprometimento presente pode ser analisado com base em dois indicadores qualitativos: a disposição para assumir tarefas e a retórica de continuidade com visão de longo prazo (Milhorange; Le Coq; Sabourin, 2021; Schlager, 1995). Esses indicadores permitem captar, de maneira mais precisa, como os atores materializam seu engajamento nas dinâmicas das coalizões. A disposição para assumir tarefas constitui um dos principais sinais de comprometimento efetivo, pois indica um engajamento concreto que ultrapassa a participação formal ou passiva. Atores comprometidos tendem a se voluntariar para funções estratégicas, como elaboração de documentos coletivos ou representação da coalizão em espaços institucionais, demonstrando confiança no grupo e intenção de investir esforços adicionais para fortalecer sua atuação (Sabatier; Jenkins-Smith, 1993; Weible *et al.*, 2009).

O segundo indicador, a retórica de continuidade e visão de longo prazo, refere-se à forma como os membros expressam, em discursos ou documentos, a intenção de manter e aprofundar sua participação na coalizão ao longo do tempo (Emerson; Nabatchi, 2015). Declarações desse tipo sugerem um compromisso resiliente, que persiste mesmo diante de incertezas ou riscos. Para Schlager (1995), essa retórica constitui evidência importante da persistência estratégica dos membros e da disposição de sustentar e fortalecer a coalizão. A identificação desse indicador pode ocorrer por meio da análise de discursos públicos, atas de reuniões, documentos oficiais ou entrevistas, observando menções explícitas à manutenção de esforços, planos futuros ou continuidade da atuação conjunta.

Quadro 13 – Categorias e indicadores de comprometimento político nas coalizões de defesa

Categoria	Descrição		Autores
Comprometimento Ausente	Não há manifestações indicando disposição de assumir responsabilidade ou engajamento contínuo		Emerson e Nabatchi (2015); Nohrstedt e Weible (2010)
Comprometimento Presente	Indica quando o ator manifesta disposição concreta para assumir tarefas ou expressa continuidade e engajamento de longo prazo com a coalizão.		
	Subcategoria	Descrição	
	Disposição para assumir tarefas	Declaração explícita de que o ator irá assumir uma ação ou responsabilidade específica.	
	Retórica de continuidade e visão de longo prazo	Indicação de engajamento sustentado ou de manutenção da atuação coletiva ao longo do tempo.	

Fonte: elaborado pelo autor.

A seção seguinte apresenta a síntese final das revisões da literatura, na qual são consolidados os principais componentes analíticos identificados para a análise da coordenação no âmbito do ACF.

4.1.7 Síntese dos Componentes Analíticos do Atributo Coordenação no ACF

A coordenação constitui um dos cinco atributos estruturantes das coalizões de advocacia no âmbito do ACF. Esse atributo descreve o grau em que atores políticos articulam atividades de maneira sincronizada ou conjunta, revelando padrões distintos de cooperação e alinhamento estratégico. A literatura distingue duas modalidades fundamentais de coordenação: a coordenação intracoalizão e a coordenação intercoalizão, cada uma expressando diferentes alcances e funções no funcionamento do subsistema de políticas públicas (Emerson; Nabatchi, 2015; Weible *et al.*, 2020).

A coordenação intracoalizão corresponde à articulação colaborativa estabelecida entre atores que integram a mesma coalizão de advocacia. Trata-se da realização de atividades políticas coordenadas por indivíduos ou organizações que compartilham crenças nucleares comuns e, por essa razão, atuam como aliados. Essa modalidade reflete a capacidade de uma coalizão de converter suas crenças compartilhadas em estratégias de ação coerentes, assegurando coesão interna e continuidade na atuação política (Emerson; Nabatchi, 2015; Weible *et al.*, 2020).

A coordenação intercoalizão, por sua vez, refere-se à colaboração estabelecida entre coalizões rivais. Essa forma de interação ocorre quando grupos posicionados em lados opostos de um conflito político decidem cooperar no processo de formulação de políticas. Envolve negociações, decisões baseadas em consenso e compartilhamento de recursos, com o intuito de alcançar resultados que beneficiem todas as partes envolvidas. A presença recorrente desse tipo

de coordenação caracteriza subsistemas colaborativos, enquanto sua ausência indica contextos adversariais, marcados por disputas que tendem a produzir resultados assimétricos. Ademais, sistemas políticos assentados em modelos de democracia consensual tendem a favorecer esse tipo de cooperação, assim como a atuação de indivíduos capazes de desempenhar o papel de *policy brokers*, cuja intervenção pode ampliar as possibilidades de interação entre coalizões rivais (Weible *et al.*, 2020).

A partir das revisões da literatura, esta pesquisa estabeleceu um conjunto de componentes analíticos da coordenação, sendo o primeiro deles o alcance. Esse componente distingue duas formas fundamentais de articulação colaborativa: a coordenação intracoalizão, que se manifesta na cooperação entre atores pertencentes à mesma coalizão de advocacia, e a coordenação intercoalizão, que se refere às interações colaborativas desenvolvidas entre coalizões rivais (Emerson; Nabatchi, 2015; Weible *et al.*, 2020). O segundo é o nível de coordenação, que se refere ao grau de formalidade, intensidade e estrutura das interações estabelecidas entre os membros de uma coalizão. A literatura distingue dois tipos: a coordenação de nível inferior, marcada por intercâmbios informais de informação e adaptações comportamentais não institucionalizadas; e a coordenação de nível superior, caracterizada por esforços deliberados, organizados e sustentados de cooperação, baseados em confiança mútua, compartilhamento de recursos e alinhamento estratégico (Koebele, 2020; Stritch, 2015; Weible; Ingold, 2018; Weible *et al.*, 2020).

O terceiro componente, setorização, constitui uma dimensão analítica da coordenação que diz respeito à classificação institucional ou organizacional dos atores políticos que integram uma coalizão, como representantes do setor público, terceiro setor ou do setor privado (Costie; Holm; Berardo, 2018). O quarto componente é grau de centralidade discursiva, que se refere à proeminência, visibilidade e influência estratégica que um ator ou uma coalizão exerce no processo de formulação de políticas (Leifeld; Haunss, 2012; Mendelberg; Karpowitz; Oliphant, 2014; Poikkimäki *et al.*, 2023; Vieira, 2020).

O quinto é a liderança, definida como capacidade de articular ações coletivas, promover o alinhamento de objetivos e mobilizar recursos em direção à obtenção de resultados políticos (Mintrom, 2019). E finalmente, o sexto é o comprometimento, definido como a disposição contínua dos atores para investir esforços e manter engajamento estratégico na coalizão, expressa por ações concretas e por sinais de continuidade no longo prazo, condição essencial para sustentar sua influência no subsistema de políticas (Emerson; Nabatchi, 2015; Nohrstedt; Weible, 2010). A síntese apresentada nesta seção constitui o dicionário de dados produzido pela revisão de literatura, reunindo de forma sistemática os seis componentes analíticos – alcance,

nível, setorização, centralidade discursiva, liderança e comprometimento – que orientam a operacionalização empírica da coordenação ao longo desta tese.

4.2 Dinâmica das Coalizões e Disputa por Recursos no Subsistema da Agenda Verde (2012–2021)

A análise conduzida na pesquisa de Oliveira (2022) identifica as comissões legislativas especializadas como arena central do subsistema, destacando a CMADS, na Câmara dos Deputados, e a CMA, no Senado Federal, como espaços privilegiados de coleta e interpretação dos dados empíricos. Nessas arenas institucionais, os atores governamentais e não governamentais confrontam crenças, mobilizam recursos e implementam estratégias destinadas a influenciar a formulação e a implementação de políticas ambientais, permitindo observar de forma sistemática a atuação das coalizões de defesa.

A dinâmica das coalizões entre os anos de 2012 e 2021, revelada pelas atividades da CMADS e da CMA, demonstra um cenário marcado pela mobilização estratégica de recursos e pela disputa entre coalizões de defesa que buscam influenciar o processo político (Oliveira, 2022). O estudo de Oliveira (2022), de natureza qualitativa, baseia-se em um corpus documental composto por 41 notas taquigráficas de audiências públicas, legislações, decretos, portarias, projetos de lei, pareceres e reportagens, complementado por entrevistas semiestruturadas com 17 atores relevantes. A autora utilizou análise de conteúdo para sistematizar o material empírico.

No total, 300 atores individuais participaram das audiências públicas que discutiram a agenda verde no período. Desses, 203 expressaram suas crenças, representando 143 organizações distintas. Essas organizações foram agregadas em 34 atores coletivos, sendo 20 analisados individualmente por seu peso na arena decisória, entre eles: Ibama, ICMBio, Imazon, IPAM, ISA, MAPA, MCTI, MDIC, MMA, CNA, Embrapa, APIB, TNC, governos estaduais, universidades (UFMG, UnB, USP), SFB e SOS Mata Atlântica. As demais 109 organizações foram agrupadas em 14 atores coletivos segundo características comuns, como setor agropecuário, academia, ONGs, governos subnacionais e parlamentares.

Com base nas crenças expressas pelos 203 atores individuais, os 34 atores coletivos foram categorizados em uma ou mais coalizões de defesa, considerando as três fases do governo federal analisadas: Fase 1 – governo Dilma Rousseff (2012 a maio de 2016); Fase 2 – governo Michel Temer (maio de 2016 a 2018); e Fase 3 – governo Jair Bolsonaro (2019 a 2021). No

total, dos 34 atores coletivos, nove estiveram presentes nas três fases, quinze em duas fases e dez em apenas uma fase.

A classificação dos atores coletivos nas coalizões baseou-se no código das crenças presentes no subsistema da agenda verde, elaborado e validado por Araújo (2013), realizado a partir do cálculo dos desvios médios em relação às posições esperadas de cada coalizão; e, classificação do ator na coalizão cujo desvio médio foi mais próximo de zero. Em casos de empate, o ator coletivo foi classificado em múltiplas coalizões simultaneamente, revelando ambivalência ou fluidez de posicionamentos.

Alguns exemplos de empate incluem a Embrapa, alocada simultaneamente em diferentes coalizões em mais de uma fase; a CNA, classificada como Desenvolvimentista Moderna e Tecnocrata Esclarecida na Fase 2; e a USP, classificada como Tecnocrata Esclarecida e Socioambientalista na Fase 3 (Oliveira, 2022). Esses casos ilustram a complexidade das configurações das coalizões e a sobreposição de crenças entre os *stakeholders*.

Importante destacar que, embora a codificação das falas tenha ocorrido no nível individual, visando à identificação das crenças expressas por cada participante, os resultados e análises apresentados por Oliveira (2022) enfatizam os atores coletivos, adotados como unidade principal de análise na composição das coalizões. De forma sintética, a autora classificou 81 atores individuais nas suas respectivas coalizões considerando o lapso total (2012 - 2021), e, por isso não os analisou por fase.

A autoridade legal e formal emergiu como o recurso mais relevante nas disputas internas ao subsistema, constituindo objeto central de competição entre as coalizões (Oliveira, 2022). Todos os recursos previstos na literatura do ACF foram identificados na análise empírica, e três novos tipos de recurso – judicialização, mídia e apoio da comunidade internacional – também foram mobilizados. Esses recursos frequentemente operaram de modo combinado, dado que sua efetividade dependia da articulação prévia de outros instrumentos, o que reforça a natureza interdependente das estratégias das coalizões.

4.2.1 A arena de pesquisa: CMADS e CMA no Congresso Nacional

A delimitação da arena de pesquisa no subsistema da agenda verde nacional, adotada por Araújo (2013) e Oliveira (2022), concentra-se nas comissões permanentes do Congresso Nacional dedicadas às temáticas ambientais. Ambas as autoras analisam audiências públicas realizadas na CMADS, da Câmara dos Deputados, e na CMA, do Senado Federal. No estudo

de Oliveira (2022), as notas taquigráficas dessas comissões, referentes ao período de 2012 a 2021, constituem a principal fonte documental para a identificação de atores, crenças e repertórios argumentativos.

A justificativa para esse recorte analítico fundamenta-se na adequação do ACF à análise das políticas ambientais, alinhando-se a estudos anteriores (Araújo, 2013; Pierce *et al.*, 2017). O Congresso Nacional é concebido como arena decisória central para a formulação de políticas ambientais, e os registros das audiências públicas oferecem documentação acessível, padronizada e sistemática, adequada para a identificação de *stakeholders* e a codificação de suas crenças políticas (Oliveira, 2022). A metodologia empregada por Oliveira (2022) foi construída sobre o código analítico desenvolvido por Araújo (2013), que estabeleceu os temas centrais do subsistema (biodiversidade, florestas, unidades de conservação e recursos genéticos), como eixos estruturantes da análise.

Embora as comissões legislativas constituam o principal lócus de observação, as autoras reconhecem que outras arenas decisórias exercem influência relevante no subsistema. O Poder Executivo é apontado como o principal detentor da autoridade legal e formal, sendo a alternância no comando do Executivo Federal o fator mais determinante para a reconfiguração da distribuição de poder entre coalizões (Oliveira, 2022).

Além disso, Araújo (2013) enfatiza o papel de órgãos colegiados, como o Conama, considerados por determinados atores como fóruns mais apropriados para a deliberação de políticas ambientais. Sua análise também distingue os subsistemas correlatos – agenda marrom e agenda azul – demonstrando que, embora interdependentes, cada um apresenta lógicas específicas de funcionamento, prioridades distintas e arenas decisórias próprias.

4.3 Análise da Posição Ideológica do Executivo no Brasil (2011–2021)

Entre os indicadores para compreender os efeitos da mudança no comando do Executivo, destaca-se a orientação ideológica assumida por esse centro de poder. Essa variável pode operar como marcador-chave das transformações institucionais, pois sinaliza substituições de coalizões dominantes, redefinições de arenas decisórias e redistribuição de oportunidades entre os grupos que disputam influência no subsistema de política.

No período de 2012 a 2021, diferentes estudos, baseados na análise de programas partidários, *surveys* com especialistas, estimativas de posicionamento ideológico do executivo federal (Scheeffler, 2023; Singer, 2021; Zucco; Power, 2024) indicam um movimento consistente de deslocamento em direção à direita. Nesse contexto, o Quadro 14 sintetiza, de

forma comparativa, as classificações ideológicas do Executivo ao longo dos três períodos considerados, bem como os métodos utilizados nos estudos que fundamentam essas interpretações.

Quadro 14 – Classificação ideológica do Executivo e do Congresso Nacional (2011–2022)

Governo	Ideologia do Executivo	Métodos / Evidências	Principais referências
Dilma Rousseff (2011–2016)	Centro-Esquerda	Composição do arranjo governamental; análise de discursos; expert <i>surveys</i> ; votações nominais	Carvalho, Viana e Carlomagno (2017); Izumi e Medeiros (2021); Centeno e Bringhenti (2021); Zucco e Power (2024); Fuks e Marques (2020); Scheeffler (2023)
Michel Temer (2016–2018)	Centro-Direita	Expert <i>surveys</i> ; modelos estatísticos de votações; tipologias ideológicas partidárias	Scheeffler (2023); Carvalho <i>et al.</i> (2017); Goldstein (2019)
Jair Bolsonaro (2019–2021)	Extrema-Direita	BLS (<i>expert survey</i>); análise programática; diagnósticos da nova direita parlamentar	Zucco e Power (2024); Centeno e Bringhenti (2021); Singer (2021); Fuks e Marques (2020); Scheeffler (2023)

Fonte: elaborado pelo autor.

Durante o governo Dilma Rousseff (2011–2016), o Executivo foi classificado como de centro-esquerda, em consonância com a trajetória programática do Partido dos Trabalhadores, embora estudos apontem elementos de moderação estratégica (Carvalho; Viana; Carlomagno, 2017). Evidências provenientes de pesquisas com especialistas situam tanto o partido quanto a presidenta à esquerda do centro no espectro ideológico (Zucco; Power, 2024).

O governo Michel Temer (2016–2018) é classificado como de centro-direita (Izumi; Medeiros, 2021; Scheeffler, 2023). A atuação do Executivo nesse período foi decisiva para a consolidação de uma agenda de direita neoliberal (Goldstein, 2019; Milhorange, 2022). A transição pós-impeachment abriu espaço para a formação de uma nova ordem política caracterizada como de direita ou de democracia blindada, orientada para o fortalecimento de um sistema favorável ao mercado (Goldstein, 2019).

No governo Jair Bolsonaro (2019–2021), o Executivo é identificado como um governo de extrema-direita, Zucco e Power (2024) caracterizam Bolsonaro como o presidente ideologicamente mais extremado desde a redemocratização. Na análise programática, o PSL é classificado como partido de direita/extrema-direita (Centeno; Bringhenti, 2021).

A trajetória ideológica entre os governos Dilma, Temer e Bolsonaro evidencia o deslocamento do Executivo federal brasileiro da centro-esquerda para a extrema-direita. A crise que marcou o segundo mandato de Dilma, seguida da implementação de uma agenda de direita neoliberal por Temer, resultou na abertura institucional que permitiu a ascensão de um líder de extrema-direita, consolidando uma fase de polarização assimétrica e fortalecimento do conservadorismo (Fuks; Marques, 2020; Singer, 2021). Esse movimento caracteriza um

realinhamento profundo na política nacional, com implicações diretas sobre a dinâmica de coalizões e a organização de subsistemas de política pública.

4.3.1 Direções da Política Ambiental Brasileira: Orientações Ideológicas, Instrumentos e Resultados (2011–2021)

As orientações político-ideológicas exercem influência significativa sobre a formulação e implementação de políticas ambientais no Brasil. Em termos gerais, é possível identificar padrões relativamente consistentes na forma como partidos e governos se posicionam diante da agenda ambiental. Partidos de esquerda tendem a priorizar o bem-estar coletivo, demonstrando maior sensibilidade aos impactos socioambientais e adotando instrumentos regulatórios mais rígidos, como padrões obrigatórios, taxaões ambientais e mecanismos de controle direto. Estudos associam essa abordagem a menores emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a maiores taxas de reciclagem (Arslan; Koyuncu; Yilmaz, 2024; Wang *et al.*, 2022).

Por outro lado, partidos de direita frequentemente expressam ceticismo em relação às mudanças climáticas e resistem a compromissos internacionais que possam ser percebidos como uma ameaça à soberania (Böhmelt, 2022). No plano doméstico, privilegiam soluções de mercado, incentivos voluntários e subsídios, evitando políticas que imponham custos diretos à população ou ao setor produtivo.

Pesquisas demonstram que governos de direita tendem a apresentar maior emissão de GEE e menor efetividade em políticas de reciclagem e conservação (Arslan; Koyuncu; Yilmaz, 2024; Kim; Urpelainen, 2015). Governos de centro, por sua vez, ocupam posições mais ambíguas, ora adotando medidas de caráter regulatório, ora aproximando-se de soluções de mercado, evidenciando pragmatismo diante das diferentes agendas. Em alguns contextos, o populismo de direita adota estratégias ambientalistas seletivas orientadas por ganhos eleitorais, como observado em experiências europeias (Oswald; Fromm; Broda, 2021).

Considerando essas distinções, pode-se analisar os efeitos das orientações ideológicas sobre a política ambiental brasileira entre 2011 e 2021. Nesse período, observou-se um processo progressivo de flexibilização normativa e alteração das formas de governança estatal. Embora os três governos compartilhem elementos de regressividade legal e fragilização dos instrumentos de proteção, o sentido e a intensidade dessas mudanças variaram conforme a orientação político-ideológica predominante (Novelli, 2024).

No governo Dilma Rousseff, a política ambiental foi conduzida sob um projeto que buscou conciliar crescimento econômico com políticas sociais, resultando na subordinação

recorrente da agenda ambiental a objetivos de desenvolvimento (Novelli, 2024; Vergara-Camus; Kay, 2017). Essa dinâmica se aproxima da noção de “governo marrom” (Gudynas, 2019; Novelli, 2024). Apesar da manutenção de mecanismos participativos, como o Conama e as conferências de meio ambiente, grandes projetos de infraestrutura intensificaram conflitos com comunidades indígenas, ribeirinhas e movimentos socioambientais (Novelli, 2024).

A transição para o governo Michel Temer correspondeu à adoção de um modelo de gestão marcado pela contenção fiscal e redução da capacidade estatal, sobretudo após a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o teto de gastos (Boito Jr., 2018; Novelli, 2024). A agenda ambiental passou a ser tratada como entrave regulatório, impulsionando tentativas de flexibilização do licenciamento e a aprovação da Lei nº 13.465/2017, conhecida como Lei da Grilagem (Novelli, 2024). A permanência de servidores de carreira no Ibama e no ICMBio funcionou como mecanismo interno de contenção, limitando efeitos mais abruptos (Novelli, 2024; Santos *et al.*, 2021).

No governo Jair Bolsonaro, observa-se uma ruptura mais profunda. A política ambiental passou a ser orientada por uma redução intencional e acelerada da capacidade reguladora e operacional do Estado, articulada à liderança de perfil autoritário e marcada por confrontação e polarização (Cordeiro; Novaes; Barcellos, 2022; Deutsch, 2021; Novelli, 2024). O objetivo central desloca-se para o desmonte ativo da governança ambiental (Bonelli; Fernandes; Cavalcante, 2023). A retórica negacionista e o ataque à legitimidade da ciência e de organizações socioambientais legitimaram a militarização de instituições, o esvaziamento orçamentário, a redução do Conama e a revogação de normas de proteção (Novelli, 2024; Agapito; Miranda; Januário, 2022). As diferenças entre as três gestões são sistematizadas no Quadro 15, que sintetiza orientações político-ideológicas, prioridades estratégicas, mudanças institucionais, instrumentos e efeitos concretos.

Quadro 15 – Diretrizes comparadas da política ambiental nos governos Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro (2011–2021)

Dimensão	Dilma Rousseff (2011–2016)	Michel Temer (2016–2018)	Jair Bolsonaro (2019–2021)
Direção político-programática da gestão	Conciliação entre crescimento econômico e políticas sociais, com subordinação da agenda ambiental a objetivos de desenvolvimento nacional.	Gestão orientada pela contenção fiscal e pela redução da capacidade estatal de execução de políticas socioambientais.	Redução intencional e acelerada da capacidade regulatória e operacional do Estado na área ambiental, associada a uma liderança de perfil autoritário e conflitivo.
Prioridades	Incentivo a grandes projetos de infraestrutura e fortalecimento de setores estratégicos.	Ajuste fiscal e flexibilização de regras ambientais consideradas entraves.	Desmonte institucional, deslegitimação de órgãos técnicos e redução de barreiras ao capital.

(Continua)

(Continuação)

Dimensão	Dilma Rousseff (2011–2016)	Michel Temer (2016–2018)	Jair Bolsonaro (2019–2021)
Mudanças institucionais	Manutenção de espaços participativos, mas com conflitos em torno do uso de territórios.	Restrição orçamentária e mudanças normativas que fragilizam mecanismos de proteção.	Militarização e esvaziamento de órgãos ambientais; redução de espaços participativos e colegiados.
Instrumentos centrais	Novo Código Florestal; continuidade do PAC e licenciamentos associados a grandes obras.	Lei nº 13.465/2017 (regularização fundiária); propostas de flexibilização do licenciamento ambiental.	Revogação de normas protetivas via Conama; liberação ampliada de agrotóxicos; projetos de lei para mineração em terras indígenas.
Resultados observáveis	Aumento do desmatamento especialmente após 2015 e intensificação de conflitos territoriais.	Retração orçamentária e paralisação de demarcações indígenas.	Desmatamento recorde, maior pressão sobre territórios tradicionais e aumento de conflitos no campo.
Padrão de coordenação política	Conciliação instável com participação social e disputas entre setores.	Negociação centrada em forças parlamentares vinculadas ao agronegócio.	Hostilidade a mecanismos de controle social, retórica negacionista e repressão a atores socioambientais.

Fonte: elaborado pelo autor adaptado de Novelli (2024), Santos *et al.* (2021), Deutsch (2021) e Bonelli, Fernandes e Cavalcante, (2023).

A análise comparativa do Quadro 15 evidencia o movimento de continuidade de processos de flexibilização normativa e da recorrente subordinação da política ambiental a agendas econômicas e setoriais, especialmente vinculadas à infraestrutura e ao agronegócio, padrão observável nos três governos, ainda que em ritmos e formatos distintos.

4.4 Resultados da Análise dos Movimentos dos Atores nas Comissões do Subsistema da Agenda Verde (2012–2021)

A compreensão da dinâmica política no subsistema da agenda verde requer examinar como os atores, individuais e coletivos, se distribuíram, atuaram e se moveram ao longo das três fases governamentais analisadas. A seção 4.2, dedica-se justamente a esse mapeamento, buscando identificar padrões de permanência, entrada, saída e reposicionamento que caracterizam a evolução das coalizões de defesa no período. Para isso, a subseção 4.2.1 apresenta a análise dos movimentos no nível individual, detalhando os procedimentos adotados para reconstruir a vinculação dos atores às coalizões e avaliar sua trajetória temporal. Em seguida, a subseção 4.2.2 se concentra nos atores coletivos, categoria analítica privilegiada pelo ACF, devido à sua maior persistência institucional e maior capacidade de influenciar o subsistema. Juntas, essas duas subseções oferecem uma análise integrada das transformações ocorridas entre 2012 e 2021, permitindo compreender de que modo as coalizões se

reorganizaram e como tais movimentos refletem mudanças mais amplas na estrutura política do subsistema.

4.4.1 Mapeamento do movimento dos atores individuais

A literatura previamente sistematizada demonstra que a análise se concentrou nos 34 atores coletivos do subsistema (ver seção 2.6.1), classificados por coalizão de defesa e por fases de governo. Com o objetivo de investigar de forma mais detalhada os movimentos dos atores ao longo das fases governamentais, esta pesquisa adota como unidades analíticas tanto os atores individuais quanto os atores coletivos identificados no estudo anterior.

Para possibilitar a análise dos 203 atores individuais quanto à sua vinculação às coalizões de defesa em cada fase governamental, foram utilizados dados secundários (ver seção 3.4.2) disponibilizados no repositório analítico do estudo anterior. O principal dado consistiu em uma planilha com 536 trechos das notas taquigráficas, codificados por Oliveira (2022) a partir das crenças identificadas nas 41 audiências públicas analisadas.

Embora essas codificações estivessem disponíveis, não havia identificação da autoria de cada trecho, impossibilitando reconhecer quais indivíduos haviam proferido cada manifestação. Para superar essa limitação, foi conduzido um rastreamento direto nas notas taquigráficas originais, resultando na atribuição detalhada dos 536 trechos aos respectivos atores individuais. Esse procedimento permitiu relacionar cada crença expressa a um indivíduo específico e classificá-la em uma das coalizões de defesa identificadas, considerando separadamente as três fases do Poder Executivo federal.

A partir dessa sistematização, foi possível identificar em quais fases governamentais cada um dos 203 atores individuais participou. Os resultados revelam que somente quatro atores individuais estiveram presentes em mais de uma fase, enquanto nenhum participou de todas as três fases. Os demais 199 atores apareceram exclusivamente em uma única fase. Esse padrão indica baixa recorrência temporal da participação individual, impossibilitando a identificação de dinâmicas consistentes de entrada, saída ou permanência ao longo do tempo. Ainda assim, para os poucos casos de presença multinível, a análise seguiu o enquadramento de Schmid, Sewerin e Schmidt (2020), que distingue cinco categorias de movimento: estabilidade, aparecimento, associação, dissociação e desaparecimento.

Entre os quatro atores que participaram de mais de uma fase, dois apresentaram movimento de estabilidade, mantendo crenças consistentes nas fases em que atuaram. Esse é o caso de Dalton de Morisson Valeriano, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e

Inovações (MCTI), classificado como tecnocrata esclarecido nas fases 1 (governo Dilma Rousseff) e 2 (governo Michel Temer), e de Márcio Astrini, das ONGs Ambientalistas, igualmente categorizado como tecnocrata esclarecido nas fases 1 e 3 (governos Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro). A continuidade temporal e a coerência das crenças desses atores sugerem trajetórias de engajamento técnico-político persistentes no subsistema da agenda verde.

Os outros dois atores que transitaram entre fases foram Rodrigo Justus de Brito, representante da CNA, e Roberta del Giudice, vinculada à OAB. Ambos participaram das fases 2 e 3. Rodrigo Justus foi classificado como desenvolvimentista moderno/tecnocrata esclarecido na Fase 2 e como desenvolvimentista moderno na Fase 3. Roberta del Giudice foi classificada como tecnocrata esclarecido/desenvolvimentista tradicional na Fase 2 e como tecnocrata esclarecido/desenvolvimentista moderno na Fase 3. No enquadramento teórico de Schmid, Sewerin e Schmidt (2020), esses dois casos representam movimentos que podem ser interpretados como associação ou dissociação, considerando que a entrada de um ator em uma nova coalizão implica, simultaneamente, sua saída da coalizão de origem.

Os dados estruturados nessa etapa, consistentes na categorização dos 203 atores individuais por coalizão de defesa e fase governamental, foram organizados e publicados integralmente no repositório Zenodo no arquivo “3_Apendice_CategorizaçãoIndividual”. O resultado demonstra que, no recorte empírico utilizado (41 notas taquigráficas), não se verificam padrões de movimento dos atores no nível individual. A presença majoritária de atuações restritas a uma única fase, somada ao reduzido número de indivíduos com participação intertemporal, inviabiliza observar trajetórias de entrada, saída ou reposicionamento entre as coalizões ao longo do período estudado. Essa limitação decorre exclusivamente do recorte de fontes e do material disponível e não deve ser interpretada como característica geral do subsistema da agenda verde. Assim, considerando essa restrição analítica, torna-se necessário avançar para a dinâmica organizacional, examinando os movimentos dos atores coletivos. A seção 4.2.2 apresenta esse mapeamento com base nos dados sistematizados no estudo original.

4.4.2 Mapeamento do movimento dos atores coletivos

O exame dos movimentos dos atores coletivos fundamentou-se nos dados secundários (ver seção 3.1) sistematizados em estudo anterior (Oliveira, 2022), que identificou 34 organizações atuantes no subsistema da agenda verde e as classificou em coalizões de defesa ao longo das três fases governamentais correspondentes aos governos Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. As informações estão reunidas na planilha

“5_Apendice_MapeamentoMovimentoAtoresColetivos” que relaciona, para cada ator coletivo, a coalizão a ele atribuída em cada fase, permitindo observar padrões de permanência, mudança e reposicionamento organizacional ao longo do período analisado. Diferentemente do que ocorreu com os atores individuais, não houve necessidade de reconstruir a vinculação dos atores coletivos às coalizões, pois os dados disponibilizados já apresentavam essa classificação de forma explícita.

Durante a análise inicial do material, observou-se uma característica metodológica previamente reconhecida: determinados atores coletivos foram classificados simultaneamente em mais de uma coalizão dentro da mesma fase governamental, resultado decorrente do mesmo desvio médio obtido na mensuração de suas crenças. Embora metodologicamente prevista, essa duplicidade dificulta a identificação precisa dos movimentos e limita a robustez analítica necessária nesta pesquisa. Por essa razão, tornou-se necessário desenvolver uma etapa complementar destinada a estabelecer uma categorização unívoca dos atores coletivos, assegurando rigor na análise subsequente da coordenação e dos movimentos entre coalizões.

4.2.2.1 Sistematização complementar da categorização de atores coletivos

A necessidade de sistematização complementar decorre da identificação, de atores classificados simultaneamente em duas coalizões durante a mesma fase governamental. Essa duplicidade resulta do empate no cálculo do DM entre duas coalizões, o que gera ambiguidade classificatória e compromete a análise de coordenação e movimento. As ocorrências foram observadas na Fase 1 (Embrapa), na Fase 2 (Embrapa, CNA, OAB e outros casos) e na Fase 3 (USP e outros casos).

Para solucionar essa limitação e alcançar uma classificação única por fase, condição indispensável para o avanço analítico, foi conduzido um procedimento complementar baseado na análise de audiências públicas da CMADS da Câmara dos Deputados. A escolha da CMADS como arena empírica para essa etapa, baseou-se em dois fatores: a predominância dessa comissão no conjunto de audiências examinadas anteriormente (66%) e a maior funcionalidade de consulta e recuperação de informações nos arquivos legislativos.

4.4.2.1.1 Procedimentos de sistematização complementar e novo corpus de dados

A sistematização complementar envolveu a análise de sete audiências adicionais da CMADS (Apêndice A), segundo corpus de dados, selecionadas com base em critérios de

coerência temática e relevância para a agenda verde, conforme delineado por Araújo (2013). Essas audiências, distribuíram-se entre todas as fases governamentais (duas na Fase 1, duas na Fase 2 e três na Fase 3) e trataram de temas centrais do subsistema, como a proteção da Mata Atlântica e a gestão de florestas públicas para produção sustentável. A inclusão dessas audiências permitiu acessar manifestações de atores que, no conjunto original, apresentavam ambiguidade classificatória, possibilitando a categorização dos atores coletivos em uma única coalizão por fase.

A análise se concentrou nas falas dos atores que apresentavam dupla classificação, uma vez que o objetivo dessa etapa era resolver a inconsistência na categorização. Os demais participantes das audiências foram deliberadamente excluídos dessa fase analítica. Para as audiências das Fases 1 e 2 (2012–2016), cujas notas taquigráficas não estavam disponíveis no portal legislativo, foram utilizados arquivos de áudio (*MP3*) das falas, posteriormente transcritos por meio de ferramenta *NotebookLM*, para possibilitar a análise de conteúdo. Para a Fase 3 (2019), foram utilizadas diretamente as notas taquigráficas oficiais.

O processo resultou na identificação de 22 novos códigos de crenças referentes aos atores com classificação ambígua. A codificação seguiu rigorosamente os procedimentos aplicados nos estudos de referência (Araújo, 2013; Oliveira, 2022), conforme Apêndice C.

Após a codificação, procedeu-se ao recálculo do DM. O cálculo integrou (i) os 22 novos códigos produzidos nesta pesquisa; e (ii) os dados preliminares sistematizados no estudo anterior.

A reaplicação integrada do método permitiu determinar a classificação única de cada ator coletivo em cada fase, eliminando ambiguidades e fortalecendo a precisão analítica necessária para a etapa seguinte, dedicada à análise dos movimentos organizacionais. O Quadro 16 apresenta a nova categorização unívoca dos atores coletivos, consolidando sua posição em cada fase governamental.

Quadro 16 – Categorização atualizada dos atores coletivos por coalizão e fase

Fase	Ator coletivo	Classificação única dos atores
Fase 1 (Dilma)	Embrapa	Tecnocrata Esclarecido
Fase 2 (Temer)	Embrapa	Tecnocrata Esclarecido
	CNA	Desenvolvimentista Moderno
	OAB	Tecnocrata Esclarecido
	Outros Casos	Socioambientalista
Fase 3 (Bolsonaro)	USP	Socioambientalista
	Outros Casos	Socioambientalista

Fonte: elaborado pelo autor.

Com a categorização única estabelecida, torna-se possível avançar para a análise dos movimentos desses atores ao longo das fases governamentais, examinando como se repositionaram no subsistema e quais padrões de transição emergem desse processo.

4.4.2.2 Identificação do mapeamento do movimento dos atores coletivos

A categorização unívoca dos atores coletivos permitiu avançar para a análise de seus movimentos ao longo das fases governamentais, possibilitando observar como suas posições variaram no subsistema durante o período investigado. A identificação desses movimentos seguiu a tipologia proposta por Schmid, Sewerin e Schmidt (2020), segundo a qual as trajetórias organizacionais podem assumir cinco formas analíticas: estabilidade, desaparecimento, aparecimento, associação e dissociação.

A investigação desses movimentos foi conduzida fase a fase, considerando as três transições temporais relevantes para o estudo: (i) Fase 1 para Fase 2; (ii) Fase 1 para Fase 3; e (iii) Fase 2 para Fase 3. Esse procedimento permitiu examinar, de forma individualizada, o comportamento de cada ator coletivo diante das mudanças institucionais ocorridas ao longo dos governos federais analisados.

Importa destacar que esta pesquisa adota exclusivamente movimentos unidirecionais “de ida” entre fases, contemplando apenas as transições $F1 \rightarrow F2$, $F1 \rightarrow F3$ e $F2 \rightarrow F3$. Essa escolha metodológica está alinhada à forma como Schmid, Sewerin e Schmidt (2020) operacionalizam os movimentos dos atores ao compararem o estado de um ator em t_i e sua posição em t_{i+1} , privilegiando a observação de deslocamentos rumo à fase subsequente. Essa lógica possibilita identificar com clareza eventos de aparecimento, associação, desaparecimento e estabilidade.

Nesse enquadramento, a associação se torna diretamente observável por representar a entrada do ator em uma nova coalizão na fase seguinte, enquanto a dissociação não aparece como categoria isolada, pois corresponde ao movimento inverso da associação. Assim, cada associação implica, simultaneamente, uma dissociação em relação à coalizão de origem, interpretação respaldada pela estrutura analítica de Schmid, Sewerin e Schmidt (2020), que permite apreender a dissociação de forma implícita, dispensando a categorização própria no procedimento empírico.

A identificação dos movimentos foi operacionalizada a partir de uma planilha, “5_Apendice_MapeamentoMovimentoAtoresColetivos”, que registra, para cada ator coletivo,

sua posição na fase de origem e na fase de destino, permitindo observar de maneira direta as mudanças entre as três colunas correspondentes às fases analisadas.

4.4.2.2.1 Movimentos dos atores coletivos por fase

Ao longo das três fases governamentais analisadas, as coalizões apresentaram variações significativas no número de atores que as compunham, conforme demonstrado no Quadro 17.

Quadro 17 – Quantidade de ator coletivo por fases

Categoria	Fase 1		Fase 2		Fase 3	
	N.	(%)	N.	(%)	N.	(%)
Socioambientalista	16	50.0%	1	9.09%	7	29.17%
Tecnocrata esclarecido	7	21.88%	3	27.27%	7	29.17%
Desenvolvimentista Moderno	7	21.88%	6	54.55%	10	41.67%
Desenvolvimentista Tradicional	2	6.25%	1	9.09%	0	0.0%
Total	32	100%	11	100%	24	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

A coalizão socioambientalista exibiu retração acentuada, passando de 16 atores na Fase 1 para apenas 1 ator na Fase 2, recuperando parte de sua presença na Fase 3, quando atingiu 7 atores. A coalizão tecnocrata esclarecido também apresentou redução inicial, decrescendo de 7 atores na Fase 1 para 3 na Fase 2, mas retornando a 7 na Fase 3, aproximando-se de seu patamar original. Em direção oposta, a coalizão desenvolvimentista moderna demonstrou trajetória de crescimento, variando de 7 atores na Fase 1 para 6 na Fase 2 e alcançando 10 na Fase 3. Já a coalizão desenvolvimentista tradicional apresentou declínio contínuo, iniciando com 2 atores na Fase 1, reduzindo-se a 1 na Fase 2 e chegando a 0 atores na Fase 3.

A análise das distribuições percentuais indica transformações nas coalizões ao longo do período. A coalizão socioambientalista iniciou a Fase 1 com metade dos atores coletivos do subsistema (50%), sofreu redução abrupta na Fase 2 (9,09%) e recuperou parte de sua presença na Fase 3 (29,17%). A coalizão tecnocrata esclarecido manteve relativa estabilidade percentual: 21,88% na Fase 1, 27,27% na Fase 2 e 29,17% na Fase 3. Entre as coalizões desenvolvimentistas, observam-se tendências divergentes. O grupo desenvolvimentista moderno se expandiu de 21,88% na Fase 1 para 54,55% na Fase 2, mantendo forte presença na Fase 3 (41,67%). Em contraste, a coalizão desenvolvimentista tradicional apresentou declínio progressivo, até desaparecer completamente na Fase 3. Esses resultados revelam padrões distintos de expansão, retração e recomposição no interior das coalizões.

No período de transição entre a Fase 1 e a Fase 2, apresentado no Quadro 18, predominou o movimento de desaparecimento, indicando que diversos atores deixaram de integrar qualquer coalizão na segunda fase. A coalizão socioambientalista foi a mais afetada, com 12 desaparecimentos (APIB, Entes públicos federais (outros), Governo de Mato Grosso, Governos estaduais, ICMBio, ISA, MMA, ONGs (exceto ambientalistas), ONGs ambientalistas, Parlamentares (outros), Parlamentares ambientalistas e SOS Mata Atlântica.). Também foram verificados quatro casos de dissociação em relação aos socioambientalistas: dois atores se associaram aos desenvolvimentistas modernos (SFB e UnB), um aos desenvolvimentistas tradicionais (governos municipais) e um aos tecnocratas esclarecidos (OAB). Entre os tecnocratas esclarecidos, observou-se um caso de estabilidade (Embrapa), cinco desaparecimentos (Acadêmicos e organizações de pesquisa, Embrapa, Ibama, IMAZON, MAPA, MDIC, e Ministério Público e juristas) e uma dissociação direcionada à coalizão desenvolvimentista moderna (MAPA). Já os desenvolvimentistas modernos registraram um caso de estabilidade (setor agropecuário), quatro desaparecimentos (IPAM, parlamentares do setor agropecuário, técnicos e especialistas e TNC) e duas dissociações, uma rumo aos socioambientalistas (outros casos) e outra aos tecnocratas esclarecidos (MCTI). A coalizão desenvolvimentista tradicional apresentou um desaparecimento (empresas privadas), um aparecimento (UFMG) e uma dissociação direcionada à coalizão desenvolvimentista moderno (CNA).

Quadro 18 – Movimentos da Fase 1 para a Fase 2 (Dilma para Temer)

Coalizão origem	Par_Fases	Movimento	Impacto destino	Coalizão destino	Qtd.
Desenvolvimentista Moderno	F1_F2	Estabilidade	*****	Desenvolvimentista Moderno	1
Desenvolvimentista Moderno	F1_F2	Desaparecimento	*****	*****	4
Desenvolvimentista Moderno	F1_F2	Dissociação	Associação	Socioambientalista	1
Desenvolvimentista Moderno	F1_F2	Dissociação	Associação	Tecnocrata esclarecido	1
Desenvolvimentista Tradicional	F1_F2	Dissociação	Associação	Desenvolvimentista Moderno	1
Desenvolvimentista Tradicional	F1_F2	Desaparecimento	*****	*****	1
-	F1_F2	Aparecimento	*****	Desenvolvimentista Moderno	1
Socioambientalista	F1_F2	Dissociação	Associação	Desenvolvimentista Moderno	2
Socioambientalista	F1_F2	Dissociação	Associação	Desenvolvimentista Tradicional	1
Socioambientalista	F1_F2	Desaparecimento	*****	*****	12

(Continua)

(Ctinueação)

Coalizão origem	Par_Fases	Movimento	Impacto destino	Coalizão destino	Qtd.
Socioambientalista	F1_F2	Dissociação	Associação	Tecnocrata esclarecido	1
Tecnocrata esclarecido	F1_F2	Dissociação	Associação	Desenvolvimentista Moderno	1
Tecnocrata esclarecido	F1_F2	Desaparecimento	*****	*****	5
Tecnocrata esclarecido	F1_F2	Estabilidade	*****	Tecnocrata esclarecido	1

Fonte: elaborado pelo autor.

Em perspectiva temporal ampliada, a transição da Fase 1 para a Fase 3, apresentada no Quadro 19, revelou predomínio de movimentos de dissociação, especialmente entre os socioambientalistas. Ao todo, oito atores se dissociaram dessa coalizão, dos quais quatro se associaram aos desenvolvimentistas modernos (entes públicos federais (outros), ICMBio, MMA e UnB) e quatro aos tecnocratas esclarecidos (governos estaduais, governos municipais, OAB, ONGs ambientalistas). Ainda entre os socioambientalistas, identificaram-se cinco desaparecimentos (APIB, Governo de Mato Grosso, ISA, ONGs (exceto ambientalistas) e SFB.), três casos de estabilidade (parlamentares (outros), parlamentares ambientalistas e SOS Mata Atlântica.) e um aparecimento (USP). No grupo tecnocrata esclarecido, quatro dissociações foram registradas – três associadas aos desenvolvimentistas modernos (acadêmicos e organizações de pesquisa, Embrapa e MAPA) e uma aos socioambientalistas (Ministério Público e juristas), além de três desaparecimentos (Ibama, AMAZON e MDIC.). Na coalizão desenvolvimentista moderno, observa-se que três atores se dissociaram, sendo dois associados aos tecnocratas esclarecidos (IPAM e MCTI) e um aos socioambientalistas (outros casos); dois atores permaneceram estáveis (parlamentares do setor agropecuário e setor agropecuário). A coalizão desenvolvimentista tradicional perdeu seus dois atores por dissociação: um se associou aos desenvolvimentistas modernos (CNA) e outro aos tecnocratas esclarecidos (empresas privadas).

Quadro 19 – Movimentos da Fase 1 para a Fase 3 (Dilma para Bolsonaro)

Coalizão origem	Par_Fases	Movimento	Impacto origem	Coalizão destino	Qtd.
Desenvolvimentista Moderno	F1_F3	Estabilidade	*****	Desenvolvimentista Moderno	2
Desenvolvimentista Moderno	F1_F3	Desaparecimento	*****	-	2
Desenvolvimentista Moderno	F1_F3	Dissociação	Associação	Socioambientalista	1
Desenvolvimentista Moderno	F1_F3	Dissociação	Associação	Tecnocrata esclarecido	2
Desenvolvimentista Tradicional	F1_F3	Dissociação	Associação	Desenvolvimentista Moderno	1
Desenvolvimentista Tradicional	F1_F3	Dissociação	Associação	Socioambientalista	1

(Continua)

(Continuação)

Coalizão origem	Par Fases	Movimento	Impacto origem	Coalizão destino	Qtd.
*****	F1_F3	Aparecimento	*****	Tecnocrata esclarecido	1
*****	F1_F3	Aparecimento	*****	Socioambientalista	1
Socioambientalista	F1_F3	Dissociação	Associação	Desenvolvimentista Moderno	4
Socioambientalista	F1_F3	Desaparecimento	*****	-	5
Socioambientalista	F1_F3	Estabilidade	*****	Socioambientalista	3
Socioambientalista	F1_F3	Dissociação	Associação	Tecnocrata esclarecido	4
Tecnocrata esclarecido	F1_F3	Dissociação	Associação	Desenvolvimentista Moderno	3
Tecnocrata esclarecido	F1_F3	Desaparecimento	*****	*****	3
Tecnocrata esclarecido	F1_F3	Dissociação	Associação	Socioambientalista	1

Fonte: elaborado pelo autor.

Na transição mais recente, da Fase 2 para a Fase 3, sintetizada no Quadro 20, prevaleceram movimentos de estabilidade e aparecimento, indicando recomposição substantiva das coalizões na última fase. Entre os socioambientalistas, cinco atores apareceram (empresas privadas, parlamentares (outros), parlamentares ambientalistas, SOS Mata Atlântica, Ministério Público e juristas, e USP), e um se manteve estável (outros casos). Nos desenvolvimentistas modernos, quatro atores permaneceram estáveis (setor agropecuário, CNA, UnB e MAPA.), um desapareceu (SFB) e cinco apareceram (parlamentares do setor agropecuário, entes públicos federais (outros), ICMBio, MMA, e acadêmicos e organizações de pesquisa). Na coalizão tecnocrata esclarecido, três atores apareceram (IPAM, governos estaduais e ONGs ambientalistas.), dois permaneceram estáveis (OAB e MCTI) e um se dissociou, associando-se aos desenvolvimentistas modernos (Embrapa). Quanto aos desenvolvimentistas tradicionais, o único ator presente na Fase 2 se dissociou, passando a integrar a coalizão tecnocrata esclarecido (governos municipais).

Quadro 20 – Movimentos da Fase 2 para a Fase 3 (Temer para Bolsonaro)

Coalizão origem	Par Fases	Movimento	Impacto origem	Coalizão Destino	Qtd.
Desenvolvimentista Moderno	F2_F3	Estabilidade	*****	Desenvolvimentista Moderno	4
Desenvolvimentista Moderno	F2_F3	Desaparecimento	*****	*****	1
Desenvolvimentista Moderno	F2_F3	Dissociação	Associação	Tecnocrata esclarecido	1
Desenvolvimentista Tradicional	F2_F3	Dissociação	Associação	Tecnocrata esclarecido	1
*****	F2_F3	Aparecimento	*****	Desenvolvimentista Moderno	3
*****	F2_F3	Aparecimento	*****	Socioambientalista	6
*****	F2_F3	Aparecimento	*****	Tecnocrata esclarecido	3
Socioambientalista	F2_F3	Estabilidade	*****	Socioambientalista	1
Tecnocrata esclarecido	F2_F3	Dissociação	Associação	Desenvolvimentista Moderno	1
Tecnocrata esclarecido	F2_F3	Estabilidade	*****	Tecnocrata esclarecido	2

Fonte: elaborado pelo autor.

A configuração observada nas transições entre fases evidencia padrões distintos de estabilidade, aparecimento e reposicionamento das organizações no subsistema. Com base nesses resultados, torna-se possível avançar para a análise interpretativa dos movimentos dos atores nas coalizões, examinando seus significados político-estratégicos ao longo do período estudado.

4.4.2.3 Análise dos movimentos dos atores nas coalizões

A evolução das quatro coalizões ao longo das fases revela padrões que orientam a interpretação dos movimentos dos atores. Observa-se que a coalizão socioambientalista apresenta a maior oscilação, com forte retração na Fase 2 seguida de recuperação parcial na Fase 3. Em contraste, os tecnocratas esclarecidos demonstram relativa estabilidade, preservando proporções semelhantes entre as fases. O desenvolvimentismo moderno destaca-se pela expansão contínua, tornando-se a coalizão mais numerosa na Fase 2 e mantendo participação elevada na Fase 3. Já o desenvolvimentismo tradicional segue trajetória de declínio até desaparecer, conformando um cenário que delimita o ponto de partida para examinar como os atores se deslocam entre as coalizões ao longo do tempo.

A partir da classificação das coalizões proposta para a agenda verde por Araújo (2013), torna-se possível organizá-las segundo seu posicionamento no contínuo ambiental-desenvolvimentista. No polo mais rigoroso, situam-se os tecnocratas esclarecidos, representantes de uma orientação preservacionista ancorada no controle técnico estatal e na defesa de padrões ambientais estritos. Em seguida aparecem os socioambientalistas, que combinam proteção ambiental, participação social e defesa dos povos tradicionais. Na porção intermediária, posicionam-se os desenvolvimentistas modernos, que adotam a sustentabilidade como estratégia de mercado e defendem crescimento econômico compatível com práticas ambientalmente responsáveis. No extremo menos ambiental, localizam-se os desenvolvimentistas tradicionais, vinculados ao agronegócio e guiados por uma visão utilitarista dos recursos naturais.

Com base nessa ordenação, a análise dos movimentos entre coalizões, que compreendem associações e dissociações, demonstra maior frequência de deslocamentos entre “coalizões vizinhas”, ao longo das fases. Na transição da Fase 1 para a Fase 2 (Dilma → Temer), 62,5% dos movimentos ocorreram entre coalizões adjacentes. Entre a Fase 1 e a Fase 3 (Dilma → Bolsonaro), esse padrão se manteve, alcançando 64,7% das interações entre vizinhos. A

transição da Fase 2 para a Fase 3 (Temer → Bolsonaro) constitui exceção, pois nenhuma associação ou dissociação ocorreu entre coalizões adjacentes. Ainda assim, considerando o conjunto das três transições, 57% dos movimentos observados ocorreram entre coalizões vizinhas, sugerindo uma tendência geral de realocação dentro de trajetórias ideologicamente próximas.

4.5 Mapeamento e classificação das formas de coordenação no subsistema

A presente seção apresenta os resultados empíricos referentes à identificação e à categorização das formas de coordenação observadas entre os atores que compõem as coalizões de defesa no subsistema da agenda verde. Os dados analisados derivam do processo de codificação realizado no NVivo (ver seção 3.2). A partir das interações identificadas nas notas taquigráficas, cada ocorrência de coordenação foi codificada de acordo com os componentes analíticos definidos na revisão da literatura, o que permitiu construir uma base estruturada para o tratamento quantitativo das evidências.

Após a codificação, todos os registros foram organizados segundo as três fases governamentais adotadas como unidades temporais da pesquisa (Fase 1 – Dilma; Fase 2 – Temer; Fase 3 – Bolsonaro). Essa separação possibilitou mensurar comparativamente as diferentes formas de coordenação ao longo do tempo e em distintos contextos político-institucionais. Em seguida, os dados foram submetidos a procedimentos de normalização, baseados na participação relativa dos atores em cada fase, com o propósito de corrigir assimetrias decorrentes do volume desigual de interações. Posteriormente, calculou-se a média dos valores normalizados para cada coalizão, de modo a representar o comportamento coordenativo agregado do grupo.

Todos os indicadores foram discretizados em quatro categorias: ausente, baixo, médio e alto, permitindo comparar analiticamente coalizões e fases em uma escala padronizada. A consolidação desses procedimentos metodológicos estabelece as bases necessárias para avançar da organização técnica dos dados para a interpretação substantiva dos padrões coordenativos, orientando a análise das configurações observadas nas coalizões ao longo do período estudado.

4.5.1 Padrões coordenativos ao longo das fases governamentais

A análise dos resultados referentes à coordenação das coalizões de defesa no subsistema brasileiro da Agenda Verde apresenta, de forma sistemática, como os diferentes componentes

analíticos da coordenação se manifestam ao longo das três fases governamentais examinadas. A partir dos componentes propostos nesta pesquisa, observa-se o comportamento coordenativo das coalizões, destacando variações de intensidade, padrões de articulação interna e externa e diferenças estruturais entre os agrupamentos. Essa abordagem permite compreender como as coalizões se organizam e constroem vínculos cooperativos no interior das comissões parlamentares, fornecendo a base empírica para as interpretações apresentadas nas subseções seguintes. A Figura 7 apresenta os dados referentes a todos os componentes do atributo coordenação, com exceção dos setores, dispostos separadamente no Quadro 22 para preservar a legibilidade.

Quadro 21 – Coordenação das coalizões por fase

Variáveis	COALIZÕES										
	FASE 1				FASE 2				FASE 3		
	Desenvolvi- mentista Moderno	Desenvolvi- mentista Moderno	Desenvolvi- mentista Moderno	Desenvolvi- mentista Moderno	Desenvolvi- mentista Moderno	Desenvolvi- mentista Moderno	Desenvolvi- mentista Moderno	Desenvolvi- mentista Moderno	Desenvolvi- mentistas modernos	Desenvolvi- mentistas modernos	Desenvolvi- mentistas modernos
Qtd_Int	BAIXO	BAIXO	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO	ALTO	MÉDIO	MÉDIO	ALTO	ALTO
Inter	MÉDIO	MÉDIO	BAIXO	ALTO	MÉDIO	ALTO	AUSENTE	BAIXO	BAIXO	ALTO	ALTO
Intra	BAIXO	MÉDIO	ALTO	BAIXO	BAIXO	AUSENTE	ALTO	BAIXO	ALTO	MÉDIO	MÉDIO
Comp	MÉDIO	ALTO	ALTO	ALTO	BAIXO	AUSENTE	AUSENTE	BAIXO	MÉDIO	MÉDIO	ALTO
CP1s	BAIXO	ALTO	ALTO	ALTO	BAIXO	AUSENTE	AUSENTE	BAIXO	MÉDIO	MÉDIO	ALTO
CP2	MÉDIO	MÉDIO	ALTO	ALTO	BAIXO	AUSENTE	AUSENTE	BAIXO	MÉDIO	MÉDIO	ALTO
Grau	ALTO	AUSENTE	ALTO	MÉDIO	BAIXO	AUSENTE	AUSENTE	MÉDIO	BAIXO	MÉDIO	ALTO
Liderança	ALTO	MÉDIO	MÉDIO	ALTO	BAIXO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	ALTO	BAIXO	MÉDIO
LH1	MÉDIO	AUSENTE	BAIXO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	ALTO	AUSENTE	AUSENTE
LH2	AUSENTE	AUSENTE	BAIXO	MÉDIO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	ALTO	AUSENTE	AUSENTE
LH3	ALTO	AUSENTE	BAIXO	MÉDIO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	ALTO	AUSENTE	MÉDIO
LH4	MÉDIO	AUSENTE	BAIXO	ALTO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
LH5	AUSENTE	AUSENTE	BAIXO	ALTO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
LH6	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	MÉDIO	ALTO	MÉDIO
LH7	BAIXO	AUSENTE	ALTO	ALTO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	BAIXO	ALTO	MÉDIO
LH8	MÉDIO	AUSENTE	BAIXO	ALTO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	MÉDIO	AUSENTE	AUSENTE
Inferior	BAIXO	BAIXO	MÉDIO	BAIXO	BAIXO	ALTO	ALTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	ALTO
NI1	BAIXO	ALTO	BAIXO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
NI2	BAIXO	AUSENTE	MÉDIO	AUSENTE	BAIXO	ALTO	AUSENTE	AUSENTE	BAIXO	ALTO	BAIXO
NI3	MÉDIO	AUSENTE	BAIXO	AUSENTE	MÉDIO	AUSENTE	ALTO	AUSENTE	AUSENTE	MÉDIO	AUSENTE
NI4	MÉDIO	BAIXO	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO	ALTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	ALTO
Superior	MÉDIO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	BAIXO	AUSENTE	AUSENTE	BAIXO	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO
NS1	MÉDIO	ALTO	ALTO	MÉDIO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	MÉDIO	AUSENTE	BAIXO
NS2	MÉDIO	AUSENTE	ALTO	ALTO	BAIXO	AUSENTE	AUSENTE	BAIXO	MÉDIO	MÉDIO	BAIXO
NS3s	BAIXO	AUSENTE	MÉDIO	ALTO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	ALTO	BAIXO	ALTO
NS4	BAIXO	AUSENTE	ALTO	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
Qtd.Notas	ALTO	ALTO	ALTO	MÉDIO	BAIXO	BAIXO	BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MÉDIO

Fonte: elaborado pelo autor.

Legenda das variáveis: Qtd_Int = Quantidade de Interações; Inter = Intercoalizão; Intra = Intracoalizão; Comp = Comprometimento; CP1 = Disposição para assumir tarefas; CP2 = Retórica de continuidade e visão de longo prazo; Centra = Grau de Centralidade; Liderança = Liderança Hável; LH1 = Atrair recursos; LH2 = Mediar para estabilidade e acordos; LH3 = Captar e mobilizar recursos; LH4 = Convencer autoridades legais e formais; LH5 = Evitar conflito ideológico e manter pontes; LH6 = Impulsionar domínio da coalizão; LH7 = Planejar estratégias; LH8 = Reconfigurar estratégias diante de crises, eventos externos ou oportunidades; Inferior = Nível Inferior; NI1 = Ajustar comportamento; NI2 = Encorajar participação; NI3 = Monitorar atores ou recursos; NI4 = Fornecer ou receber informações; Superior = Nível Superior; NS1 = Compartilhamento de recursos; NS2 = Cooperação em grupos de trabalho; NS3 = Planos comuns; NS4 = Reuniões estratégicas conjuntas; Qtd_Notas = Quantidade de Notas Taquigráficas.

A análise integrada das interações de coordenação apresentadas na Figura 4 evidencia padrões diferenciados de funcionamento das quatro coalizões nas três fases governamentais. Cada componente, alcance, nível, centralidade, liderança e comprometimento, contribui para delinear a intensidade coordenativa das coalizões, permitindo observar como cada agrupamento se adapta, reorganiza ou fortalece sua atuação diante das mudanças político-institucionais. A composição setorial dos atores, apresentada no Quadro 22, complementa essa leitura ao indicar a base setorial de sustentação das coalizões.

Quadro 22 – Composição setorial das coalizões de defesa

Fase	Coalizão	Setores
Fase 1	Desenvolvimentista Moderno	Acadêmico e Científico; Setor Público Executivo; Setor Público Legislativo; Setor Privado; Acadêmico e Científico; Terceiro Setor.
	Desenvolvimentista Tradicional	Setor Privado.
	Socioambientalista	Terceiro Setor; Setor Público Executivo; Terceiro Setor; Setor Público Legislativo; acadêmico e científico.
	Tecnocrata esclarecido	Acadêmico e Científico; Setor Público Executivo; Setor Público Judiciário e Ministério Público.
Fase 2	Desenvolvimentista Moderno	Setor Privado; Setor Público Executivo; acadêmico e científico.
	Desenvolvimentista Tradicional	Setor Público Executivo.
	Socioambientalista	Acadêmico e científico.
	Tecnocratas Esclarecidos	Setor Público Executivo; Terceiro Setor.
Fase 3	Desenvolvimentista Moderno	Setor Privado; Setor Público Executivo; Setor Público Legislativo.
	Socioambientalista	Acadêmico e Científico; Setor Privado; Setor Público Judiciário e Ministério Público; Setor Público Legislativo; Terceiro Setor.
	Tecnocratas Esclarecidos	Acadêmico e Científico; Setor Público Executivo; Terceiro Setor.

Fonte: elaborado pelo autor.

O contexto apresentado na Figura 7 e no Quadro 19 demonstra que as coalizões não seguem trajetórias homogêneas ao longo do período analisado. Enquanto algumas ampliam sua capacidade de coordenação, outras experimentam retrações estruturais, e uma delas mantém evolução mais estável e ascendente. As dinâmicas observadas apontam três padrões principais: retração estrutural acentuada (Desenvolvimentista Tradicional), oscilações com recomposição parcial (Desenvolvimentista Moderno) e consolidação progressiva (Tecnocrata Esclarecido). Esse conjunto marca a Fase 1 como um período de maior amplitude setorial, favorecendo a circulação de atores e a diversidade interna das coalizões.

A trajetória das coalizões revela diferenças relevantes de engajamento, coesão interna e interação externa, padrões que se articulam às transformações setoriais observadas no período. A redução generalizada dos setores na Fase 2 coincide com enfraquecimento coordenativo em várias coalizões, enquanto o processo de recomposição setorial na Fase 3 contribui para explicar

a retomada de capacidade coordenativa em determinados agrupamentos, em contraste com o desaparecimento completo de outros. A interação entre padrões intra e intercoalizão, associada à presença de liderança habilidosa e comprometimento consistente, constitui elemento fundamental para compreender como se estruturam as dinâmicas de cooperação e conflito no subsistema.

A coordenação da Coalizão Desenvolvimentista Tradicional, apresentada no Quadro 23, revela um perfil marcado por declínio acentuado após o período inicial. A Fase 1 registra nível elevado de comprometimento e grande número de notas, ainda que a coesão interna fosse moderada, dada a posição intermediária da intracoalizão, o nível superior reduzido e a composição restrita ao setor privado. A trajetória subsequente indica deterioração profunda: na Fase 2, a intracoalizão, o comprometimento, a liderança e o nível superior tornam-se ausentes, enquanto a intercoalizão atinge nível alto, sugerindo intensificação das interações externas em meio à desarticulação interna. O nível inferior se eleva, revelando predomínio de contatos informais. A interrupção definitiva da coalizão na Fase 3 ocorre em um ambiente em que as demais coalizões estabilizam suas bases setoriais em patamares reduzidos.

Quadro 23 – Trajetória da Coordenação da Coalizão Desenvolvimentista Tradicional

Atributo	Fase 1	Fase 2	Fase 3
Quantidade de Interações	BAIXO	MÉDIO	N/A
Intercoalizão	MÉDIO	ALTO	N/A
Intracoalizão	MÉDIO	AUSENTE	N/A
Comprometimento	ALTO	AUSENTE	N/A
Grau de Centralidade	AUSENTE	AUSENTE	N/A
Liderança	MÉDIO	AUSENTE	N/A
Nível Inferior	BAIXO	ALTO	N/A
Nível Superior	BAIXO	AUSENTE	N/A
Quantidade de Notas	ALTO	BAIXO	N/A

Fonte: elaborado pelo autor.

A Coalizão Desenvolvimentista Moderno apresenta trajetória marcada por reestruturação e fortalecimento tardio, conforme mostrado no Quadro 24. A Fase 1 registra elevada centralidade e presença expressiva de liderança, coexistindo com fraca coordenação interna, evidenciada pelos níveis baixos de intracoalizão e nível inferior. Esse cenário coincide com uma base setorial ampla, distribuída entre cinco setores. A Fase 2 marca redução generalizada de desempenho coordenativo, acompanhada da diminuição da base setorial para três setores. Na Fase 3, observa-se a retomada consistente da coordenação: intracoalizão elevada, liderança novamente forte e nível superior em médio, em paralelo à queda da intercoalizão. O foco desloca-se para a coesão interna, ainda em um contexto de base setorial reduzida.

Quadro 24 – Trajetória da coordenação coalizão desenvolvimentista moderno

Atributo	Fase 1	Fase 2	Fase 3
Quantidade de Interações	BAIXO	MÉDIO	MÉDIO
Intercoalizão	MÉDIO	MÉDIO	BAIXO
Intracoalizão	BAIXO	BAIXO	ALTO
Comprometimento	MÉDIO	BAIXO	MÉDIO
Grau de Centralidade	ALTO	BAIXO	BAIXO
Liderança Habilidosa	ALTO	BAIXO	ALTO
Inferior	BAIXO	BAIXO	AUSENTE
Superior	MÉDIO	BAIXO	MÉDIO
Quantidade de Notas	ALTO	BAIXO	MÉDIO

Fonte: elaborado pelo autor.

A trajetória da Coalizão Socioambientalista, apresentada no Quadro 25, caracteriza-se por forte coesão interna e ampliação da interação intercoalizão na fase final. A intracoalizão mantém-se em nível alto nas Fases 1 e 2, indicando articulação interna estável mesmo em momentos adversos. Esse desempenho inicial coincide com uma base setorial mais ampla, sustentada por quatro setores. A Fase 2 registra interrupção das atividades formais: intercoalizão, comprometimento, centralidade, liderança e nível superior, tornam-se ausentes, ao passo que o nível inferior, em alto, sugere intensificação de interações informais. A Fase 3 apresenta recomposição: intercoalizão alta, comprometimento médio e grande quantidade de notas, indicando retomada coordenativa. Essa reativação ocorre paralelamente à expansão da base setorial para cinco setores, o nível mais elevado do período.

Quadro 25 – Trajetória da coordenação da coalizão socioambientalista

Atributo	Fase 1	Fase 2	Fase 3
Quantidade de Interações	MÉDIO	ALTO	ALTO
Intercoalizão	BAIXO	AUSENTE	ALTO
Intracoalizão	ALTO	ALTO	MÉDIO
Comprometimento	ALTO	AUSENTE	MÉDIO
Grau de centralidade	ALTO	AUSENTE	MÉDIO
Liderança Habilidosa	MÉDIO	AUSENTE	BAIXO
Inferior	MÉDIO	ALTO	AUSENTE
Superior	MÉDIO	AUSENTE	MÉDIO
Quantidade de notas	ALTO	BAIXO	ALTO

Fonte: elaborado pelo autor.

A Coalizão Tecnocrata Esclarecido, conforme apresentado no Quadro 26, exhibe trajetória de crescimento contínuo e consolidação progressiva. Na Fase 1, observa-se comprometimento elevado, liderança forte e intercoalizão intensa, sustentados por três setores. A Fase 2 apresenta redução desses componentes: comprometimento, intercoalizão e nível superior, deslocam-se para baixo, e a liderança se torna ausente, ainda que a centralidade permaneça em nível médio. A base setorial reduz-se levemente, passando a dois setores. A Fase

3 assinala o auge da atuação da coalizão: comprometimento, centralidade, intercoalizão e quantidade de interações atingem patamar alto, coincidindo com o retorno à composição de três setores.

Quadro 26 – Trajetória da coordenação da coalizão tecnocrata esclarecido

Atributo	Fase 1	Fase 2	Fase 3
Quantidade de Interações	MÉDIO	MÉDIO	ALTO
Intercoalizão	ALTO	BAIXO	ALTO
Intracoalizão	BAIXO	BAIXO	MÉDIO
Comprometimento	ALTO	BAIXO	ALTO
Grau de Centralidade	MÉDIO	MÉDIO	ALTO
Liderança Habilidosa	ALTO	AUSENTE	MÉDIO
Inferior	BAIXO	BAIXO	AUSENTE
Superior	ALTO	BAIXO	BAIXO
Quantidade de Notas	MÉDIO	BAIXO	MÉDIO

Fonte: elaborado pelo autor.

O conjunto das trajetórias revela que a coordenação no subsistema evoluiu por meio de movimentos distintos entre as coalizões, não configurando um padrão linear. A Fase 1 caracteriza-se pela maior diversidade setorial, condição que favorece a atuação coordenativa. A Fase 2 concentra retrações significativas em todas as coalizões, convergindo com a redução setorial observada nesse período. A Fase 3 apresenta recomposição parcial em parte das coalizões, enquanto outras não retomam sua presença. Esse cenário destaca a coexistência de declínio, expansão e reestruturação, compondo um panorama descritivo consistente sobre a variação dos componentes da coordenação ao longo das três fases.

As evidências sugerem que o subsistema apresenta diferentes graus de estabilidade, retração e recomposição. A Coalizão Desenvolvimentista Tradicional segue trajetória de declínio progressivo, associada a uma base setorial estreita nas duas primeiras fases e ao desaparecimento na Fase 3. A Coalizão Desenvolvimentista Moderno exibe dinâmica distinta, iniciando o período com forte presença setorial e níveis elevados de centralidade e liderança, passando por retração na fase intermediária e alcançando recomposição interna na fase final, ainda que com diversidade setorial reduzida. A Coalizão Socioambientalista mantém coesão interna nas fases iniciais, mesmo diante da queda acentuada de setores na Fase 2, recuperando setores e componentes de coordenação na fase seguinte. A Coalizão Tecnocrata Esclarecido apresenta crescimento sustentado, mantendo relativa estabilidade durante a retração setorial da Fase 2 e retomando seu patamar setorial inicial na Fase 3, acompanhada de aumento nos níveis de centralidade, comprometimento e articulação externa.

O conjunto desses movimentos destaca a Fase 2 como o período em que todas as coalizões registram algum tipo de retração coordenativa, convergindo com a redução geral da

diversidade setorial observada no mesmo intervalo. Esse alinhamento sugere que o período intermediário funcionou como ponto de inflexão, desencadeando uma queda generalizada na capacidade coordenativa, ainda que com intensidades distintas entre as coalizões. A recuperação parcial observada na Fase 3 em algumas delas indica reativação de componentes de coordenação, acompanhada de recomposição setorial especialmente nas coalizões Socioambientalista e Tecnocrata Esclarecido, enquanto a coalizão Desenvolvimentista Moderna manteve diversidade de setores reduzida. Esse panorama revela a coexistência de trajetórias não convergentes, marcadas por declínio, recomposição e expansão distribuídos de forma assimétrica entre as coalizões. O conjunto dos dados contribui para caracterizar a variação dos componentes da coordenação ao longo das três fases, oferecendo um retrato descritivo sólido sobre o modo como cada grupo estruturou seus esforços coordenativos no período analisado.

4.6 Identificação do recurso político das coalizões de defesa nas comissões

Esta seção apresenta os resultados referentes ao recurso político autoridade legal e formal. A análise incluiu a identificação dos requerentes diretamente nas notas taquigráficas e o levantamento anual da mesa diretora das comissões ambientais, CMADS e CMA, a partir dos registros oficiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Foram identificados, para cada ano do período analisado (2012–2021), os deputados e senadores associados a esses recursos. A base de dados sistematizada, juntamente com os links utilizados para o levantamento dos parlamentares, encontra-se disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17857259>.

Conforme demonstrado na pesquisa de Oliveira (2022), os parlamentares atuantes entre 2012 e 2021 foram classificados como integrantes da coalizão socioambientalista ou da coalizão desenvolvimentista moderna. Assim, tanto os requerentes de audiências públicas quanto os ocupantes de cargos nas mesas diretoras dessas comissões estão distribuídos exclusivamente entre essas duas categorias analíticas nesta pesquisa.

Na Fase 1, foram identificados 41 requerentes, dos quais 90,24% estavam vinculados à coalizão socioambientalista e 9,76% à desenvolvimentista moderna. Esse padrão evidencia forte predominância da primeira categoria na iniciativa de audiências. Na Fase 2, houve 7 requerentes, com 71,43% classificados como socioambientalistas e 28,57% como desenvolvimentistas modernos, o que reduz parcialmente a assimetria observada na fase anterior. Na Fase 3, identificaram-se 28 requerentes, com 78,57% pertencentes à coalizão

socioambientalista e 21,43% à desenvolvimentista moderna, mantendo-se uma divisão semelhante à da fase intermediária.

No que se refere às posições nas mesas diretoras, a Fase 1 registrou 24 ocupantes, sendo 91,67% socioambientalistas e 8,33% desenvolvimentistas modernos. Na Fase 2, foram identificadas 6 posições, com 83,33% ocupadas por socioambientalistas e 16,67% por desenvolvimentistas modernos. A Fase 3 apresentou 11 posições, divididas em 81,82% para a coalizão socioambientalista e 18,18% para a desenvolvimentista moderna. Em conjunto, esses resultados demonstram que a autoridade legal e formal permaneceu amplamente concentrada na coalizão socioambientalista ao longo de todo o período analisado, ainda que com variações moderadas entre as fases.

4.7 Análise algorítmica das associações entre a coordenação e as mudanças nas coalizões governantes

A etapa de mineração de dados por meio das regras de associação foi desenvolvida em duas análises complementares, ambas fundamentadas nos 91 movimentos identificados no subsistema da Agenda Verde. A base empírica integra informações referentes às fases governamentais, aos atores coletivos e aos componentes de coordenação observados na fase de origem e na fase de destino ($F1 \rightarrow F2$; $F1 \rightarrow F3$; $F2 \rightarrow F3$). Essa estrutura permitiu aplicar o algoritmo *Apriori* de modo consistente. A base completa, “10_Apendice_AnáliseWeka”, contendo todas as variáveis empregadas, está disponível no repositório público Zenodo.

O algoritmo *Apriori* identifica regras de associação, definidas como proposições lógicas que articulam um conjunto de atributos (antecedente) e um resultado (consequente). O consequente foi definido como o movimento do ator, de modo que cada regra expressa uma inferência sobre as condições empíricas que se associam à ocorrência de determinado tipo de movimento entre fases governamentais (Dilma, Temer e Bolsonaro).

A primeira análise teve como objetivo identificar padrões explicativos gerais para todos os movimentos. Nessa configuração, a variável Movimento foi definida como variável-alvo, e o suporte mínimo adotado foi de 10%, percentual utilizado em outras pesquisas (Silva Filho *et al.*, 2025; Sousa *et al.*, 2016).

Testes sucessivos foram conduzidos com diferentes níveis de confiança para examinar o comportamento do algoritmo e selecionar o parâmetro mais adequado. Com confiança de 80%, o algoritmo gerou 608 regras, todas exclusivamente relacionadas ao movimento de associação. A confiança foi então reduzida para 70%, resultando em dez mil regras distribuídas

entre desaparecimento e associação. Testes adicionais com confiança de 60% e 50% produziram novamente dez mil regras, mas ainda restritas a esses dois movimentos. A confiança de 0,7, combinada ao suporte de 10%, mostrou-se a configuração mais apropriada para captar padrões variados do fenômeno.

A segunda análise, concentrou-se exclusivamente no movimento estabilidade. A filtragem resultou em uma base contendo apenas esse tipo de movimento; por conseguinte, todas as regras apresentaram confiança igual a 100%. O suporte mínimo foi ajustado para 35%, permitindo identificar condições recorrentes associadas à estabilidade. O Quadro 27 apresenta nove regras geradas pelo algoritmo.

Quadro 27 – Regras geradas pelo algoritmo Apriori

Regra (ID)	Regra (Antecedente ⇒ Consequente)	Movimento de Coordenação	Suporte (n; %)	Confiança	Interpretação sintética
5	Comprometimento_O=ALTO Ideologia_Gov_O=Centro-Esquerda Coalizao_Destino_D= Desenvolvementista Moderno ==> Movimento=Associação	Associação	12 casos	1,00	A combinação de comprometimento alto na coalizão de origem, ideologia do governo centro-esquerda na origem e coalizão de destino desenvolvimentista moderno tende a favorecer Associação.
68	Qtd_Interacoes_O=MÉDIO Ideologia_Gov_O=Centro-Esquerda Qtd_Notas_D=MÉDIO Ideologia_Gov_D=Extrema-Direita ==> Movimento=Associação	Associação	11 casos	0,91	A presença de interação média na origem, ideologia centro-esquerda na origem e volume médio de notas no destino sob governo de extrema-direita tende a favorecer Associação.
176	Qtd_Interacoes_O=MÉDIO Ideologia_Gov_O=Centro-Esquerda Qtd_Interacoes_D=MÉDIO ==> Movimento=Associação	Associação	13 casos	0,92	A combinação de quantidade interação média na origem, ideologia centro-esquerda na origem e quantidade de interações média no destino tende a favorecer Associação.
649	Coalizao_Origem_O = Socioambientalista; Par_Fases = F1_F2 ⇒ Movimento = Desaparecimento	Desaparecimento	16 casos	0,75	A condição envolvendo atores socioambientalistas na fase F1_F2 tende a favorecer Desaparecimento.
53	Fase = Fase_1; Qtd_Interacoes_O = MÉDIO; Qtd_Notas_D = MÉDIO ⇒ Movimento = Associação	Associação	11 casos	1,00	A combinação da Fase 1 com interação média na origem e quantidade médio de notas no destino tende a favorecer Associação.
113	Lideranca_Habil_O = MÉDIO; Qtd_Interacoes_D = MÉDIO ⇒ Movimento = Associação	Associação	10 casos	1,00	A presença de liderança habilidosa média na origem associada a quantidade de interação média no destino tende a favorecer Associação.
230	Superior_O = MÉDIO; Par_Fases = F1_F3; Qtd_Notas_D = MÉDIO ⇒ Movimento = Associação	Associação	11 casos	0,91	A categoria médio no componente nível superior na origem, combinada com a transição F1_F3 e o quantidade média de notas no destino, tende a favorecer Associação.
458	Fase = Fase_1; Qtd_Interacoes_O = MÉDIO; Superior_D = MÉDIO ⇒ Movimento = Associação	Associação	14 casos	0,86	A Fase 1 associada à quantidade de interações média na origem e o componente nível superior médio destino tende a favorecer Associação.
33	Qtd_Interacoes_D = ALTO ⇒ Movimento = Estabilidade	Estabilidade	7 casos	1,00	A quantidade alta de interações na coalizão de destino tende a favorecer Estabilidade.

Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados da primeira análise revelam padrões recorrentes entre os movimentos de atores. As regras 5, 68 e 176 convergem para um padrão geral ao descrever movimentos de associação relacionados à mudança na ideologia do governo. Embora cada regra combine esse movimento com componentes distintos de coordenação, como comprometimento alto na origem (Regra 5) ou quantidade média de interações na origem e destino (Regras 68 e 176), todas apresentam um elemento comum: a ideologia governamental.

Em todas elas, a variável ideologia do governo está associada ao padrão observado, sugerindo que mudanças ideológicas entre fases governamentais (mudança na coalizão governante) coincidem com maior ocorrência de associações. A Regra 649 reforça essa tendência ao indicar relação entre desaparecimento e o intervalo $F1 \rightarrow F2$, período marcado por significativa alteração na orientação ideológica do Executivo. Esses achados sugerem que a mudança da coalizão governante, entendida como evento externo no subsistema, exerce influência perceptível sobre os movimentos dos atores, ainda que não de forma determinística.

As regras 53, 113, 230 e 458 apresentam outro padrão relevante, centrado em movimentos de associação que ocorrem sob condições caracterizadas por componentes de coordenação predominantemente em níveis médios. Aspectos como quantidade de interações, quantidade de notas, liderança habilidosa e nível superior aparecem de forma recorrente nessa categoria, sugerindo que coalizões com desempenho coordenativo intermediário tendem a apresentar maior propensão à associação.

A segunda análise, centrada exclusivamente na estabilidade, não identificou relações substantivas envolvendo componentes de coordenação ou eventos externos. A própria estabilidade é o movimento menos frequente da base, ocorrendo em proporção significativamente menor que aparecimento, desaparecimento, dissociação e associação. A regra 33, nesse contexto, fornece a evidência mais relevante: níveis altos de interações na coalizão de destino podem estar associados à estabilidade do ator.

Para concluir, os resultados apresentados delineiam um conjunto consistente de evidências empíricas sobre os padrões de coordenação, movimentos dos atores e mobilização de recursos no subsistema da Agenda Verde brasileira. Na Seção 5, esses achados serão discutidos à luz do Referencial Teórico da tese, de modo a integrar as interpretações empíricas às contribuições conceituais do ACF.

5 DISCUSSÃO

Esta seção apresenta a discussão dos resultados à luz do marco teórico da Tese, examinando como a coordenação, os movimentos dos atores e os elementos do subsistema interagem segundo as premissas do ACF.

5.1 Discussão sobre os movimentos dos atores nas coalizões

Os movimentos dos atores coletivos identificados nas transições entre as três fases governamentais (Fase 1 – Dilma; Fase 2 – Temer; Fase 3 – Bolsonaro) puderam ser interpretados à luz do ACF. Os dados empíricos revelaram dinâmicas de estabilidade, crescimento (associação e aparecimento) e declínio (dissociação e desaparecimento) nas coalizões (Socioambientalista, Tecnocrata Esclarecido, Desenvolvimentista Moderno e Desenvolvimentista Tradicional) conforme preconiza a literatura (Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020). Essas dinâmicas constituem os movimentos dos atores políticos que refletem estabilidade, crescimento e declínio (Jenkins-Smith *et al.*, 2014; Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020; Weible; Ingold, 2018).

A predominância do movimento de desaparecimento (Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020) na transição da Fase 1 para a Fase 2 (Dilma → Temer) é teoricamente relevante, pois o desaparecimento representa a saída de ator do subsistema. A coalizão socioambientalista foi a mais impactada, com o desaparecimento de 12 atores coletivos (Quadro 16).

O referencial teórico classifica a mudança na Coalizão Governante (Quadro 1) como um evento externo que funciona como um choque capaz de alterar as restrições, o poder relativo e os recursos dos atores (Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Sabatier; Weible, 2007). A mudança de governo (centro-esquerda para centro-direita) constitui uma perturbação institucional (Jenkins-Smith; Sabatier, 1994), que pode levar a coalizões derrotadas a promoverem a saída estratégica de membros (Jenkins-Smith; St. Clair; Woods, 1991) ou a reavaliarem sua posição (Capelari *et al.*, 2020).

Em contraste, na transição da Fase 2 para a Fase 3 (Temer → Bolsonaro), os movimentos de estabilidade e aparecimento assumiram papel central (Quadro 18). O aparecimento é um movimento associado ao crescimento da coalizão e ocorre pela entrada de novos atores no subsistema, frequentemente motivada por oportunidades emergentes ou mudanças institucionais (Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020). Essa dinâmica de crescimento, evidenciada pelo aparecimento de 6 atores na Socioambientalista e 3 na Tecnocrata Esclarecido

e 3 na Desenvolvimentista Moderno (Quadro 18), alinha-se à premissa do ACF de que eventos externos (mudança na coalizão governante: centro-direita para extrema-direita – Quadro 1) fornecem oportunidades de curto prazo para as coalizões explorarem (Jenkins-Smith *et al.*, 2018).

O movimento de dissociação predominou na transição mais ampla da Fase 1 para a Fase 3 (Dilma → Bolsonaro), sendo a Socioambientalista novamente a que apresentou a maior quantidade de dissociações (8 atores). A dissociação é o movimento complementar à associação, representando a perda de membro e o enfraquecimento relativo da coalizão de origem, uma vez que o ator altera sua aliança e posição (Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020). A ocorrência de dissociações pode ser uma resposta estratégica às mudanças no ambiente político (Sandström; Morf; Fjellborg, 2021), evidenciando que a Mudança na Coalizão Governante (Jenkins-Smith *et al.*, 2014) impulsionou a recomposição no interior do subsistema (Capelari *et al.*, 2020).

A análise dos movimentos entre “coalizões vizinhas” demonstrou que 57% dos movimentos de Dissociação/Associação ocorreram entre grupos adjacentes no continuum ideológico (TE → SA → DM → DT ou TE ← SA ← DM ← DT). A literatura especializada estabeleceu que as coalizões são construídas em torno de um conjunto compartilhado de crenças (Sabatier, 1998; Weible; Ingold, 2018).

O predomínio da realocação entre coalizões ideologicamente próximas sugere que, embora os atores alterem suas alianças (dissociação/associação), eles tendem a se realocar dentro de trajetórias que mantêm o alinhamento em torno de crenças de núcleo de políticas semelhantes (Jenkins-Smith; St Clair, 1993), as quais são específicas para o subsistema e definem a identidade das coalizões.

A análise desenvolvida **atende parcialmente** ao objetivo específico 1 (I – Mapear os movimentos dos atores que participam das comissões ambientais brasileiras de 2012 a 2021). Porque o nível de observação possível, dado o corpus disponível, restringiu-se ao nível dos atores coletivos. Apenas quatro atores individuais puderam ser acompanhados longitudinalmente entre as fases governamentais. Esse fato impossibilitou a construção de um mapeamento de movimentos individuais que assegurasse validade empírica suficiente para análises inferenciais.

Nesse sentido, o objetivo 1 foi cumprido somente em sua dimensão coletiva, por isso o atendimento parcial da proposta de estudo. A análise coletiva permitiu identificar padrões de aparecimento, desaparecimento, associação, dissociação e estabilidade entre os atores organizacionais presentes no subsistema da agenda verde. Esses resultados constituem uma

primeira aproximação importante, coerente com o ACF, pois evidenciam como coalizões se reconfiguram diante de eventos externos.

Para que o objetivo específico 1 possa ser atendido em sua totalidade uma alternativa é ampliar o corpus empírico, incorporando um número maior de notas taquigráficas, atas de reuniões e outros documentos oficiais que tragam a identificação individual dos participantes. A partir desse escopo ampliado, existe a possibilidade de identificar novos atores individuais que não apareceram no acervo atual. Será possível também verificar eventuais recorrências de atores identificados, mas que possam ter participado de fases diferentes daquelas registradas no conjunto original de dados.

Com essa ampliação, seria possível realizar uma nova rodada de codificação das crenças desses atores adicionais e, posteriormente, categorizá-los nas coalizões de defesa, aplicando o mesmo procedimento metodológico adotado na tese. Caso essas recorrências ou novos atores individuais sejam efetivamente identificados, abre-se a possibilidade de mapear seus movimentos longitudinais – aparecimento, desaparecimento, associação, dissociação e estabilidade – o que permitiria avançar para um mapeamento mais completo dos movimentos no nível individual.

5.2 Discussão sobre os resultados de coordenação

Os resultados analisados cumprem o que foi proposto no objetivo específico 2 (Caracterizar a coordenação entre os atores que participaram das comissões parlamentares ambientais brasileiras de 2012 a 2021). Foram revelados padrões distintos de coordenação entre as quatro coalizões ao longo das três fases governamentais, indicando trajetórias de declínio, recomposição e consolidação. A forte coesão interna observada em coalizões como a Socioambientalista e a Tecnocrata Esclarecida materializa esse componente comportamental, associado à articulação de esforços estratégicos por meio da circulação de informações, ações conjuntas e mobilização de recursos (Sabatier; Weible, 2007; Weible; Ingold, 2018).

As trajetórias marcadas por retração coordenativa, como a dissolução da Desenvolvimentista Tradicional, podem ser compreendidas à luz da literatura. Nessa perspectiva, destaca-se o caráter dinâmico da coordenação, dependente de capacidades internas e das pressões externas que incidem sobre o subsistema (Weible *et al.*, 2020). Esse comportamento oscilante é coerente com a ideia de que a ausência de coordenação compromete a capacidade das coalizões de estruturar uma frente unificada, condição fundamental para exercer influência política, conforme descrito por Sabatier e Weible (2007).

Os resultados temporais apontam também que a Fase 2 funciona como um ponto de inflexão, ao concentrar retração coordenativa nas quatro coalizões. Essa convergência é compatível com o papel atribuído pelo ACF aos eventos externos, sobretudo à mudança da coalizão governante, reconhecida como choque capaz de alterar incentivos (Sabatier; Weible, 2007), redistribuir recursos (Jenkins-Smith *et al.*, 2014) e reconfigurar o equilíbrio de poder no subsistema (Capelari *et al.*, 2020).

A transição do governo Dilma para o governo Temer produziu rearranjos institucionais que podem ter modificado prioridades políticas, estruturas decisórias e a disponibilidade de autoridade legal e formal, recurso central para sustentar a atuação coordenada no sistema legislativo. A retração observada na Fase 2, portanto, alinha-se ao pressuposto de que choques políticos externos impactam diretamente o comportamento das coalizões (Jenkins-Smith *et al.*, 2018).

Há indícios de que a recuperação coordenativa registrada na Fase 3 entre as coalizões tecnocratas esclarecidos e socioambientalista pode refletir uma reação estratégica ao choque externo provocado pela mudança da coalizão governante. A alternância para o governo Bolsonaro, marcada por uma redução da capacidade regulatória, enfraquecimento de órgãos técnicos e hostilidade aberta a atores socioambientais (Novelli, 2024), reformulou as oportunidades disponíveis no subsistema.

A discussão evidencia que os padrões de coordenação observados são compatíveis com o entendimento do ACF de que a coordenação resulta da articulação de esforços estratégicos entre atores, expressa por circulação de informações, ações conjuntas e mobilização de recursos (Sabatier; Weible, 2007; Weible; Ingold, 2018). Além disso, a variação coordenativa encontrada ao longo das fases demonstra que a coordenação é um processo dinâmico, condicionado tanto pelas capacidades internas das coalizões quanto pelas pressões externas que incidem sobre o subsistema (Weible *et al.*, 2020).

A sensibilidade dos padrões empíricos às mudanças institucionais, especialmente às alterações na coalizão governante, reforça que eventos externos podem modificar incentivos, redistribuir recursos e reconfigurar posições no interior das coalizões (Capelari *et al.*, 2020; Jenkins-Smith *et al.*, 2014). O que pode explicar as oscilações coordenativas identificadas ao longo do período analisado.

Portanto, o objetivo específico 2 foi atendido totalmente, pois a estrutura analítica construída permitiu caracterizar as diferentes formas de coordenação observadas nas coalizões ambientais. Ainda assim, há espaço para aprofundamentos futuros. Recomenda-se examinar as relações entre os componentes da coordenação, como também investigar o papel da liderança

nas interações. Outras análises recomendadas são sobre as possíveis tensões associadas à diversidade setorial e relacionar os componentes de coordenação entre si.

5.3 Discussão sobre os padrões empíricos do recurso de autoridade legal e formal

Os resultados das análises sobre o recurso de autoridade legal e formal permitiram atender totalmente o objetivo específico 3 (Identificar o recurso político autoridade legal e formal, especificamente as posições de presidência das comissões e de requerentes das audiências analisadas de 2012 a 2021). Os dados expressos nos requerimentos de audiências públicas e nas posições ocupadas nas mesas diretoras das comissões ambientais permitiram mapear a distribuição desse recurso ao longo das três fases governamentais, o recurso permaneceu majoritariamente concentrado em uma coalizão ao longo de todo o período analisado.

No *locus* do Poder Legislativo federal, tanto a presidência das Comissões Temáticas, quanto a prerrogativa de solicitar audiências são instrumentos institucionais que conferem capacidade de influência, visibilidade política e controle procedimental sobre a agenda (Oliveira, 2022). A predominância da coalizão socioambientalista na detenção desse recurso, evidenciada por percentuais superiores a 90% na Fase 1 e ainda majoritários nas Fases 2 e 3, indica controle significativo de posições estratégicas e capacidade de orientar a dinâmica deliberativa das comissões.

A presença sistematicamente elevada em cargos de mesa diretora e na autoria de requerimentos configura o que a literatura reconhece como domínio sobre recursos políticos fundamentais no subsistema (Pachón; Johnson, 2016). O ACF estabelece que o acesso e o uso estratégico de recursos, entre eles a autoridade legal e formal, são elementos centrais para a manutenção da influência política e para a disputa entre coalizões (Jenkins-Smith *et al.*, 2018). Nesse sentido, a capacidade da coalizão socioambientalista de acionar reiteradamente esse recurso pode fortalecer seu poder de iniciativa e sua presença institucional no processo decisório. Em contraste, a coalizão desenvolvimentista moderna manteve participação minoritária em todas as fases, variando entre 8,33% e 28,57%.

É importante reconhecer que o recurso analisado corresponde a uma das múltiplas formas de autoridade formal que podem ser mobilizadas no subsistema legislativo. De acordo com o ACF, coalizões disputam políticas públicas por meio de diversos tipos de recursos, como *expertise* técnica, capacidade financeira, redes de apoio, mobilização social e liderança política (Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Sabatier; Weible, 2007). A delimitação empírica desta pesquisa se

concentrou nas expressões institucionais visíveis no interior das comissões parlamentares. Essa delimitação metodológica não reduz a relevância do recurso analisado, mas ressalta que ele constitui apenas uma parcela dos recursos que as coalizões podem possuir em seu processo de disputa.

Mesmo com os resultados obtidos, ainda há espaço para aprofundamentos. É possível a recomendação de análises da relação com outros recursos mencionados no referencial, como expertise técnica, redes de apoio, mobilização institucional e capacidade financeira. Também é recomendado verificar de que forma a autoridade legal e formal pode favorecer ou limitar práticas de coordenação.

5.4 Discussão da posição ideológica do Executivo no Brasil (2011–2021)

A posição ideológica do Executivo federal entre 2011 e 2021 pôde ser interpretada à luz do ACF, o que atende totalmente o objetivo específico 4 (Caracterizar as mudanças na coalizão governante ocorridas no período de 2012 a 2021). A análise identificou que as mudanças no comando do Executivo modificaram a orientação ideológica do governo e, com isso, reorganizou o subsistema. Teve-se o reconhecimento de que a mudança na coalizão governante, caracterizada como um evento externo capaz de alterar condições institucionais, redistribuiu recursos e redefiniu oportunidades de atuação no subsistema (Jenkins-Smith *et al.*, 2014; Sabatier; Weible, 2007).

A sequência centro-esquerda → centro-direita → extrema-direita demonstra, de maneira sistemática, a substituição de coalizões governantes e as consequentes mudanças de prioridades, incentivos e distribuição de posições estratégicas no Estado. O ACF afirma que esse tipo de ocorrência pode impulsionar mudanças em políticas públicas (Jenkins-Smith *et al.*, 2018), podendo modificar a narrativa oficial da política e a distribuição de recursos estratégicos (Capelari *et al.*, 2020), além de alterar a ocupação de posições centrais no aparato estatal (Hunter; Power, 2019). As variações ideológicas observadas ao longo dos governos Dilma, Temer e Bolsonaro configuram a expressão desse mecanismo, influenciando diretamente o subsistema da agenda verde.

A orientação ideológica pode ser vista como marcador de transformações institucionais, pois sinaliza substituições de coalizões dominantes, redefinições de arenas decisórias e redistribuição de oportunidades entre grupos que disputam influência no subsistema (Capelari *et al.*, 2020). Os resultados mostram que o Executivo se deslocou gradualmente da centro-esquerda para a extrema-direita no período analisado (Zucco; Power, 2024). Essa variação está

alinhada ao entendimento do ACF de que a mudança na coalizão governante pode alterar substancialmente o balanço de poder entre coalizões e abrir oportunidades para transformações (Hoe; Weiger; Cohen, 2021; Sabatier, 1988).

No governo Dilma, classificado empiricamente como centro-esquerda, a orientação ideológica envolvia maior abertura a instrumentos regulatórios e maior atenção a impactos socioambientais. Esses padrões são compatíveis com o papel das crenças no ACF, uma vez que as crenças estruturam percepções, prioridades e estratégias dos atores governamentais ao longo do tempo, orientando a definição de agendas e o enquadramento de problemas no interior do subsistema (Jenkins-Smith *et al.*, 2014; Weible; Sabatier; McQueen, 2009). Esse enquadramento teórico explica a maior permeabilidade institucional observada na fase Dilma para setores vinculados à agenda socioambiental, em consonância com o entendimento de que crenças constituem elementos agregadores capazes de sustentar prioridades políticas e a orientação programática das coalizões de defesa.

A transição para o governo Temer, caracterizado como centro-direita, constitui o tipo de choque institucional descrito pelo ACF. Trata-se de um rearranjo abrupto que modifica prioridades governamentais, altera incentivos e redefine o acesso à autoridade legal e formal. A literatura indica que coalizões governantes, ao assumirem o poder, obtêm acesso a vários recursos, incluindo recursos de autoridade formal (Capelari *et al.*, 2020; Sabatier; Weible, 2007).

O deslocamento para a centro-direita implicou redistribuição desses recursos em favor de coalizões alinhadas a agendas de flexibilização regulatória, fenômeno coerente com o mecanismo teórico segundo o qual eventos externos alteram restrições, poder relativo e recursos disponíveis para as coalizões (Jenkins-Smith *et al.*, 2018). A mudança ideológica identificada no período Temer se ajusta de forma direta ao processo de redistribuição de oportunidades previsto pelo modelo.

O governo Bolsonaro, classificado como extrema-direita, representa um segundo choque institucional consecutivo, com intensidade ampliada. O ACF aponta que a ascensão de uma nova elite política pode modificar incentivos institucionais, reconfigurar estruturas organizacionais e alterar o posicionamento de agentes públicos conforme sua orientação política (Capelari *et al.*, 2020).

O que se observa no período, Bolsonaro, incluindo radicalização programática, confronto institucional e redução da centralidade de arenas participativas, corresponde ao tipo de reconfiguração esperado diante de uma mudança na coalizão governante. A orientação ideológica opera como vetor de redistribuição acelerada da autoridade legal e formal, recurso

considerado determinante pelo ACF para a definição de coalizões dominantes (Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Sabatier; Weible, 2007).

O deslocamento ideológico do Executivo, da centro-esquerda à extrema-direita, pode ser interpretado como uma sequência de eventos externos que reconfiguram prioridades governamentais, reorganizam estruturas de autoridade formal, redistribuem oportunidades de ação e alteram equilíbrios internos do subsistema da agenda verde. Esse efeito está alinhado ao modo como o ACF conceitua eventos externos como perturbações capazes de modificar restrições, redistribuir poder e reorientar trajetórias políticas (Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Sabatier; Weible, 2007).

Além disso, a literatura indica que a posição ideológica do Executivo influencia diretamente a definição de agendas, a mobilização de recursos estatais e as oportunidades estratégicas disponíveis às coalizões, configurando-se como elemento que molda arenas decisórias e distribuições de poder no interior do subsistema (Capelari *et al.*, 2020). A trajetória observada representa, portanto, uma etapa de reconfiguração institucional coerente com os mecanismos analíticos previstos pelo ACF.

5.5 Discussão sobre os movimentos e reorganizações das coalizões ao longo das fases governamentais

Os resultados das análises das mudanças observadas na composição e no comportamento das coalizões ao longo das transições governamentais atendem totalmente ao objetivo estratégico 5 (Integrar as evidências sobre coordenação, autoridade legal e formal e mudanças na coalizão governante para explicar variações nos padrões de movimento dos atores no subsistema). As mudanças observadas alinham-se diretamente ao papel atribuído pelo ACF aos eventos externos, definidos como perturbações exógenas capazes de redistribuir poder, alterar recursos e modificar oportunidades de atuação dentro do subsistema (Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Sabatier; Weible, 2007).

A análise algorítmica revelou um conjunto de padrões associativos que sugerem dimensões do comportamento das coalizões ainda pouco exploradas pelo ACF. O primeiro bloco de regras indica relação sistemática entre os movimentos dos atores e a orientação ideológica dos governos.

Nas regras em que ocorre a associação, a mudança de governo surge como condição recorrente, combinada a diferentes estados coordenativos das coalizões, como comprometimento elevado, quantidade média de interações ou volume médio de notas. Já a

regra referente ao desaparecimento aponta a transição F1–F2, igualmente marcada por alteração ideológica, como um contexto propício à saída de atores. Esse conjunto reforça o papel dos eventos externos descrito pelo ACF, segundo o qual alternâncias políticas reconfiguram incentivos, modificam estruturas decisórias e redistribuem recursos, favorecendo processos de recomposição interna, ativação de redes, busca por novas alianças ou retração estratégica de coalizões em desvantagem.

Um segundo bloco de padrões revela que movimentos de associação tendem a ocorrer em coalizões cujos componentes coordenativos se situam em níveis médios. A presença de coordenação intermediária sugere um estado organizacional que: existe articulação suficiente para sustentar a atuação no subsistema, mas não o bastante para ancorar o grupo de forma duradoura.

Em contraste, estados elevados de coordenação estão associados à coesão interna e à continuidade estratégica, e estados muito baixos, à paralisia ou dissolução. Assim, os resultados empíricos sugerem o entendimento da coordenação como um mecanismo dinâmico que, além de sustentar a coesão, condiciona a probabilidade de realocação dos atores quando os vínculos internos se mostram insuficientemente consolidados.

A análise dedicada exclusivamente ao movimento de estabilidade identificou apenas uma regra informativa, resultado que reflete sua baixa incidência na base. Ainda assim, essa regra indica que altos níveis de interação na coalizão de destino estão associados à permanência dos atores.

Tal achado dialoga com uma lacuna reconhecida na literatura: embora o ACF sustente a estabilidade das crenças no tempo, o modelo não especifica como a coordenação contribui para reter membros na coalizão. O indício encontrado sugere que padrões reiterados de interação podem funcionar como um mecanismo de ancoragem.

Integrados, os resultados algorítmicos evidenciam três dimensões teóricas centrais: (1) o papel estruturante das mudanças na coalizão governante, que aparecem recorrentemente associadas aos movimentos de associação, dissociação e desaparecimento; (2) a vulnerabilidade das coalizões com coordenação em níveis médios, que tendem a apresentar maior instabilidade e deslocamento de membros; e (3) a relevância da interação para sustentar a estabilidade, oferecendo pistas promissoras para suprir uma lacuna analítica ainda pouco explorada pelo ACF. Esses padrões ampliam o entendimento sobre como a coordenação influencia o movimento dos atores no interior das coalizões e reforçam o potencial interpretativo da combinação entre análise qualitativa e mineração de regras de associação para compreender a dinâmica do subsistema da agenda verde.

A partir desses padrões identificados pelo algoritmo, torna-se possível compreender de modo mais integrado como as mudanças nas coalizões governantes, os níveis de coordenação e a distribuição de recursos estruturam a dinâmica observada nas coalizões ao longo das fases. Os achados quantitativos convergem com a análise qualitativa dos movimentos empíricos, indicando que retrações, expansões, desaparecimentos e recomposições não ocorrem de forma isolada, mas derivam de pressões externas que reconfiguram oportunidades e de capacidades coordenativas internas que condicionam a reação das coalizões. Esses resultados fornecem a base interpretativa para analisar, nos trechos seguintes, como cada coalizão respondeu aos choques políticos, como mobilizou (ou perdeu) recursos estratégicos e como ajustou suas estratégias de articulação no subsistema.

O resultado da contração da coalizão socioambientalista após a transição para o governo Temer foi marcada pelo desaparecimento de atores-chave e pela perda de acesso institucional. O que corresponde ao mecanismo segundo o qual a mudança na coalizão governante atua como choque externo que reconfigura incentivos, recursos e condições de atuação (Capelari *et al.*, 2020; Jenkins-Smith *et al.*, 2014). De modo consistente com essa lógica, a expansão da coalizão desenvolvimentista moderna em contexto politicamente favorável reflete a capacidade dos eventos externos de fortalecer certas coalizões e enfraquecer outras, ao alterar o equilíbrio de poder e os arranjos institucionais do subsistema (Sabatier, 1988; Sabatier; Weible, 2007).

A ausência de efeitos significativos da composição setorial sobre o crescimento da coalizão desenvolvimentista moderna indica que, nas condições examinadas, os eventos externos exerceram um papel mais determinante que atributos internos da coalizão. Resultado compatível com a compreensão de que mudanças estruturais e ideológicas no Executivo modificam oportunidades políticas de curto prazo e induzem rearranjos das coalizões (Sabatier; Weible, 2007; Sandström; Morf; Fjellborg, 2021). Assim, os padrões de crescimento e retração observados materializam empiricamente a premissa teórica segundo a qual choques externos podem desestabilizar equilíbrios prévios e induzir realinhamentos de atores (Jenkins-Smith *et al.*, 2014).

A predominância da coalizão socioambientalista no recurso de autoridade legal e formal, especificamente a presidência das comissões e a autoria de requerimentos, encontra apoio na tipologia do ACF, que classifica esse tipo de autoridade como um recurso (Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Sabatier; Weible, 2007). No entanto, há indícios de que esse recurso não resultou em maior estabilidade ou capacidade coordenativa, reforçando o pressuposto teórico de que a efetividade dos recursos depende do contexto político, especialmente quando eventos externos redistribuem o poder do Executivo e redefinem os limites de atuação das coalizões

(Capelari *et al.*, 2020; Jenkins-Smith *et al.*, 2014). Assim, o fato de a coalizão desenvolvimentista moderna tornar-se dominante mesmo não controlando esses recursos formais em específico, sugere que este tipo de autoridade legal e formal só se materializa plenamente quando alinhada às condições estruturais e eventos externos.

A intensificação das interações intercoalizões na fase 3, dos socioambientalistas e dos tecnocratas esclarecidos, é coerente com a definição de coordenação como atributo comportamental essencial que envolve alinhamento estratégico, troca de informações e mobilização conjunta de esforços (Weible; Ingold, 2018; Weible *et al.*, 2020). Como a coordenação não é estática e varia conforme mudanças internas e externas, o aumento dessas interações em um ambiente politicamente crítico reflete o caráter adaptativo desse atributo (Weible *et al.*, 2020).

Há indícios de que a relação entre coordenação e estabilidade é compatível com a fundamentação teórica, a maior permanência de atores em coalizões que concentram interações pode indicar que a coordenação contribui para gerar coesão e sustentação de engajamento ao longo do tempo (Sabatier; Weible, 2007; Weible *et al.*, 2020). Da mesma forma, o fato de 57% dos movimentos de associação e dissociação ocorrerem entre coalizões ideologicamente próximas indica o pressuposto de que as crenças delimitam fronteiras e orientam trajetórias de realinhamento, uma vez que a hierarquia tripartite de crenças estrutura identidade, afinidade e padrões de adesão (Jenkins-Smith *et al.*, 2014; Weible; Sabatier; McQueen, 2009). Esse comportamento corresponde à dinâmica descrita por Schmid, Sewerin e Schmidt (2020), segundo a qual movimentos de crescimento e declínio tendem a ocorrer dentro de trajetórias compatíveis com crenças de núcleo de políticas.

Os resultados que mostram a ausência de impacto direto da autoridade legal e formal sobre os movimentos dos atores também se alinham ao ACF, que sustenta que recursos não operam de forma determinística, mas são condicionados pelas oportunidades estruturais e pelos eventos externos que moldam o subsistema (Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Sabatier; Weible, 2007). Nesse sentido, o padrão identificado reforça o princípio de que os recursos só produzem efeitos substantivos quando articulados às transformações externas que redefinem incentivos e limites de ação (Capelari *et al.*, 2020).

Assim, a articulação entre movimentos, coordenação, eventos externos e recursos revela indícios de um padrão consistente com o modelo teórico que estrutura o ACF: a dinâmica das coalizões decorre da interação entre crenças, ações coordenadas, bases de recursos e choques sistêmicos (Jenkins-Smith *et al.*, 2014; Weible *et al.*, 2020). Dessa forma, os resultados indicam que os padrões de estabilidade e mudança das coalizões podem ser influenciados pela relação

entre coordenação, eventos externos e recursos, evidenciando que essas variáveis se combinam para reorganizar incentivos, reconfigurar alianças e moldar as trajetórias políticas no subsistema ao longo do tempo.

Em contextos adversos, coalizões desfavorecidas tendem a reavaliar posições, ajustar estratégias e intensificar articulações internas e externas para preservar influência (Capelari *et al.*, 2020; Jenkins-Smith; St. Clair; Woods, 1991). O ACF sustenta que a coordenação envolve práticas de alinhamento estratégico, circulação de informações e mobilização de recursos (Weible; Ingold, 2018), e que essas práticas aumentam ou diminuem conforme pressões internas e externas ao subsistema (Weible *et al.*, 2020). A intensificação dos esforços coordenativos observada na Fase 3 pode, assim, ser interpretada como um processo de adaptação estratégica diante do choque político.

Essas contribuições ampliam a compreensão sobre como padrões de coordenação se articulam com o movimento dos atores no interior das coalizões, revelando aspectos do comportamento político que não haviam sido sistematicamente explorados pelo ACF. Ao mesmo tempo, reforçam a pertinência do referencial teórico utilizado, demonstrando que a combinação entre análise qualitativa e mineração de regras de associação é capaz de produzir achados consistentes sobre a dinâmica das coalizões de defesa.

5.6 Discussão dos resultados à luz da dinâmica da Agenda Verde

Os resultados permitem avaliar de forma integrada se todos os objetivos específicos contribuíram efetivamente para o alcance do objetivo geral da tese, que consiste em analisar como a coordenação, os eventos externos e os recursos políticos influenciam os movimentos dos atores no subsistema nacional da agenda verde entre 2012 e 2021. Essa síntese também responde à pergunta de pesquisa: *De que modo a coordenação das coalizões de defesa, em associação com eventos externos e recursos de coalizão, influencia os movimentos dos atores políticos e a dinâmica do processo político no subsistema nacional da agenda verde no período de 2012 a 2021 nas comissões parlamentares ambientais?*

Os resultados atendem ao OE5 ao integrar evidências relacionadas à coordenação, à autoridade legal e formal e às mudanças na coalizão governante para explicar a variação dos movimentos dos atores no subsistema. Observou-se que as coalizões historicamente ligadas à conservação – Socioambientalista e Tecnocrata Esclarecida – mantiveram alinhamento intercoalizão ao longo de todo o período, evidenciado tanto em interações coordenativas quanto em movimentos de atores entre ambas. Esse padrão confirma o pressuposto do ACF de que

coalizões baseadas em crenças compartilhadas se sustentam por meio de atividades coordenadas recorrentes e coesão comportamental (Sabatier, 1988; Sabatier; Jenkins-Smith, 1999).

As mudanças na coalizão governante emergiram como eventos externos com impacto substantivo sobre o comportamento das coalizões. A transição do governo Dilma para Temer, centro-esquerda para centro-direita, coincidiu com retrações coordenativas generalizadas, sugerindo reconfigurações institucionais que reduziram incentivos e alteraram a dinâmica decisória. Já a transição de Temer para Bolsonaro, centro-direita para extrema-direita, abriu oportunidades favoráveis à expansão da coalizão Desenvolvimentista Moderna, consistente com a premissa do ACF de que mudanças na coalizão governante reestruturam oportunidades políticas e induzem reorganizações internas (Jenkins-Smith *et al.*, 2018; Schmid; Sewerin; Schmidt, 2020).

Outra evidência importante refere-se aos movimentos dos atores entre coalizões. A maior parte das associações e dissociações ocorreu entre coalizões vizinhas no espectro das crenças, indicando que os atores preservam coerência ideológica mesmo sob pressão política. Tal comportamento confirma a estrutura tripartite das crenças no ACF, segundo a qual crenças de núcleo de políticas funcionam como âncoras que delimitam a identidade e as trajetórias de realinhamento dos atores (Jenkins-Smith; St. Clair, 1993; Sabatier, 1998). Esse padrão também reproduz a dinâmica descrita por Schmid, Sewerin e Schmidt (2020), de que crescimento e declínio tendem a ocorrer ao longo de eixos adjacentes de crenças.

No tocante à relação entre recursos, coordenação e eventos externos, verificou-se que a coalizão Socioambientalista controlou de forma quase integral a autoridade legal e formal disponível nas comissões, mesas diretoras e requerimentos de audiência. No entanto, esse domínio institucional não assegurou estabilidade nem maior capacidade coordenativa, ao passo que a coalizão Desenvolvimentista Moderna se tornou dominante em contextos politicamente favoráveis, mesmo sem controlar tais recursos. Esse comportamento reforça o argumento do ACF de que recursos só se materializam como influência efetiva quando alinhados às condições estruturais estabelecidas por eventos externos (Capelari *et al.*, 2020; Sabatier; Weible, 2007).

Os resultados também indicam que coalizões com maior frequência de interações coordenativas apresentaram maior estabilidade de atores, sugerindo que a coordenação pode funcionar como mecanismo de sustentação ao longo do tempo. A intensificação das interações intercoalizões observada na Fase 3, especialmente entre Socioambientalistas e TecnoCratas Esclarecidos, é compatível com a concepção de coordenação como atributo adaptativo, sensível às pressões internas e externas (Weible; Ingold, 2018; Weible *et al.*, 2020).

De forma integrada, as evidências reforçam o caráter relacional do ACF. A estabilidade e a mudança no subsistema da agenda verde resultam da combinação entre crenças compartilhadas, práticas coordenadas, recursos estratégicos e choques externos (Jenkins-Smith *et al.*, 2014; Weible *et al.*, 2020). Os resultados sugerem que os eventos externos modulam incentivos e oportunidades; que diferentes padrões de coordenação estão associados à estabilidade ou ao movimento dos atores; e que a autoridade legal e formal produz efeitos apenas quando operada em consonância com o contexto político de cada fase.

Assim, a dinâmica das coalizões no período analisado não deriva de fatores isolados, mas da interação contínua entre eventos externos, capacidades coordenativas e disponibilidade de recursos institucionais. Essa articulação indica os padrões de expansão, retração e reposicionamento observados, evidenciando que o subsistema da agenda verde responde de forma integrada às transformações políticas e à recomposição das coalizões de defesa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

Esta seção apresenta as considerações finais do estudo, suas contribuições, as limitações e uma agenda de investigação futura. Esta tese analisou como a coordenação, os eventos externos e os recursos políticos influenciam os movimentos dos atores no subsistema nacional da agenda verde no período de 2012 a 2021 nas comissões ambientais brasileiras.

6.1 Contribuições da pesquisa

Esta tese apresentou avanços teóricos, metodológicos e empíricos relevantes para o campo do *Advocacy Coalition Framework* (ACF) e para o estudo da dinâmica política da agenda verde no Congresso brasileiro. Ao responder à pergunta de pesquisa e ao alcançar o objetivo geral de compreender como coordenação, eventos externos e recursos políticos influenciam os movimentos dos atores nas comissões ambientais entre 2012 e 2021, o estudo conseguiu iluminar dimensões fundamentais da atuação das coalizões de defesa no subsistema analisado.

Do ponto de vista teórico, a principal contribuição desta pesquisa consiste na formalização de uma estrutura analítica para o atributo coordenação no ACF. A coordenação foi estruturada em um dicionário de dados, com seis componentes analíticos – alcance, nível, setorização, centralidade, liderança e comprometimento – e a interação foi adotada como unidade empírica de análise.

Essa sistematização, inédita na literatura, preenche lacunas já apontadas por autores que destacam a subteorização da coordenação no modelo, oferecendo um arcabouço conceitual claro, mensurável e replicável. A construção desse dicionário de dados permitiu operacionalizar empiricamente um atributo essencial, mas até então pouco formalizado, fortalecendo a capacidade explicativa do ACF e estabelecendo bases sólidas para futuras pesquisas comparativas em diferentes subsistemas.

No âmbito empírico, a tese avançou ao demonstrar que os movimentos dos atores entre coalizões ocorrem de forma sistemática e sensível às mudanças ideológicas dos governos federais. A análise das fases Dilma (centro-esquerda), Temer (centro-direita) e Bolsonaro (extrema-direita) evidenciou que a variação ideológica do Executivo funcionou como eixo estruturante do subsistema, redefinindo oportunidades políticas, redistribuindo recursos e moldando o equilíbrio de poder entre as coalizões.

A contração abrupta dos socioambientalistas na transição para Temer, seguida pela expansão dos desenvolvimentistas modernos no governo Bolsonaro, ilustra a capacidade dos eventos externos de reconfigurar incentivos e provocar recomposições no interior das coalizões. Esses achados corroboram a premissa central do ACF de que mudanças institucionais e choques políticos têm potencial para alterar trajetórias de alinhamento, induzir realinhamentos estratégicos e reorganizar a disputa no subsistema.

A pesquisa também demonstrou que a maior parte das associações e dissociações ocorreu entre coalizões ideologicamente próximas, o que reforça a concepção do ACF segundo a qual crenças de núcleo de políticas estruturam a identidade das coalizões e delimitam fronteiras de adesão. Mesmo em cenários de forte pressão política, os atores tendem a preservar coerência ideológica, migrando preferencialmente para coalizões vizinhas no continuum das crenças. Esse padrão evidencia que a reconfiguração das coalizões não ocorre de modo aleatório, mas segue trajetórias compatíveis com estruturas de crenças previamente consolidadas.

Além disso, a tese contribuiu ao examinar o papel da autoridade legal e formal, especificamente o controle das mesas diretoras das comissões ambientais e a autoria de requerimentos de audiência. Ainda que os socioambientalistas tenham dominado amplamente esses recursos durante todo o período analisado, esse domínio institucional não se traduziu em maior estabilidade ou capacidade coordenativa.

O estudo sugere que a eficácia desses recursos depende fortemente das condições estruturais e do contexto político mais amplo. Em períodos desfavoráveis, como no governo Bolsonaro, a autoridade legal e formal analisada nesta pesquisa, não foi suficiente para proteger os socioambientalistas de retração ou perda de influência, ao passo que os desenvolvimentistas modernos expandiram sua atuação mesmo sem controlar esses recursos. Esse resultado reforça a premissa de que recursos políticos, isoladamente, não operam de modo determinístico, sendo condicionados pelas oportunidades criadas pelos eventos externos.

No campo metodológico, a tese ofereceu inovação ao integrar uma estrutura teórica própria, análise qualitativa das audiências legislativas e técnicas de mineração de dados. A combinação entre métodos qualitativos e algoritmos de *Apriori* gerou indicativos sobre padrões de coordenação e movimentos dos atores, permitindo identificar regularidades que poderiam permanecer ocultas em abordagens exclusivamente qualitativas. O desenho de caso único, longitudinal e misto, aplicado de forma consistente ao longo do período 2012–2021, constitui um modelo metodológico replicável, capaz de ampliar a aplicabilidade do ACF em contextos empíricos complexos.

Em termos práticos, os resultados da tese oferecem subsídios valiosos para gestores públicos, parlamentares, organizações da sociedade civil e demais atores envolvidos na agenda ambiental. A pesquisa revela como mudanças na coalizão governante e padrões coordenativos podem antecipar momentos de retração institucional, reorganização das coalizões ou abertura de janelas de oportunidade. O mapeamento dos movimentos de atores e das formas de coordenação permite identificar períodos de maior vulnerabilidade ou fortalecimento das coalizões, fornecendo bases para estratégias de *advocacy* mais eficazes e contextualizadas. Além disso, ao demonstrar que a autoridade legal e formal apenas se materializa plenamente quando alinhada às condições geradas por eventos externos, o estudo contribui para aprimorar a compreensão sobre os limites e potencialidades dos mecanismos institucionais de participação e influência no legislativo ambiental.

A tese avança o ACF ao formalizar uma estrutura analítica operacionalizável para a coordenação, ao demonstrar empiricamente o impacto das variações ideológicas do Executivo sobre a reorganização das coalizões e ao desenvolver um desenho metodológico inovador que amplia a capacidade interpretativa do modelo. Os resultados revelam que estabilidade e mudança no subsistema da agenda verde não decorrem de variáveis isoladas, mas da interação entre crenças, ações coordenadas, recursos disponíveis e choques externos. Ao integrar esses elementos, a pesquisa oferece um quadro abrangente, analiticamente robusto e empiricamente fundamentado sobre a dinâmica das coalizões de defesa no Legislativo ambiental brasileiro, contribuindo tanto para o avanço teórico quanto para a prática política informada.

6.2 Limitações

Este estudo apresenta limitações inerentes ao seu escopo empírico e às escolhas metodológicas adotadas, as quais devem ser reconhecidas sem comprometer a robustez dos achados. Como investigação de caso único centrada nas comissões ambientais do Congresso Nacional entre 2012 e 2021, sua capacidade de generalização para outros subsistemas, arenas institucionais ou períodos históricos é restrita.

Além disso, a pesquisa baseou-se exclusivamente em registros de audiências públicas, o que limita o conjunto possível de evidências empíricas. Embora as notas taquigráficas constituam fonte detalhada e sistemática, elas não capturam integralmente as interações políticas, negociações informais e articulações externas que permeiam a agenda verde.

No plano da delimitação do objeto, a tese adotou a categorização de coalizões construída por Oliveira (2022), fundamentada nas crenças identificadas nas notas taquigráficas. Optou-se

por não incorporar o procedimento adicional aplicado pela autora a determinados atores da Fase 3, de modo a preservar a simetria metodológica com o ACF e a coerência do uso exclusivo das notas como fonte secundária. Essa escolha, embora justificável, impõe um recorte específico à classificação dos atores e pode ter limitado a sensibilidade analítica para nuances adicionais.

Outra limitação decorre das próprias dinâmicas empíricas observadas: a participação individual dos atores ao longo das fases foi majoritariamente descontínua, impossibilitando análises longitudinais mais robustas de trajetórias individuais. Do mesmo modo, o estudo examinou apenas um subconjunto dos recursos políticos previstos pelo ACF, a autoridade legal e formal expressa pelas posições nas mesas diretoras e pelos requerimentos de audiência, sem considerar outros recursos relevantes, como capacidade financeira, redes informais de apoio ou acesso privilegiado a fluxos de informação entre outros.

Essas delimitações metodológicas estreitam o alcance explicativo da pesquisa, na medida em que o ACF reconhece a multiplicidade de recursos e arenas que estruturam a ação das coalizões. Tais limitações refletem o desenho empírico adotado, as características das fontes disponíveis e o foco institucional da tese. Ainda assim, elas não anulam a validade das conclusões, mas indicam caminhos promissores para aprofundamentos futuros, especialmente no sentido de investigar dimensões informais da coordenação, examinar ciclos políticos mais longos e incorporar outros tipos de recursos e arenas decisórias.

6.3 Agenda de Pesquisa

Recomenda-se que estudos futuros testem a estrutura analítica desenvolvida para analisar a coordenação no ACF em outros subsistemas de políticas, ambientais ou não, e em diferentes níveis de governo, a fim de avaliar sua robustez, sensibilidade e potencial de generalização. A incorporação de novas fontes de dados, como entrevistas semiestruturadas com atores-chave e documentos internos de órgãos públicos, pode ampliar a captura de práticas coordenativas não observáveis nas audiências legislativas, permitindo examinar dimensões informais da coordenação que não emergem em registros oficiais.

Os resultados desta tese indicam que os eventos externos, especificamente as mudanças na coalizão governante, exercem influência significativa sobre os movimentos dos atores e sobre as formas de coordenação observadas no subsistema. Estudos posteriores podem expandir essa análise examinando outras dimensões do mesmo evento externo, tais como a posição ideológica do Congresso, o grau de polarização entre bancadas temáticas e a distância ideológica entre Executivo e Legislativo ao longo das fases governamentais. Essas variáveis

têm potencial para aprofundar a compreensão sobre como diferentes configurações políticas moldam incentivos, restringem estratégias e influenciam tanto a coordenação quanto a estabilidade e a mudança das coalizões.

Do ponto de vista metodológico, técnicas adicionais, como análise de redes sociais, podem mapear padrões estruturais de interação e complementar os achados qualitativos. Da mesma forma, o desenvolvimento de indicadores quantitativos formais para os componentes analíticos da coordenação permitiria comparações em larga escala, estudos longitudinais expandidos ou análises em contextos internacionais, contribuindo para consolidar a mensuração sistemática da coordenação no âmbito do ACF.

Finalmente, ampliar a janela temporal para além de 2021 pode aprofundar o entendimento sobre como coordenação, choques externos e recursos moldam as dinâmicas das coalizões de defesa em conjunturas políticas posteriores, especialmente diante de recentes mudanças institucionais e ambientais. Tais direções de pesquisa têm potencial para superar as limitações identificadas nesta tese e ampliar o alcance explicativo das contribuições teóricas e metodológicas aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

- AGAPITO, L. S.; MIRANDA, M. de A.; JANUÁRIO, T. F. X. A political agenda in conflict with environmental protection: a critical policy essay from Brazil. **International Criminology**, v. 2, p. 206–218, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s43576-021-00041-y>.
- ARAGÃO, P. B. R.; SARTURI, G. Engajamento de stakeholders e seu efeito no desempenho de uma política pública de educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 32, n. 124, p. e0244241, 2024.
- ARAÚJO, S. M. V. G. **Coalizões de Advocacia na Formulação da Política Nacional de Biodiversidade e Florestas**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- ARAÚJO, S. M. V. G. **Política Ambiental no Brasil no Período 1992-2012: um estudo comparado das agendas verde e marrom**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- ARSLAN, E.; KOYUNCU, C.; YILMAZ, R. The influence of government ideology on the rate of e-waste recycling in the European Union countries. **PLoS ONE**, v. 19, n. 3, e0297408, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0297408>.
- BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. **Agendas and Instability in American Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=NZ0tRwwYbN8C>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BÖHMELT, T. Environmental-agreement design and political ideology in democracies. **International Environmental Agreements**, v. 22, p. 507–525, 2022.
- BONELLI, F.; FERNANDES, A. S. A.; CAVALCANTE, P. L. C. **The active dismantling of environmental policy in Brazil: paralysis and setbacks of the deforestation inspection and control**. *Sustentabilidade em Debate*, v. 14, n. 1, p. 497–526, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v14n1.2023.44277>.
- BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G. A graph-theoretic perspective on centrality. **Social Networks**, v. 28, n. 4, p. 466–484, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socnet.2005.11.005>.
- CAIRNEY, P. **Understanding Public Policy: Theories and Issues**. London: Bloomsbury Publishing, 2019. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=Y_tGEAAAQBAJ. Acesso em: 22 maio 2025.
- CAPELARI, M. G. M. *et al.* Mudança de larga escala na política ambiental: análise da realidade brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 6, p. 1691–1710, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190445>.
- CARVALHO, V. R.; VIANA, J. P. S. L.; CARLOMAGNO, M. C. **Presidencialismo de coalizão em tempos de crise institucional: relação Executivo-Legislativo nos governos Dilma (2015-2016) e Temer (2016-2018)**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

CENTENO, A. R.; BRINGHENTI, T. F. S. Os presidenciáveis no debate ideológico: análise de conteúdo dos programas econômicos nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, v. 27, n. 3, p. 822–850, 2021.

CORDEIRO, M. S. S.; NOVAES, R. B.; BARCELLOS, S. B. A questão ambiental e o governo Bolsonaro: entre conflitos ambientais e ideias conspiratórias. **Revista Raízes**, v. 42, n. 2, p. 263–276, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.799>.

CORRÊA, S. R. dos S. *et al.* Cravo, canela e sustentabilidade: transformações na cadeia de valor do cacau no Sul da Bahia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 11, p. 215–233, 2025.

COSTIE, D. P.; HOLM, F.; BERARDO, R. Hydraulic fracturing, coalition activity and shock: assessing the potential for coalition-based collective action in Argentina's Vaca Muerta formation. **Extractive Industries and Society**, v. 5, n. 4, p. 499–507, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.exis.2018.08.003>.

DELA SANTA, E. Fiscal incentives for tourism development in the Philippines: a case study from policy networks and Advocacy Coalition Framework. **Tourism Planning & Development**, v. 15, n. 5, p. 615–632, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/21568316.2017.1360935>.

DEUTSCH, S. Populist authoritarian neoliberalism in Brazil: making sense of Bolsonaro's anti-environment agenda. **Journal of Political Ecology**, v. 28, n. 1, p. 823–844, 2021. DOI: <https://doi.org/10.2458/jpe.2994>.

DOUGLAS, A. *et al.* **Advocacy Coalition Framework**. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003269083-5>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ELLIOT, C.; SCHLAEPFER, R. The Advocacy Coalition Framework: application to the policy process for the development of forest certification in Sweden. **Journal of European Public Policy**, v. 8, n. 4, p. 642–661, 2001.

EMERSON, K.; NABATCHI, T. **Collaborative governance regimes**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2015.

FRANK, E.; HALL, M. A.; WITTEN, I. H. The WEKA workbench. *In*: WITTEN, I. H.; FRANK, E.; HALL, M. A. **Data mining: practical machine learning tools and techniques**. 4. ed. Burlington: Morgan Kaufmann, 2016.

FREEMAN, L. C.; ROEDER, D.; MULHOLLAND, R. R. Centrality in social networks: II. experimental results. **Social Networks**, v. 2, n. 2, p. 119–141, 1979. DOI: [https://doi.org/10.1016/0378-8733\(79\)90002-9](https://doi.org/10.1016/0378-8733(79)90002-9).

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, v. 26, n. 3, p. 401–430, 2020.

GABEHART, K. M.; WEIBLE, C. M. Advocacy coalition framework. *In*: **Encyclopedia of public policy**. Cham: Springer International Publishing, 2023. p. 1–10.

GALBIATI, L. A. *et al.* Rupturas a partir da política da boiada: uma análise segundo Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, 2022.

GOLDSTEIN, A. The construction of a right-wing order in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 46, n. 4, p. 256–262, 2019.

GREENHALGH, T.; PEACOCK, R. R. Effectiveness and efficiency of search methods in systematic reviews of complex evidence: empirical study. **BMJ**, v. 331, n. 7524, p. 1064–1065, 2005.

HAN, J.; KAMBER, M.; PEI, J. **Data mining: concepts and techniques**. 3. ed. Burlington: Morgan Kaufmann, 2012.

HEIKKILA, T.; CAIRNEY, P. Comparison of theories of the policy process. In: **Theories of the policy process**. 4. ed. [S.l.: s.n.], 2018. p. 301–328. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780429494284-9/COMPARISON-THEORIES-POLICY-PROCESS-TANYA-HEIKKILA-PAUL-CAIRNEY>. Acesso em: 18 maio 2025.

HEINMILLER, B. T. Advocacy coalitions, power and policy change. **Policy & Politics**, v. 51, n. 1, p. 28–46, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1332/030557321X16569341758199>.

HEINMILLER, B. T.; OSEI, E. M.; DANSO, E. Investigating ACF policy change theory in a unitary policy subsystem: the case of Ghanaian public sector information policy. **International Review of Public Policy**, v. 3, n. 1, p. 72–99, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/irpp.1894>.

HENRY, A. D. Ideology, power, and the structure of policy networks. **Policy Studies Journal**, v. 39, n. 3, p. 361–383, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.2011.00413.x>.

HENRY, A. D. *et al.* Policy change in comparative contexts: applying the Advocacy Coalition Framework outside of Western Europe and North America. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 16, n. 4, p. 299–312, 2014.

HOE, C.; WEIGER, C.; COHEN, J. E. The battle to increase tobacco taxes: lessons from Philippines and Ukraine. **Social Science & Medicine**, v. 279, 114001, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2021.114001>.

HUNTER, W.; POWER, T. J. Bolsonaro and Brazil's illiberal backlash. **Journal of Democracy**, v. 30, n. 1, p. 68–82, 2019.

INGOLD, K. Network structures within policy processes: coalitions, power, and brokerage in Swiss climate policy. **Policy Studies Journal**, v. 39, n. 3, p. 435–459, 2011.

INGOLD, K.; VARONE, F. Treating policy brokers seriously: evidence from climate policy. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 22, n. 2, p. 319–346, 2012.

- IZUMI, M. Y.; MEDEIROS, D. B. Government and opposition in legislative speechmaking: using text-as-data to estimate Brazilian political parties' policy positions. **Latin American Politics and Society**, v. 63, n. 1, p. 145–164, 2021.
- JENKINS-SMITH, H. C.; NOHRSTEDT, D.; WEIBLE, C. M.; INGOLD, K. The Advocacy Coalition Framework: an overview of the research program. In: WEIBLE, C. M.; SABATIER, P. A. (org.). **Theories of the Policy Process**. [S.l.: s.n.], 2018. p. 135–171.
- JENKINS-SMITH, H. C.; SABATIER, P. A. Evaluating the Advocacy Coalition Framework. **Journal of Public Policy**, v. 14, p. 175, 1994.
- JENKINS-SMITH, H.; ST. CLAIR, G. K.; WOODS, B. Explaining change in policy subsystems: analysis of coalition stability and defection over time. **American Journal of Political Science**, v. 35, n. 4, p. 851–880, 1991. DOI: <https://doi.org/10.2307/2111497>.
- JENKINS-SMITH, H.; ST. CLAIR, G. K. The politics of offshore energy: empirically testing the Advocacy Coalition Framework. In: **Policy change and learning**. [S.l.: s.n.], 1993. p. 149–175.
- KIM, P. Advocacy coalitions and policy change: the case of South Korea's Saemangeum project. **Administration & Society**, v. 44, n. 6, p. 85–103, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/0095399712460078>.
- KIM, S. E.; URPELAINEN, J. The polarization of American environmental policy: a regression discontinuity analysis of Senate and House votes, 1971–2013. **Political Research Quarterly**, v. 68, n. 2, p. 246–263, 2015.
- KITCHENHAM, B. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**. Version 2.3. Keele: Keele University; Durham: University of Durham, 2007. (EBSE Technical Report EBSE-2007-01).
- KOEBELE, E. A. Cross-coalition coordination in collaborative environmental governance processes. **Policy Studies Journal**, v. 48, n. 3, p. 727–753, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/psj.12306>.
- KOEBELE, E. A. Integrating collaborative governance theory with the Advocacy Coalition Framework. **Journal of Public Policy**, v. 39, n. 1, p. 35–64, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0143814X18000041>.
- KRIESI, H.; ADAM, S.; JOCHUM, M. Comparative analysis of policy networks in Western Europe. **Journal of European Public Policy**, v. 13, n. 3, p. 341–361, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/13501760500528803>.
- KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2019.
- KÜBLER, D. Understanding policy change with the Advocacy Coalition Framework: an application to Swiss drug policy. **Journal of European Public Policy**, v. 8, n. 4, p. 623–641, 2001.

LEE, H.; CHOI, E.; LEE, E. Green transition of iron cities: a comparative case study of Kitakyushu and Pohang. **The Journal of Environment & Development**, v. 31, n. 1, p. 28–53, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/10704965211063708>.

LEIFELD, P. **Discourse network analysis: policy debates as dynamic networks**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

LEIFELD, P.; HAUNSS, S. Political discourse networks and the conflict over software patents in Europe. **European Journal of Political Research**, v. 51, n. 3, p. 382–409, 2012.

LEIFELD, P.; SCHNEIDER, V. Information exchange in policy networks. **American Journal of Political Science**, v. 56, n. 3, p. 731–744, 2012.

LENCZNER, M.; MCPHEDRAN WAITZER, J. Policy advocacy to enable administrative data linking: building a civil society coalition. **International Journal of Population Data Science**, v. 3, n. 4, art. 759, 2018. DOI: <https://doi.org/10.23889/ijpds.v3i4.759>.

LI, W.; WEIBLE, C. M. **China's Policy Processes and the Advocacy Coalition Framework**. [S.l.: s.n.], 2019.

LIMA, L. D.; VIANA, A. L. D. Regional governance in Brazil: building coalitions in health. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, p. 2693–2702, 2011.

MARQUES, E. C. Advocacy Coalition Framework e o estudo da política urbana no Brasil: o caso do Plano Diretor de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 91, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/YZKkrDnJD9FjqJQsZ5QkZVQs/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MATTI, S.; SANDSTRÖM, A. The defining elements of advocacy coalitions: continuing the search for explanations for coordination and coalition structures. **Review of Policy Research**, v. 30, n. 2, p. 240–257, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/ropr.12011>.

MCGEE, Z. A.; JONES, B. D. Reconceptualizing the policy subsystem: integration with complexity theory and social network analysis. **Policy Studies Journal**, v. 47, n. S1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/psj.12319>. Acesso em: 20 maio 2025.

MILHORANCE, C. Policy dismantling and democratic regression in Brazil under Bolsonaro: coalition politics, ideas, and underlying discourses. **Review of Policy Research**, v. 39, n. 6, p. 752–770, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ropr.12502>. Acesso em: 12 abr. 2025.

MILHORANCE, C.; LE COQ, J.; SABOURIN, E. Dealing with cross-sectoral policy problems: an Advocacy Coalition approach to climate and water policy integration in Northeast Brazil. **Policy Sciences**, v. 54, n. 3, p. 557–578, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11077-021-09422-6>.

MIRZYŃSKA, A. Actors in environmental discourse: the discursive institutionalism perspective. **Journal of Public Governance**, v. 65, n. 3, p. 5–19, 2023. DOI: <https://doi.org/10.15678/pg.2023.65.3.01>.

- MOHAMMADI, N.; KHABBAZAN, M. M. The influential mechanisms of power actor groups on policy mix adoption: lessons learned from feed-in tariffs in the renewable energy transition in Iran and Germany. **Sustainability**, v. 14, n. 7, art. 3973, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/su14073973>.
- MONTEIRO, R. R. et al. Direito e Política Nacional do Meio Ambiente: os desafios enfrentados na atualidade no Brasil (2019–2021). **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, e20611729766, 2022.
- MUNRO, J. California water politics: explaining change in a cognitively polarized subsystem. *In*: SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. C. (ed.). **Policy change and learning: an Advocacy Coalition approach**. Boulder, CO: Westview Press, 1993. p. 105–128.
- NAKROŠIS, V.; BARCEVIČIUS, E.; VILPIŠAUSKAS, R. Lietuvos Respublikos Vyriausybės veiklos prioritetai: kaip analizuoti jų įgyvendinimo procesą ir rezultatus? **Politologija**, n. 1, p. 3–48, 2015.
- NEUENDORF, K. A. **The content analysis guidebook**. 2. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2017.
- NEWTON, A.; ELLIOTT, M. A typology of stakeholders and guidelines for engagement in transdisciplinary, participatory processes. **Frontiers in Marine Science**, v. 3, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fmars.2016.00230>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- NOHRSTEDT, D. External shocks and policy change: Three Mile Island and Swedish nuclear energy policy. **Journal of European Public Policy**, v. 12, n. 6, p. 1041–1059, 2005.
- NOHRSTEDT, D. The politics of crisis policymaking: Chernobyl and Swedish nuclear energy policy. **Policy Studies Journal**, v. 36, n. 2, p. 257–278, 2008.
- NOHRSTEDT, D. The logic of policy change after crisis: proximity and subsystem interaction. **Risk, Hazards & Crisis in Public Policy**, v. 1, n. 2, p. 1–32, 2010. DOI: <https://doi.org/10.2202/1944-4079.1010>.
- NOHRSTEDT, D. Shifting resources and venues producing policy change in contested subsystems: a case study of Swedish signals intelligence policy. **Policy Studies Journal**, v. 39, n. 3, p. 461–484, 2011.
- NOVELLI, J. M. N. A política ambiental brasileira (2003–2022): da contradição à devastação. **Campos Neutrais: Revista Latino-Americana**, v. 2, n. 1, p. 10–33, 2024.
- NUNES, F. S. et al. Lessons from the historical dynamics of environmental law enforcement in the Brazilian Amazon. **Scientific Reports**, v. 14, n. 1, p. 1828, 2024.
- O’NEIL, D. et al. Smoke-free policy adoption in Horizon City and El Paso Community College: a strategic campaign approach that turns a “no” into a “yes.” **Health Promotion Practice**, v. 24, n. 1, p. 170S–179S, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/15248399221131316>.
- OLIVEIRA, H. C.; SANCHES FILHO, A. Uma breve trajetória dos elementos constitutivos do Advocacy Coalition Framework (ACF). **Revista de Administração Pública**, Rio de

Janeiro, v. 56, n. 5, p. 632–653, set./out. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220049x>.

OLIVEIRA, J. E.; VIEIRA, D. M. Poder e influência na agenda verde: stakeholders e coalizões de defesa no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, e2024-0386, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220240386>.

OSEI-KOJO, A. Analysing the stability of advocacy coalitions and policy frames in Ghana's oil and gas governance. **Policy & Politics**, v. 51, n. 1, p. 71–90, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1332/030557322X16651632139992>.

OSWALD, M. T.; FROMM, M.; BRODA, E. Strategic clustering in right-wing populism? 'Green policies' in Germany and France. **Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft**, v. 15, p. 185–205, 2021.

PACHÓN, M.; JOHNSON, G. B. When's the party (or coalition)? Agenda-setting in a highly fragmented, decentralized legislature. **Journal of Politics in Latin America**, v. 8, n. 2, p. 71–100, 2016.

PATAY, D. *et al.* Fifty shades of partnerships: a governance typology for public private engagement in the nutrition sector. **Globalization and Health**, v. 19, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12992-023-00912-1>.

PFEIFFER, G.; HENRY, A. D.; DIETZ, T. Where Advocacy Coalitions and Policy Networks intersect in US environmental risk policy. In: **The Advocacy Coalition Framework**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2025. p. 65–84.

PHOLSIM, S.; INABA, Y. Roles of policy brokers in collaborative governance: evidence from Khon Kaen and Bueng Kan cities in Thailand. **Asian Politics and Policy**, v. 14, n. 3, p. 374–387, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/aspp.12651>.

PIERCE, J. J. *et al.* There and back again: a tale of the advocacy coalition framework. **Policy Studies Journal**, v. 45, supl. 1, p. S13–S46, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/psj.12197>.

PIERCE, J. J.; PETERSON, H. L.; HICKS, K. C. Policy change: an advocacy coalition framework perspective. **Policy Studies Journal**, v. 48, n. 1, p. 64–86, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/psj.12223>.

PINHEIRO, A.; ARAÚJO, S. O papel dos estados nos debates e nos produtos do processo sobre a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. In: **E os estados? Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. [Brasília]: Ipea, 2023. p. 645–673. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/9786556350509cap22>. Acesso em: 4 maio 2025.

REED, M. S. *et al.* Who's in and why? A typology of stakeholder analysis methods for natural resource management. **Journal of Environmental Management**, v. 90, n. 5, p. 1933–1949, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2009.01.001>.

RINSCHIED, A. What's the link between crisis and policy meltdown? **Policy Studies Journal**, v. 47, n. 3, p. 648–672, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/psj.12328>.

ROCHEDO, P. R. et al. The threat of political bargaining to climate mitigation in Brazil. **Nature Climate Change**, v. 8, n. 8, p. 695–698, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41558-018-0213-y>.

RODGERS, H. R.; BULLOCK, C. S. **Law and social change: civil rights laws and their consequences**. New York: McGraw-Hill, 1976.

SABATIER, P. A. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein. **Policy Sciences**, v. 21, n. 2–3, p. 129–168, 1988. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00136406>.

SABATIER, P. A. Fostering the development of policy theory. In: SABATIER, P. A. (ed.). **Theories of the policy process**. 2. ed. Boulder, CO: Westview Press, 2007. p. 327–336.

SABATIER, P. A. Policy change over a decade or more. In: SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. C. (ed.). **Policy change and learning: an Advocacy Coalition approach**. Boulder, CO: Westview Press, 1993. p. 13–39.

SABATIER, P. A. The advocacy coalition framework: revisions and relevance for Europe. **Journal of European Public Policy**, v. 5, n. 1, p. 98–130, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1080/13501768880000051>.

SABATIER, P. A.; BRASHER, A. M. From vague consensus to clearly differentiated coalitions: environmental policy at Lake Tahoe, 1964–1985. In: SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. C. (ed.). **Policy change and learning: an Advocacy Coalition approach**. Boulder, CO: Westview Press, 1993. p. 177–208.

SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. C. **Policy change and learning: an Advocacy Coalition approach**. Boulder, CO: Westview Press, 1993.

SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. C. The advocacy coalition framework: an assessment. In: **Theories of the policy process**. Boulder, CO: Westview Press, 1999. p. 117–166.

SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. C. The politics of offshore energy. In: **Policy change and learning: an Advocacy Coalition approach**. [S.l.: s.n.], 1993. p. 149–175. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Policy_Change_And_Learning.html?hl=pt-BR&id=f6WAAAAIAAJ. Acesso em: 7 jun. 2025.

SABATIER, P. A.; PELKEY, N. W. **Incorporating multiple actors and guidance instruments into models of regulatory policymaking: an Advocacy Coalition Framework**. *Administration & Society*, v. 19, n. 2, p. 236–263, 1987.

SABATIER, P. A.; WEIBLE, C. M. The Advocacy Coalition Framework: innovations and clarifications. In: SABATIER, P. A. (ed.). **Theories of the policy process**. 2. ed. Boulder, CO: Westview Press, 2007. p. 189–222.

- SABATIER, P. A.; WEIBLE, C. M. The advocacy coalition framework: innovations and clarifications. In: **Theories of the policy process**. 2. ed. [S.l.]: Routledge, 2019. p. 189–220.
- SALDAÑA, J. Coding techniques for quantitative and mixed data. In: **The Routledge reviewer's guide to mixed methods analysis**. [S.l.: s.n.], 2021. p. 151–160.
- SANDSTRÖM, A.; MORF, A.; FJELLBORG, D. Disputed policy change: the role of events, policy learning, and negotiated agreements. **Policy Studies Journal**, v. 49, n. 4, p. 1040–1064, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/psj.12411>.
- SANTOS, A. A. et al. Ameaças, fragilização e desmonte de políticas e instituições indigenistas, quilombolas e ambientais no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 669–698, 2021.
- SCHEEFFER, F. Ideologia e posicionamento estratégico: uma análise das votações nominais no governo Temer. **Revista Observatório**, v. 9, n. 9, p. 11204–11221, 2023.
- SCHLAGER, E. Policy making and collective action: defining coalitions within the Advocacy Coalition Framework. **Policy Sciences**, v. 28, p. 243–270, 1995.
- SCHMID, N.; SEWERIN, S.; SCHMIDT, T. S. Explaining advocacy coalition change with policy feedback. **Policy Studies Journal**, v. 48, n. 4, p. 1109–1134, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/psj.12365>.
- SCHMIDT, V. A. Discursive institutionalism: the explanatory power of ideas and discourse. **Annual Review of Political Science**, v. 11, p. 303–326, 2008.
- SEAWRIGHT, J. **Multi-method social science**: combining qualitative and quantitative tools. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- SENGCHALEUN, V. et al. Advocacy coalition by external actors and strategies used to influence the emergence of the National Nutrition Policy in Lao PDR. **Health**, v. 13, n. 8, p. 812–829, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4236/health.2021.138062>.
- SENGCHALEUN, V. et al. Analysis of the relevance of the Advocacy Coalition Framework to analyze public policies in non-pluralist countries. **Social Sciences**, v. 11, n. 12, p. 552, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/socsci11120552>.
- SILVA, A. C. M.; GUARALDO, R. B. Coalizões de defesa na política educacional: uma análise do Novo Ensino Médio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046205550>.
- SILVA, D. M. C. da; VINHA, V. G. da. **Desmonte ambiental no Brasil**: avanços e lacunas no conhecimento. [S.l.: s.n.], 2025.
- SINGER, A. A reativação da direita no Brasil. **Opinião Pública**, v. 27, n. 3, p. 705–729, 2021.

STRITCH, A. The Advocacy Coalition Framework and nascent subsystems: trade union disclosure policy in Canada. **Policy Studies Journal**, v. 43, n. 4, p. 437–455, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/psj.12112>.

SWARNAKAR, P.; SHUKLA, R.; BROADBENT, J. Beliefs and networks: mapping the Indian climate policy discourse. **Environmental Politics**, v. 31, n. 4, p. 638–660, 2022.

VIEIRA, D. M. The discourse and coordination among advocacy coalitions: the case of Belo Monte. **RAUSP Management Journal**, v. 55, n. 1, p. 86–99, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1108/RAUSP-10-2018-0096>.

VIEIRA, D. M.; GOMES, R. C. Mudança institucional gradual e transformativa: a influência de coalizões de advocacia e grupos de interesses em políticas públicas. **Organizações & Sociedade**, v. 21, p. 679–694, 2014.

WANG, Q. J. *et al.* The influence of political ideology on greenhouse gas emissions. **Global Environmental Change**, v. 74, 102496, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102496>.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis: methods and applications**. [S.l.: s.n.], 1994. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=CAm2DpIqRUIC&oi=fnd&pg=PR21&dq=Wasserman+%26+Faust,+1994&ots=HyHprhYCKa&sig=0NID-pxUcqN8jo2L2C4fkk-C0LU>. Acesso em: 29 maio 2025.

WEIBLE, C. M. An Advocacy Coalition Framework approach to stakeholder analysis: understanding the political context of California marine protected area policy. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 17, n. 1, p. 95–117, 2007.

WEIBLE, C. M. *et al.* Sharpening advocacy coalitions. **Policy Studies Journal**, v. 48, n. 4, p. 1054–1081, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/psj.12360>.

WEIBLE, C. M. *et al.* Themes and variations: taking stock of the Advocacy Coalition Framework. *Policy Studies Journal*, v. 37, n. 1, p. 121–140, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.2008.00299.x>.

WEIBLE, C. M.; INGOLD, K. Why advocacy coalitions matter and practical insights about them. **Policy & Politics**, v. 46, n. 2, p. 325–343, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1332/030557318X15230061739399>.

WEIBLE, C. M.; NOHRSTEDT, D. The Advocacy Coalition Framework: coalitions, learning and policy change. In: PETERS, B. G.; PIERRE, J. (org.). **Routledge handbook of public policy**. London: Routledge, 2012. p. 125–137.

WEIBLE, C. M.; OLOFSSON, K. L.; HEIKKILA, T. Advocacy coalitions, beliefs, and learning: an analysis of stability, change, and reinforcement. **Policy Studies Journal**, v. 51, n. 1, p. 209–229, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111/psj.12458>.

WEIBLE, C. M.; SABATIER, P. A. Coalitions, science, and belief change: comparing adversarial and collaborative policy subsystems. **Policy Studies Journal**, v. 37, n. 2, p. 195–212, 2009.

WEIBLE, C. M.; SABATIER, P. A. Comparing policy networks: marine protected areas in California. **Policy Studies Journal**, v. 33, n. 2, p. 181–204, 2005.

WESCHE, J. P. et al. Coalitions, coordination, and contestation: a systematic review of the Advocacy Coalition Framework and its implications for sustainability transitions research. **Frontiers in Political Science**, v. 6, 1497731, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpos.2024.1497731>.

WILKES-ALLEMANN, J.; TSCHANNEN, A.; LIEBERHERR, E. Policy change and National Forest Programs: a Swiss experience of coalitions, external and internal events. **Scandinavian Journal of Forest Research**, v. 35, n. 7, p. 417–431, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/02827581.2020.1817540>.

WITTEN, I. H.; FRANK, E.; HALL, M. A. Data mining: practical machine learning tools and techniques. 4. ed. Burlington: Morgan Kaufmann, 2016.

YUN, C. External shocks and policy change in different coalition opportunity structures. **International Review of Public Administration**, v. 24, n. 1, p. 17–35, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/12294659.2019.1577558>.

ZAFONTE, M.; SABATIER, P. A. Short-term versus long-term coalitions in the policy process: automotive pollution control, 1963–1989. **Policy Studies Journal**, v. 32, n. 1, p. 75–107, 2004.

ZHOU, X. et al. Farmland transitions in China: an advocacy coalition approach. **Land**, v. 10, n. 2, p. 1–20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/land10020122>.

ZUCCO, C.; POWER, T. J. The ideology of Brazilian parties and presidents: a research note on coalitional presidentialism under stress. **Latin American Politics and Society**, v. 66, n. 1, p. 177–188, 2024.

APÊNDICE A – FONTES DOS RECURSOS

CAMÂMARA

<https://imagem.camara.leg.br/Imagem/d/pdf/DCD29AGO2012.pdf>

<https://imagem.camara.leg.br/Imagem/d/pdf/dcd03mai2013.pdf>

<https://imagem.camara.leg.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150109000040000.PDF>

<https://www.youtube.com/watch?v=4yXJFPDnWsM>

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/presidencia>

SENADO

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/02/23/rodrigo-rollemborg-e-eleito-presidente-da-comissao-de-meio-ambiente>

https://www.senado.gov.br/relatorios_sgm/RelPresi/2014/RAP_2014.pdf

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/8197>

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/26/senado-escolhe-presidentes-de-comissoes-e-analisa-desafios-de-retomar-reunioes>

https://www.senado.gov.br/relatorios_sgm/RelPresi/2013/011_Parte%20I-H.6-CMA.pdf

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/adb9c882-b217-4f9f-9b08-d121a1192aec>

APÊNDICE B – DADOS DAS AUDIÊNCIAS DO CMADS

Comissão CMADS Câmara dos Deputados

Ordem	Data	Tema	Grupo temático
01	15/05/2012	Debate sobre a proteção das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e seus efeitos sobre a conservação dos remanescentes florestais e recursos hídricos da Mata Atlântica	Proteção do bioma Mata Atlântica
02	08/11/2012	Debate sobre a relação entre o uso de cultivos transgênicos e as estratégias de manejo sustentável em florestas públicas, considerando seus impactos sobre a conservação, a produção e a gestão integrada dos recursos florestais.	Gestão das florestas públicas para a produção sustentável
03	13/09/2016	Discussão sobre como o processo de licenciamento ambiental e os estudos de impacto podem influenciar a gestão das florestas públicas e a adoção de modelos de produção sustentável, articulando proteção ambiental e viabilidade de empreendimentos.	Gestão das florestas públicas para a produção sustentável
04	04/10/2016	Debate sobre a conservação e o uso sustentável da vegetação nativa no Cerrado, com ênfase na articulação entre políticas de manejo florestal, fomento à produção sustentável e a gestão das florestas públicas no bioma.	Gestão das florestas públicas para a produção sustentável
05	13/09/2016	Discussão sobre como o aprimoramento do licenciamento ambiental e dos estudos de impacto pode fortalecer a gestão das florestas públicas, garantindo o manejo sustentável e a compatibilização entre conservação e atividades produtivas.	Gestão das florestas públicas para a produção sustentável
06	11/04/2019	Debate sobre como o planejamento territorial e o ordenamento sustentável dos recursos naturais — incluindo os ecossistemas florestais públicos — podem integrar-se às metas de desenvolvimento sustentável, promovendo modelos de gestão florestal que conciliem conservação e uso produtivo.	Gestão das florestas públicas para a produção sustentável
07	30/10/2019	Debate sobre os impactos ambientais do vazamento de petróleo no litoral do Nordeste, com ênfase na proteção dos ecossistemas costeiros e marinho-costeiros associados ao bioma Mata Atlântica e na necessidade de ações integradas para a preservação de sua biodiversidade.	Proteção do bioma Mata Atlântica

Fonte: elaborado pelo autor.

APÊNDICE C – CLASSIFICAÇÃO COMPLEMENTAR ATORES COLETIVOS

Resultado	Fase	Nota-Audiência	Ator	Código	Trecho
Tecnocrata Esclarecido	Fase 1	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/28925	EMBRAPA - GUSTAVO CURSIO, Pesquisador da Embrapa Florestas (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)	DC4.4. Foco exclusivo ou priorização do conhecimento técnico-científico	"...o nosso grupo pretende discutir como fazer a elaboração de normas que precedam a... o estabelecimento de apps." "Nós queremos falar de como se fazem a normatização técnica precedente às decorrências políticas diplomáticas de acordos internacionais." "...que se estabeleça eh uma fundamentação técnica para se partir para uma discussão eh sobre apps mesmo internacionais, globais..."
Tecnocrata Esclarecido	Fase 1	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/28925	EMBRAPA - GUSTAVO CURSIO, Pesquisador da Embrapa Florestas (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)	CII.5 Visão integradora	"Nós temos que transcender os limites que nós muitas vezes estamos acostumados a nos impor. A água não tem limite, não tem fronteira." "Quer dizer, nós estamos parciaisando uma ação de recuperação das funcionalidades ecológicas. Elas são parciais."
Tecnocrata Esclarecido	Fase 1	https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=42662	EMBRAPA - ELIBIO LEOPOLDO RECH FILHO	DC3.2. Foco exclusivo ou priorização do uso sustentável	Nós temos que intensificar a produção... mas de uma forma sustentável." / "Nós temos ciência de termos domínio tecnológico... que podem minimizar e muitos deles mitigar esses efeitos..." / "Nós temos que aproveitar a oportunidade e mostrar ao mundo a possibilidade que o Brasil tem de duplicar a produção de alimentos... de uma forma sustentável."
Tecnocrata Esclarecido	Fase 1	https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=42662	EMBRAPA - ELIBIO LEOPOLDO RECH FILHO	DC4.4. Foco exclusivo ou priorização do conhecimento técnico-científico	"O que significa isso? Significa o domínio de tecnologias que possam intensificar a produtividade..." / "manipulando a rota metabólica, utilizando biologia sintética... nós conseguimos fazer a mímica do que nós fazemos com a biodiversidade." / "nós deveremos, sim, intensificar e pedir ao governo mais recursos para a pesquisa no segmento da produção agrícola..."
Tecnocrata Esclarecido	Fase 1	https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=42662	EMBRAPA - ELIBIO LEOPOLDO RECH FILHO	DC3.3 — Conciliação entre uso sustentável e preservação	"sabemos que os sistemas de produção causam impacto ao meio ambiente, mas nós temos domínio tecnológico... para mitigar esses efeitos" "o que sustenta a agropecuária nacional é a biodiversidade" "nada mais intrinsecamente harmônico do que a relação biodiversidade e agricultura" "duplicar a produção de alimentos até 2050, mas de forma sustentável"
Tecnocrata Esclarecido	Fase 2	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/44856?a=57790	EMBRAPA - JOSÉ FELIPE RIBEIRO	DC4.4. Foco exclusivo ou priorização do conhecimento técnico-científico	"Que que oferta de técnicas, de estratégias de recuperação que a gente que tem e quais são as espécies. Isso a gente tem pronto para o cerrado." / "...o que a pesquisa já gerou de informação em termos de eh como é que eu produzo mudas. Nós temos publicações..." / "o que que a ciência tem para trazer para vocês..."

(Continua)

(Continuação)

Resultado	Fase	Nota-Audiência	Ator	Código	Trecho
Tecnocrata Esclarecido	Fase 2	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/44856?a=57791	EMBRAPA - JOSÉ FELIPE RIBEIRO	CI1.5 Visão integradora	"qualquer mau maneira que a gente faça no ambiente cerrado, ele vai refletir no restante do país..." / "Nós estamos dentro do mesmo barco. Se a gente não remar junto, não vai dar certo..."
Tecnocrata Esclarecido	Fase 2	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/44856?a=57792	EMBRAPA - JOSÉ FELIPE RIBEIRO	DC3.3 — Conciliação entre uso sustentável e preservação	"visão conservacionista, onde é muito importante permitir o uso sustentável (...)" "como é que a gente toma a melhor decisão a respeito de onde vamos fazer agricultura e onde vamos preservar." "colocar a natureza dentro do sistema agrícola... boas práticas agrícolas... restauração (APP, reserva legal, nucleação, regeneração natural)."
Desenvolvidistas modernos	Fase 2	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/44856?a=57790	CNA - RODRIGO JUSTUS DE BRITO, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da CNA	PC2.4 Foco exclusivo ou priorização dos instrumentos regulatórios	"Então, para nós, a importância do equilíbrio ambiental, ela é essencial para a manutenção das nossas atividades. E a discussão do licenciamento ambiental propriamente dito..." / "Nós não temos até hoje uma lei geral de licenciamento..." / "mantermos na mão dos órgãos ambientais e não do judiciário a definição se o empreendimento vai poder prosseguir ou não."
Desenvolvidistas modernos	Fase 2	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/44856?a=57790	CNA - RODRIGO JUSTUS DE BRITO, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da CNA	CI1.5 Visão integradora	"e não foi baixada a Lei Geral de Licenciamento, normatizando essa questão de como resolver essa divisão de competências da União e dos Estados e agora dos municípios..." / "achamos que devemos sim convergir..."
Desenvolvidistas modernos	Fase 2	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/44856?a=57790	CNA - RODRIGO JUSTUS DE BRITO, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da CNA	PC4.1 Não deve inviabilizar as atividades econômicas, mesmo que isso implique efeitos ambientais negativos	"sem a segurança jurídica nós não vamos chegar ao desenvolvimento" "hoje nós vivemos uma confusão (...) falta de atualizações, resoluções esparsas, judicialização" "nenhum país do mundo licencia produção de comida" "é melhor capacitar o produtor [...] do que manter a velha política de autos de infração" "precisamos de uma legislação clara, eficiente, que não seja pesada e que não afugente investimentos"
Desenvolvidistas modernos	Fase 2	https://imagem.camara.gov.br/inter.net/audio/Resultado.asp?txtCodigo=57910	CNA - NELSON ANANIAS FILHO	PC4.1 — Não deve inviabilizar as atividades econômicas	"comando controle já passou... sem parceria não chegaremos a lugar nenhum"; "não adianta... legislações restritivas em 100%"; "o PL... precisa ser adequado ao Código Florestal"; "não ao desmatamento zero".

(Continua)

(Continuação)

Resultado	Fase	Nota-Audiência	Ator	Código	Trecho
Desenvolvidistas modernos	Fase 2	https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=57910	CNA - NELSON ANANIAS FILHO	PC2.3 — Foco em instrumentos econômicos	“cadê o programa de serviço ambiental... é melhor capacitar...”
Tecnocrata Esclarecido	Fase 2	https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=57790	OAB - Marina Motta Benevides Gadelha	PC2.4 Foco exclusivo ou priorização dos instrumentos regulatórios	"O Congresso estava devendo ao direito ambiental a regulamentação constitucional do licenciamento e de competências..." / "Reduzir a discricionariedade é extremamente necessário..." / "A ausência de clareza na definição de competências..." / "eu entendo que da forma como está redigida [PEC 65], ela acaba com licenciamento."
Tecnocrata Esclarecido	Fase 2	https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=57791	OAB - Marina Motta Benevides Gadelha	PC1.4 Descentralização ponderada	"o grosso das atividades são de impacto restrito ao município... é dever e não faculdade do município licenciar..." / "O estado... tem que ir expressamente a autorizar o município a licenciar..." / "O o dever e a necessidade de se chamar o município... é preciso preparar os municípios, é preciso qualificar o pessoal."
Socioambientalista	Fase 2	https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=57910	Outro - Pedro Ivo	DC1.3. Ecocentrismo	"Nós precisamos de uma lei para proteger o cerrado." / Trechos Chave (Rafael): "se a Amazônia é considerada o nosso pulmão, o cerrado é o nosso coração, né, de onde vem nossas águas." / Trechos Chave (Raul): "O Código Florestal é que devia se adequar a uma lei do cerrado... é absolutamente insuficiente para proteger o cerrado."
Socioambientalista	Fase 2	https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=57910	Outro - Pedro Ivo	DC3.3. Conciliação entre uso sustentável e preservação	É possível fazer isso [proteger o Cerrado] mantendo... um bioma com produção de agricultura familiar, de agroecologia." / Trechos Chave (Couber): "...ao fortalecer os extrativismos porque é uma estratégia importante de manter o cerrado em pé." / Trechos Chave (Raul): "Qual que é a nossa meta de conservação do cerrado daqui pra eternidade, né?"
Socioambientalista	FASE 3	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/54821	USP - Alexander Turra	DC4.4. Foco exclusivo ou priorização do conhecimento técnico-científico	"Para isso, precisamos da ciência, que é algo muito fundamental." / "A ciência dá materialidade para as discussões..." / "Nesse sentido, precisamos fortalecer a relação da ciência com a tomada de decisão..."
Socioambientalista	FASE 3	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/54821	USP - Alexander Turra	CII.5 Visão integradora	"O PEM tem que se valer dessa articulação da CIRM..." / "O mais interessante é que se a pessoa observar sem muito esforço verá o mar em todas as outras cores [ODS]..." / "fortalecimento da participação crítica e proativa da sociedade civil."

(Continua)

(Continuação)

Resultado	Fase	Nota-Audiência	Ator	Código	Trecho
Socioambientalista	FASE 3	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/54821	USP - Alexander Turra	PC2.4 Foco exclusivo ou priorização dos instrumentos regulatórios	"Trata-se de uma questão muito prática... que é a segurança jurídica para quem quer investir no País." / "O ODS 14 pressupõe um ordenamento do espaço marinho..."
Socioambientalista	Fase 3	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/58303	Outros - Carlos Alberto Pinto dos Santos	P.8.2 Foco exclusivo ou priorização da pobreza e abandono das populações tradicionais e comunidades locais	"Lamentavelmente, neste momento, constatamos um racismo ambiental absoluto. As comunidades tradicionais pesqueiras é que estão sofrendo massivamente." / "Não adianta o Governo dizer que vai antecipar só o seguro-defeso, se os pescadores, desde 2014, não têm carteira de pescador." / "o despreparo dos Municípios, o despreparo dos Estados para lidar com situação como essa, e o Governo Federal está ausente."
Socioambientalista	Fase 3	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/58303	Outros - Carlos Alberto Pinto dos Santos	DC4.2. Foco exclusivo ou priorização do saber tradicional e dos aspectos culturais	"Nós somos parte da natureza. Sem ela, não temos como existir. Não existe pescador sem peixe... Nós defendemos isso como defendemos as nossas vidas." / "Nós das reservas extrativistas costeiras e marinhas sempre tivemos um papel muito atuante na defesa do direito das comunidades tradicionais."

APÊNDICE D – MAPEAMENTO DO MOVIMENTO DE ATORES COLETIVOS

Fase	Ator_Coletivo	Coalizao_F1	Coalizao_F2	Coalizao_F3	Movimento_F1_F2	Movimento_F1_F3	Movimento_F2_F3
Fase_1	Acadêmicos e organizações de pesquisa	Tecnocrata esclarecido		Desenvolvimentista Moderno	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_1	APIB	Socioambientalista			Desaparecimento	Desaparecimento	Sem categorização na Fase 2
Fase_1	CNA	Desenvolvimentista Tradicional	Desenvolvimentista Moderno	Desenvolvimentista Moderno	Associação	Associação	Estabilidade
Fase_1	Embrapa	Tecnocrata esclarecido	Tecnocrata esclarecido	Desenvolvimentistas modernos	Estabilidade	Associação	Associação
Fase_1	Empresas privadas	Desenvolvimentista Tradicional		Socioambientalista	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_1	Entes públicos federais (outros)	Socioambientalista		Desenvolvimentista Moderno	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_1	Governo de Mato Grosso	Socioambientalista			Desaparecimento	Desaparecimento	Sem categorização na Fase 2
Fase_1	Governos estaduais	Socioambientalista		Tecnocrata esclarecido	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_1	Governos municipais	Socioambientalista	Desenvolvimentista Tradicional	Tecnocrata esclarecido	Associação	Associação	Associação
Fase_1	IBAMA	Tecnocrata esclarecido			Desaparecimento	Desaparecimento	Sem categorização na Fase 2
Fase_1	ICMBio	Socioambientalista		Desenvolvimentista Moderno	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_1	IMAZON	Tecnocrata esclarecido			Desaparecimento	Desaparecimento	Sem categorização na Fase 2
Fase_1	IPAM	Desenvolvimentista Moderno		Tecnocrata esclarecido	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_1	ISA	Socioambientalista			Desaparecimento	Desaparecimento	Sem categorização na Fase 2
Fase_1	MAPA	Tecnocrata esclarecido	Desenvolvimentista Moderno	Desenvolvimentista Moderno	Associação	Associação	Estabilidade

(Continua)

(Continuação)

Fase	Ator_Coletivo	Coalizao_F1	Coalizao_F2	Coalizao_F3	Movimento_F1_F2	Movimento_F1_F3	Movimento_F2_F3
Fase_1	MCTI	Desenvolvimentista Moderno	Tecnocrata esclarecido	Tecnocrata esclarecido	Associação	Associação	Estabilidade
Fase_1	MDIC	Tecnocrata esclarecido			Desaparecimento	Desaparecimento	Sem categorização na Fase 2
Fase_1	Ministério Público e juristas	Tecnocrata esclarecido		Socioambientalista	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_1	MMA	Socioambientalista		Desenvolvimentista Moderno	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_1	OAB	Socioambientalista	Tecnocrata esclarecido	Tecnocrata esclarecido	Associação	Associação	Associação
Fase_1	ONGs (exceto ambientalistas)	Socioambientalista			Desaparecimento	Desaparecimento	Sem categorização na Fase 2
Fase_1	ONGs ambientalistas	Socioambientalista		Tecnocrata esclarecido	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_1	Outros casos	Desenvolvimentista Moderno	Socioambientalista	Socioambientalista	Associação	Associação	Estabilidade
Fase_1	Parlamentares (outros)	Socioambientalista		Socioambientalista	Desaparecimento	Estabilidade	Aparecimento
Fase_1	Parlamentares ambientalistas	Socioambientalista		Socioambientalista	Desaparecimento	Estabilidade	Aparecimento
Fase_1	Parlamentares do setor agropecuário	Desenvolvimentista Moderno		Desenvolvimentista Moderno	Desaparecimento	Estabilidade	Aparecimento
Fase_1	Setor agropecuário	Desenvolvimentista Moderno	Desenvolvimentista Moderno	Desenvolvimentista Moderno	Estabilidade	Estabilidade	Estabilidade
Fase_1	SFB	Socioambientalista	Desenvolvimentista Moderno		Associação	Desaparecimento	Desaparecimento
Fase_1	SOS Mata Atlântica	Socioambientalista		Socioambientalista	Desaparecimento	Estabilidade	Aparecimento
Fase_1	Técnicos e especialistas	Desenvolvimentista Moderno			Desaparecimento	Desaparecimento	Sem categorização na Fase 2
Fase_1	TNC	Desenvolvimentista Moderno			Desaparecimento	Desaparecimento	Sem categorização na Fase 2
Fase_1	UNB	Socioambientalista	Desenvolvimentista Moderno	Desenvolvimentista Moderno	Associação	Associação	Estabilidade

(Continua)

(Continuação)

Fase	Ator_Coletivo	Coalizao_F1	Coalizao_F2	Coalizao_F3	Movimento_F1_F2	Movimento_F1_F3	Movimento_F2_F3
Fase_2	CNA	Desenvolvimentista Tradicional	Desenvolvimentista Moderno	Desenvolvimentista Moderno	Associação	Associação	Estabilidade
Fase_2	Embrapa	Tecnocrata esclarecido	Tecnocrata esclarecido	Desenvolvimentistas modernos	Estabilidade	Associação	Associação
Fase_2	Governos municipais	Socioambientalista	Desenvolvimentista Tradicional	Tecnocrata esclarecido	Associação	Associação	Associação
Fase_2	MAPA	Tecnocrata esclarecido	Desenvolvimentista Moderno	Desenvolvimentista Moderno	Associação	Associação	Estabilidade
Fase_2	MCTI	Desenvolvimentista Moderno	Tecnocrata esclarecido	Tecnocrata esclarecido	Associação	Associação	Estabilidade
Fase_2	OAB	Socioambientalista	Tecnocrata esclarecido	Tecnocrata esclarecido	Associação	Associação	Associação
Fase_2	Outros casos	Desenvolvimentista Moderno	Socioambientalista	Socioambientalista	Associação	Associação	Estabilidade
Fase_2	Setor agropecuário	Desenvolvimentista Moderno	Desenvolvimentista Moderno	Desenvolvimentista Moderno	Estabilidade	Estabilidade	Estabilidade
Fase_2	SFB	Socioambientalista	Desenvolvimentista Moderno		Associação	Desaparecimento	Desaparecimento
Fase_2	UFMG		Desenvolvimentista Moderno	Tecnocrata esclarecido	Aparecimento	Aparecimento	Associação
Fase_2	UNB	Socioambientalista	Desenvolvimentista Moderno	Desenvolvimentista Moderno	Associação	Associação	Estabilidade
Fase_3	Acadêmicos e organizações de pesquisa	Tecnocrata esclarecido		Desenvolvimentista Moderno	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_3	CNA	Desenvolvimentista Tradicional	Desenvolvimentista Moderno	Desenvolvimentista Moderno	Associação	Associação	Estabilidade
Fase_3	Embrapa	Tecnocrata esclarecido	Tecnocrata esclarecido	Desenvolvimentistas modernos	Estabilidade	Associação	Associação
Fase_3	Empresas privadas	Desenvolvimentista Tradicional		Socioambientalista	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_3	Entes públicos federais (outros)	Socioambientalista		Desenvolvimentista Moderno	Desaparecimento	Associação	Aparecimento

(Continua)

(Continuação)

Fase	Ator_Coletivo	Coalizao_F1	Coalizao_F2	Coalizao_F3	Movimento_F1_F2	Movimento_F1_F3	Movimento_F2_F3
Fase_3	Governos estaduais	Socioambientalista		Tecnocrata esclarecido	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_3	Governos municipais	Socioambientalista	Desenvolvimentista Tradicional	Tecnocrata esclarecido	Associação	Associação	Associação
Fase_3	ICMBio	Socioambientalista		Desenvolvimentista Moderno	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_3	IPAM	Desenvolvimentista Moderno		Tecnocrata esclarecido	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_3	MAPA	Tecnocrata esclarecido	Desenvolvimentista Moderno	Desenvolvimentista Moderno	Associação	Associação	Estabilidade
Fase_3	MCTI	Desenvolvimentista Moderno	Tecnocrata esclarecido	Tecnocrata esclarecido	Associação	Associação	Estabilidade
Fase_3	Ministério Público e juristas	Tecnocrata esclarecido		Socioambientalista	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_3	MMA	Socioambientalista		Desenvolvimentista Moderno	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_3	OAB	Socioambientalista	Desenvolvimentista Moderno e Tradicional	Tecnocrata esclarecido	Associação	Associação	Associação
Fase_3	ONGs ambientalistas	Socioambientalista		Tecnocrata esclarecido	Desaparecimento	Associação	Aparecimento
Fase_3	Outros casos	Desenvolvimentista Moderno	Socioambientalista	Socioambientalista	Associação	Associação	Estabilidade
Fase_3	Parlamentares (outros)	Socioambientalista		Socioambientalista	Desaparecimento	Estabilidade	Aparecimento
Fase_3	Parlamentares ambientalistas	Socioambientalista		Socioambientalista	Desaparecimento	Estabilidade	Aparecimento
Fase_3	Parlamentares do setor agropecuário	Desenvolvimentista Moderno		Desenvolvimentista Moderno	Desaparecimento	Estabilidade	Aparecimento
Fase_3	Setor agropecuário	Desenvolvimentista Moderno	Desenvolvimentista Moderno	Desenvolvimentista Moderno	Estabilidade	Estabilidade	Estabilidade
Fase_3	SOS Mata Atlântica	Socioambientalista		Socioambientalista	Desaparecimento	Estabilidade	Aparecimento
Fase_3	UFMG		Desenvolvimentista Moderno	Tecnocrata esclarecido	Aparecimento	Aparecimento	Associação
Fase_3	UNB	Socioambientalista	Desenvolvimentista Moderno	Desenvolvimentista Moderno	Associação	Associação	Estabilidade
ase_3	USP			Socioambientalista	Sem categorização	Aparecimento	Aparecimento

APÊNDICE E – RECURSOS MESA DIRETORA

Ano	Nome	Cargo	Partido	UF	CMADS	Ator_Coletivo	Coalizão
2012	Sarney Filho	Presidente	PV	MA	CMADS	Parlamentares ambientalistas	Socioambientalista
2012	Arnaldo Jordy	1º Vice-presidente	PPS	PA	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2012	Penna	2º Vice-presidente	PV	SP	CMADS	Parlamentares ambientalistas	Socioambientalista
2012	Rebecca Garcia	3º Vice-presidente	PP	AM	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2013	Penna	Presidente	PV	SP	CMADS	Parlamentares ambientalistas	Socioambientalista
2013	Sarney Filho	1º Vice-presidente	PV	MA	CMADS	Parlamentares ambientalistas	Socioambientalista
2013	Arnaldo Jordy	2º Vice-presidente	PPS	PA	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2013	Antonio Roberto	3º Vice-presidente	PV	MG	CMADS	Parlamentares ambientalistas	Socioambientalista
2014	Arnaldo Jordy	Presidente	PPS	PA	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2014	Penna	1º Vice-presidente	PV	SP	CMADS	Parlamentares ambientalistas	Socioambientalista
2014	Antonio Roberto	2º Vice-presidente	PV	MG	CMADS	Parlamentares ambientalistas	Socioambientalista
2014	Márcio Macedo	3º Vice-presidente	PT	SE	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2015	Atila Lira	Presidente	PSB	PI	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2015	Rodrigo Martins	1º Vice-presidente	PSB	PI	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2015	Ricardo Izar	2º Vice-presidente	PP	SP	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2015	Stefano Aguiar	3º Vice-presidente	PSD	MG	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2017	Nilto Tatto	Presidente	PT	SP	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2017	Leonardo Monteiro	1º Vice-presidente	PT	MG	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2017	Carlos Gomes	2º Vice-presidente	PRB	RS	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2017	Daniel Coelho	3º Vice-presidente	PSDB	PE	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2019	Rodrigo Agostinho	Presidente	PSB	SP	CMADS	Parlamentares ambientalistas	Socioambientalista
2019	Camilo Capiberibe	1º Vice-presidente	PSB	AP	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2019	Carlos Gomes	2º Vice-presidente	REPUBLICANOS	RS	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2021	Carla Zambeli	Presidente	PL	SP	CMADS	Parlamentares do setor agropecuário	Desenvolvimentista Moderno
2021	Coronel Chrisostomo	1º Vice-presidente	PL	RO	CMADS	Parlamentares do setor agropecuário	Desenvolvimentista Moderno
2021	Carlos Gomes	2º Vice-presidente	REPUBLICANOS	RS	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2021	Carlos Henrique Gaguim	3º Vice-presidente	UNIAO	TO	CMADS	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2012	Rodrigo Rollenberg	Presidente	PSB	DF	CMA	Parlamentares ambientalistas	Socioambientalista
2012	Katia Abreu	Vice-Presidente	DEM	TO	CMA	Parlamentares do setor agropecuário	Desenvolvimentista Moderno
2013	Blairo Maggi	Presidente	PR	MT	CMA	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2013	Eduardo Amorim	Vice-Presidente	PSC	SE	CMA	Parlamentares (outros)	Socioambientalista

(Continua)

(Continuação)

Ano	Nome	Cargo	Partido	UF	CMADS	Ator_Coletivo	Coalizão
2014	Blairo Maggi	Presidente	PR	MT	CMA	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2014	Eduardo Amorim	Vice-Presidente	PSC	SE	CMA	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2015	Otto Alencar	Presidente	PSD	BA	CMA	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2015	Ataides Oliveira	Vice-Presidente	PSDB	TO	CMA	Parlamentares do setor agropecuário	Desenvolvimentista Moderno
2017	David Alcolumbre	Presidente	DEM	AP	CMA	Parlamentares do setor agropecuário	Desenvolvimentista Moderno
2017	Wellington Fagundes	Vice-Presidente	PR	MT	CMA	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2019	Fabiano Contarato	Presidente	REDE	ES	CMA	Parlamentares (outros)	Socioambientalista
2019	Jaques Wagner	Vice-Presidente	PT	BA	CMA	Parlamentares ambientalistas	Socioambientalista
2021	Jaques Wagner	Presidente	PT	BA	CMA	Parlamentares ambientalistas	Socioambientalista
2021	Confucio Moura	Vice-Presidente	MDB	RO	CMA	Parlamentares (outros)	Socioambientalista

APÊNDICE F – DETALHAMENTO DE RECURSOS

Audiência	Data	Comissão	Grupo temático	Requerente da Audiência	Ator Coletivo	Partido	UF	Casa	Coalizão
17	2015	CMA	Recursos genéticos	Acir Gurgacz	Parlamentares do setor agropecuário	PDT	RO	Senado Federal	Desenvolvimentista Moderno
36	2019	CMA	Código Florestal	Alessandro Vieira	Parlamentares ambientalistas	Cidadania	RS	Senado Federal	Socioambientalista
17	2015	CMA	Recursos genéticos	Ana Amélia	Parlamentares (outros)	PP	MS	Senado Federal	Socioambientalista
36	2019	CMA	Código Florestal	Antonio Anastasia	Parlamentares (outros)	PSDB	MG	Senado Federal	Socioambientalista
15	2014	CMADS	UCs	Arnaldo Jordy	Parlamentares (outros)	CIDADANIA	PA	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
19	2015	CMADS	Desmatamento	Arnaldo Jordy	Parlamentares (outros)	CIDADANIA	PA	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
24	2015	CMADS	UCs	Atila Lira	Parlamentares (outros)	PSB	PI	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
25	2015	CMADS	UCs	Atila Lira	Parlamentares (outros)	PSB	PI	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
23	2015	CMADS	UCs	Atila Lira	Parlamentares (outros)	PSB	PI	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
21	2015	CMADS	UCs	Augusto Carvalho	Parlamentares (outros)	CIDADANIA	DF	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
39	2019	CMADS	UCs	Bira do Pindare	Parlamentares (outros)	PSB	MA	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
6	2013	CMA	Código Florestal	Blairo Maggi	Parlamentares (outros)	PL	MT	Senado Federal	Socioambientalista
39	2019	CMADS	UCs	Camilo Capiberibe	Parlamentares (outros)	PSB	AP	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
38	2019	CMADS	Desmatamento	Chico d'Angelo	Parlamentares ambientalistas	PDT	RJ	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
27	2017	CMA	Código Florestal	Davi Alcolumbre	Parlamentares do setor agropecuário	DEM	AP	Senado Federal	Socioambientalista

(Continua)

Continuação0

Audiência	Data	Comissão	Grupo temático	Requerente da Audiência	Ator Coletivo	Partido	UF	Casa	Coalizão
28	2017	CMA	Código Florestal	Davi Alcolumbre	Parlamentares do setor agropecuário	DEM	AP	Senado Federal	Desenvolvimentista Moderno
29	2017	CMA	Código Florestal	Davi Alcolumbre	Parlamentares do setor agropecuário	DEM	AP	Senado Federal	Desenvolvimentista Moderno
20	2015	CMADS	UCs	Edmilson Rodrigues	Parlamentares (outros)	PSOL	PA	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
36	2019	CMA	Código Florestal	Eduardo Girao	Parlamentares (outros)	Podemos	CE	Senado Federal	Socioambientalista
41	2021	CMA	Desmatamento	Eliziane Gama	Parlamentares ambientalistas	PSD	MA	Senado Federal	Socioambientalista
30	2019	CMA	Código Florestal	Fabiano Contarato	Parlamentares (outros)	REDE	ES	Senado Federal	Socioambientalista
36	2019	CMA	Código Florestal	Fabiano Contarato	Parlamentares (outros)	REDE	ES	Senado Federal	Socioambientalista
41	2021	CMA	Desmatamento	Fabiano Contarato	Parlamentares (outros)	REDE	ES	Senado Federal	Socioambientalista
38	2019	CMADS	Desmatamento	Fernanda Melchionna	Parlamentares (outros)	PSOL	RS	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
12	2014	CMA	UCs	Flexa Ribeiro	Parlamentares do setor agropecuário	PSDB	PA	Senado Federal	Desenvolvimentista Moderno
13	2014	CMADS	UCs	Gomes de Matos	Parlamentares do setor agropecuário	PSDB	CE	Câmara dos Deputados	Desenvolvimentista Moderno
22	2015	CMADS	Código Florestal	Heitor Schuch	Parlamentares do setor agropecuário	PSB	RS	Câmara dos Deputados	Desenvolvimentista Moderno
9	2013	CMADS	UCs	Henrique Afonso	Parlamentares (outros)	PV	AC	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
36	2019	CMA	Código Florestal	Jaques Wagner	Parlamentares ambientalistas	PT	BA	Senado Federal	Socioambientalista
41	2021	CMA	Desmatamento	Jaques Wagner	Parlamentares ambientalistas	PT	BA	Senado Federal	Socioambientalista
41	2021	CMA	Desmatamento	Jayme Campos	Parlamentares (outros)	DEM	MT	Senado Federal	Socioambientalista
36	2019	CMA	Código Florestal	Jean Paul Prates	Parlamentares (outros)	PT	RN	Senado Federal	Socioambientalista

(Continua)

Continuação0

Audiência	Data	Comissão	Grupo temático	Requerente da Audiência	Ator Coletivo	Partido	UF	Casa	Coalizão
12	2014	CMA	UCs	Jorge Viana	Parlamentares ambientalistas	PT	AC	Senado Federal	Socioambientalista
31	2019	CMA	UCs	Lucas Barreto	Parlamentares do setor agropecuário	PSDB	AP	Senado Federal	Desenvolvimentista Moderno
17	2015	CMA	Recursos genéticos	Luiz Henrique	Parlamentares (outros)	MDB	SC	Senado Federal	Socioambientalista
17	2015	CMA	Recursos genéticos	Luiz Henrique	Parlamentares (outros)	MDB	SC	Senado Federal	Socioambientalista
18	2015	CMA	Recursos genéticos	Luiz Henrique	Parlamentares (outros)	MDB	SC	Senado Federal	Socioambientalista
30	2019	CMA	Código Florestal	Marcio Bittar	Parlamentares do setor agropecuário	MDB	SP	Senado Federal	Desenvolvimentista Moderno
1	2012	CMADS-CMA	Código Florestal	Marcio Macedo	Parlamentares (outros)	PT	SE	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
16	2014	CMADS	UCs	Maria Lucia Prandi	Parlamentares (outros)	PT	SP	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
31	2019	CMA	UCs	Nelsinho Trad	Parlamentares do setor agropecuário	PSD	MS	Senado Federal	Desenvolvimentista Moderno
31	2019	CMA	UCs	Otto Alencar	Parlamentares (outros)	PSD	BA	Senado Federal	Socioambientalista
12	2014	CMA	UCs	Pedro Taques	Parlamentares (outros)	PP	MT	Senado Federal	Socioambientalista
1	2012	CMADS-CMA	Código Florestal	Pedro Uczai	Parlamentares (outros)	PT	SC	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
4	2012	CMADS	UCs	Penna	Parlamentares ambientalistas	PV	SP	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
9	2013	CMADS	UCs	Penna	Parlamentares ambientalistas	PV	SP	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
36	2019	CMA	Código Florestal	Randolfe Rodrigue	Parlamentares ambientalistas	PT	AP	Senado Federal	Socioambientalista
17	2015	CMA	Recursos genéticos	Randolfe Rodrigues	Parlamentares ambientalistas	PT	AP	Senado Federal	Socioambientalista
27	2017	CMA	Código Florestal	Regina Sousa	Parlamentares ambientalistas	PT	PI	Senado Federal	Socioambientalista

(Continua)

Continuação0

Audiência	Data	Comissão	Grupo temático	Requerente da Audiência	Ator Coletivo	Partido	UF	Casa	Coalizão
13	2014	CMADS	UCs	Reinaldo Azambuja	Parlamentares (outros)	PSDB	MS	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
16	2014	CMADS	UCs	Renato Simoes	Parlamentares (outros)	PT	SP	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
10	2013	CMADS	Código Florestal	Ricardo Tripoli	Parlamentares (outros)	PSDB	SP	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
37	2019	CMADS	UCs	Rodrigo Agostinho	Parlamentares ambientalistas	PSB	SP	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
32	2019	CMADS	Código Florestal	Rodrigo Agostinho	Parlamentares ambientalistas	PSB	SP	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
33	2019	CMADS	Código Florestal	Rodrigo Agostinho	Parlamentares ambientalistas	PSB	SP	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
34	2019	CMADS	Desmatamento	Rodrigo Agostinho	Parlamentares ambientalistas	PSB	SP	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
35	2019	CMADS	Código Florestal	Rodrigo Agostinho	Parlamentares ambientalistas	PSB	SP	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
22	2015	CMADS	Código Florestal	Rodrigo Martins	Parlamentares (outros)	PSB	PI	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
23	2015	CMADS	UCs	Rodrigo Martins	Parlamentares (outros)	PSB	PI	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
24	2015	CMADS	UCs	Rodrigo Martins	Parlamentares (outros)	PSB	PI	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
11	2014	CMA	UCs	Rodrigo Rollemberg	Parlamentares ambientalistas	PSB	DF	Senado Federal	Socioambientalista
2	2012	CMADS	UCs	Sarney Filho	Parlamentares ambientalistas	PV	MA	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
3	2012	CMADS	UCs	Sarney Filho	Parlamentares ambientalistas	PV	MA	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
5	2013	CMADS	Desmatamento	Sarney Filho	Parlamentares ambientalistas	PV	MA	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
7	2013	CMADS	UCs	Sarney Filho	Parlamentares ambientalistas	PV	MA	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
8	2013	CMADS	Recursos genéticos	Sarney Filho	Parlamentares ambientalistas	PV	MA	Câmara dos Deputados	Socioambientalista

(Continua)

Continuação0

Audiência	Data	Comissão	Grupo temático	Requerente da Audiência	Ator Coletivo	PARTIDO	UF	Casa	Coalizão
14	2014	CMADS	Código Florestal	Sarney Filho	Parlamentares ambientalistas	PV	MA	Câmara dos Deputados	Socioambientalista
31	2019	CMA	UCs	Soraya Thronicke	Parlamentares do setor agropecuário	PSL	MS	Senado Federal	Desenvolvimentista Moderno
31	2019	CMA	UCs	Styvenson Valentim	Parlamentares (outros)	Podemos	RN	Senado Federal	Socioambientalista
36	2019	CMA	Código Florestal	Styvenson Valentim	Parlamentares (outros)	Podemos	RN	Senado Federal	Socioambientalista
17	2015	CMA	Recursos genéticos	Telmário Mota	Parlamentares (outros)	PDT	RR	Senado Federal	Socioambientalista
17	2015	CMA	Recursos genéticos	Waldemir Moka	Parlamentares (outros)	MDB	MS	Senado Federal	Socioambientalista
26	2015	CMA	Código Florestal	Wellington Fagundes	Parlamentares (outros)	PL	MT	Senado Federal	Socioambientalista
27	2017	CMA	Código Florestal	Wellington Fagundes	Parlamentares (outros)	PL	MT	Senado Federal	Socioambientalista
28	2017	CMA	Código Florestal	Wellington Fagundes	Parlamentares (outros)	PL	MT	Senado Federal	Socioambientalista
29	2017	CMA	Código Florestal	Wellington Fagundes	Parlamentares (outros)	PL	MT	Senado Federal	Socioambientalista
40	2021	CMA	Desmatamento	Zequinha Marinho	Parlamentares do setor agropecuário	PL	PA	Senado Federal	Desenvolvimentista Moderno
41	2021	CMA	Desmatamento	Zequinha Marinho	Parlamentares do setor agropecuário	PL	PA	Senado Federal	Desenvolvimentista Moderno

APÊNDICE G – SÍNTESE DAS INTERAÇÕES DE COORDENAÇÃO

Apresenta-se uma síntese das interações de coordenação identificadas no primeiro *corpus* empírico, destacando sua distribuição temporal, intensidade, composição setorial e variações entre as fases. Este texto organiza a caracterização de participações, atores coletivos e presença das coalizões, aprofundando os resultados discutidos no corpo principal da tese.

1 Panorama geral do corpus analisado

O Quadro 1H sintetiza o corpus analisado, composto por 206 interações de coordenação envolvendo 34 atores coletivos, identificadas nas 41 notas taquigráficas. As interações registraram 608 participações, permitindo observar padrões de articulação política no subsistema da agenda verde.

A codificação revelou maior incidência de interações intercoalizão (123) em relação às intracoalizão (83), apresentando um número maior de articulações entre grupos com crenças distintas. A coordenação de nível inferior foi predominante (518 registros), enquanto 142 registros envolveram coordenação de nível superior.

Os componentes analíticos também evidenciaram 168 registros de comprometimento e 73 de liderança hábil, indicando a presença de práticas estratégicas e mediação política nos episódios analisados.

Quadro 1H – Sumário de interações e atributos de coordenação – 2012-2021

Categoria	Atributo	Total	Observação
Unidades de Análise	Total de Interações de Coordenação	206	Episódios coordenação distintos no subsistema
	Total de Notas Taquigráficas	41	Volume total de documentos (audiências e sessões) analisados.
	Total de Atores Coletivos	34	Ator coletivos analisados
Volume de Codificação (Participações)	Total de Participações de Atores Coletivos Registradas	608	Quantidade de vezes distinta que há a relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota
	Frequência Total de Aparição das Notas	282	Quantidade de vezes distinta que há a relação: ator coletivo vinculado a uma nota
Distribuição da Coordenação	Interação Intercoalizão	123	Interação entre atores de coalizões distintas.
	Interação intracoalizão	83	Interação entre atores da mesma coalizão.
	Coordenação Nível Inferior	518	Quantidade de vezes distinta da categorização da relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota, que foram codificados como coordenação de nível inferior

(Continua)

(Continuação)

Categoria	Atributo	Total	Observação
Distribuição da Coordenação	Coordenação Nível Superior	142	Quantidade de vezes distinta da categorização da relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota, que foram codificados como coordenação de nível superior
	Comprometimento	168	Quantidade de vezes distinta da categorização da relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota, que foram codificados como coordenação tendo comprometimento
	Registros de Liderança Hábil	73	Quantidade de vezes distinta da categorização da relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota, que foram codificados como liderança hábil

Fonte: elaborado pelo autor.

A Fase 1, Quadro 2H, concentrou o maior volume de articulações, com 121 interações com 383 participações, combinando coordenação intercoalizão (78) e intracoalizes (43). A fase registrou alto volume de coordenação de nível inferior.

Quadro 2H – Sumário de interações e atributos de coordenação – Fase 1

Categoria	Atributo	Total	Observação
Unidades de Análise	Interações de Coordenação	121	***
	Notas Taquigráficas	26	Quantidade de documentos (audiências) analisados
	Total de Atores Coletivos	32	Número de atores distintos analisados
Volume de Codificação (Participações)	Total de Participações Registradas	383	Quantidade de vezes distinta que há a relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota
	Frequência Total de Aparição das Notas	194	Quantidade de vezes distinta que há a relação: ator coletivo vinculado a uma nota
Distribuição da Coordenação	Intercoalizão	78	Interação entre atores de coalizões distintas (Fase 1).
	Intracoalizão	43	Interação entre atores da mesma coalizão (Fase 1).
	Coordenação Nível Inferior	323	Quantidade de vezes distinta da categorização da relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota, foram codificados como coordenação de nível inferior
	Coordenação Nível Superior	106	Quantidade de vezes distinta da categorização da relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota, que foram codificados como coordenação de nível superior
	Comprometimento	128	Quantidade de vezes distinta da categorização da relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota, que foram codificados como coordenação tendo comprometimento
	Registros de Liderança Hábil	54	Quantidade de vezes distinta da categorização da relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota, que foram codificados como liderança hábil

Fonte: elaborado pelo autor.

A Fase 2, Quadro 3H, apresentou o menor número de interações (14). Possui padrão de forte predominância intercoalação, porém com pouca incidência de coordenação nível superior, comprometimento e liderança.

Quadro 3H – Sumário de interações e atributos de coordenação – Fase 2

Categoria	Atributo	Total	Observação
Unidades de Análise	Interações Únicas	14	***
Volume de Codificação (Participações)	Notas Taquigráficas	3	Volume total de documentos (audiências)
	Total de Atores Coletivos	11	Número de atores distintos analisados na Fase 2.
	Total de Participações Registradas	32	Quantidade de vezes distinta que há a relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota
	Frequência Total de Aparição das Notas	13	Quantidade de vezes distinta que há a relação: ator coletivo vinculado a uma nota
Distribuição da Coordenação	Intercoalação	13	Interação entre atores de coalizões distintas.
	Intracoalação	1	Interação entre atores da mesma coalizão.
	Coordenação Nível Inferior	28	Quantidade de vezes distinta da categorização da relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota, que foram codificados como coordenação de nível inferior
	Coordenação Nível Superior	3	Interações mais estruturadas (Fase 2).
	Registros de Comprometimento	3	Manifestações de engajamento contínuo ou assunção de tarefas (Fase 2).
	Registros de Liderança Hábil	1	Apresenta a quantidade de vezes distinta da categorização da relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota, que foram codificados como coordenação de nível superior

Fonte: elaborado pelo autor.

Na Fase 3, Quadro 4H, observaram-se 65 interações e 193 participações, indicando retomada da atividade coordenativa. Houve maior equilíbrio entre interações intra e intercoalação, com aumento de comprometimento e liderança em comparação à fase anterior.

Quadro 4H – Sumário de interações e atributos de coordenação – Fase 3

Categoria	Atributo	Total	Observação
Unidades de Análise	Interações	65	***
	Notas Taquigráficas	12	Volume total de documentos (audiências)
	Total de Atores Coletivos	24	Número de atores distintos analisados na Fase 3.
Volume de Codificação (Participações)	Total de Participações Registradas	193	Quantidade de vezes distinta que há a relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota
	Frequência Total de Aparição das Notas	75	Quantidade de vezes distinta que há a relação: ator coletivo vinculado a uma nota
Distribuição da Coordenação	Intercoalação	42	Interação entre atores de coalizões distintas.
	Intracoalação	29	Interação entre atores da mesma coalizão.

(Continua)

(Continuação)

Categoria	Atributo	Total	Observação
Distribuição da Coordenação	Coordenação Nível Inferior	167	Quantidade de vezes distinta da categorização da relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota, que foram codificados como coordenação de nível inferior
	Coordenação Nível Superior	33	Quantidade de vezes distinta da categorização da relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota, que foram codificados como coordenação de nível superior
	Comprometimento	37	Quantidade de vezes distinta da categorização da relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota, que foram codificados como coordenação tendo comprometimento
	Liderança Hábil	18	Quantidade de vezes distinta da categorização da relação: ator coletivo vinculado a uma interação e por conseguinte a uma nota, que foram codificados como liderança hábil

Fonte: elaborado pelo autor.

2 Distribuição Temporal e Intensidade das Interações de Coordenação

O Quadro 5H compara a distribuição das interações entre as três fases. A análise temporal, apresentação a variação, a partir das diferenças na densidade dos componentes da coordenação.

Quadro 5H – Distribuição temporal e intensidade das interações de coordenação

Métrica	Fase 1 (N=26)	Fase 2 (N=3)	Fase 3 (N=12)	Interpretação da Dinâmica de Coordenação
Participações por Nota	14.73	10.67	16.08	A Fase 3 apresenta maior participação por nota taquigráfica.
Liderança Hábil por Nota	2.08	0.33	1.50	A Fase 1 apresenta a maior liderança hábil
Coordenação Superior por Nota	4.08	1.00	2.75	A Fase 1 teve a maior de articulações estruturadas (ex: planos comuns ou grupos de trabalho)

Fonte: elaborado pelo autor.

3 Distribuição Setorial das Participações em Interações de Coordenação

A distribuição setorial mostra o Estado como núcleo do subsistema: Executivo e Legislativo representam 57% das participações. O Terceiro Setor e o setor Acadêmico confirmam papel relevante na articulação pública, enquanto o setor Privado e o Judiciário/MP aparecem de forma menos frequente.

A análise por fases indica que a distribuição setorial varia conforme o contexto político. Na Fase 1, Executivo e Legislativo predominam e estruturam a maior parte das participações. Na Fase 2, a atividade coordenativa se concentra quase exclusivamente no Executivo, com

aumento relativo do setor privado e baixa presença dos demais setores. Na Fase 3, há reequilíbrio participativo e destaque para o setor acadêmico, que assume papel mais relevante em um cenário de maior intensidade de debate.

Quadro 6 – Distribuição das participações de interações por setor de atuação

Setor	Total Participação de Interações		Participação Fase 1		Participação Fase 2		Participação Fase 3	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Setor Público Executivo	195	32,07	133	34,73	16	50	46	23,83
Setor Público Legislativo	152	25,00	106	27,68	0	0	46	23,83
Terceiro Setor	111	18,26	78	20,37	4	12,50	29	15,03
Acadêmico e Científico	68	11,18	27	7,05	2	6,25	39	20,21
Setor Privado	54	8,88	23	6,01	10	31,25	21	10,88
Setor Público Judiciário e Ministério Público	28	4,61	16	4,18	0	0	12	6,22
Total	608	100	383	100	32	100	193	100

Fonte: elaborado pelo autor.

4 Caracterização dos atores coletivos nas interações de coordenação

Das 206 interações identificadas, 133 interações (aproximadamente 65%) foram classificadas como intercoalizações. As 73 interações restantes (cerca de 35%) apresentaram caráter intracoalidação, conforme Quadro 7, ocorrendo entre atores situados na mesma coalizão.

Quadro 7 – Distribuição das interações segundo alcance da coordenação

Tipo de interação	Número absoluto	Percentual aproximado
Intercoalizações	133	64,56%
Intracoalidação	73	35,44%

Fonte: elaborado pelo autor.

A comparação entre as fases, Quadro 8, revela variação no alcance da coordenação ao longo dos diferentes contextos governamentais. A Fase 1 apresenta distribuição semelhante ao padrão geral, com predominância moderada de interações intercoalizações. A Fase 2 distingue-se pelo elevado percentual de interações entre coalizões distintas, indicando um período de coordenação fortemente voltada à interface entre grupos.

Na Fase 3, observa-se redistribuição mais equilibrada entre interações intra e intercoalizações, sugerindo recomposição dos padrões relacionais no subsistema.

Quadro 8 – Alcance da coordenação por fase

Fase	Intercoalizações (N absoluto)	Intercoalizações (%)	Intracoalidação (N absoluto)	Intracoalidação (%)	Total da Fase
Fase 1 (Dilma)	78	64,5%	43	35,5%	121
Fase 2 (Temer)	13	92,9%	1	7,1%	14
Fase 3 (Bolsonaro)	42	59,2%	29	40,8%	71

Fonte: elaborado pelo autor.

5 Presença das coalizões nas interações

As interações registradas no corpus revelam diferentes níveis de participação entre as coalizões de defesa, variando desde presença contínua até ocorrência pontual. O quadro 9 apresenta o número absoluto de aparições de cada coalizão nas interações analisadas. A coalizão socioambientalista é a mais presente nas interações, seguida pelas coalizões desenvolvimentista moderna e tecnocrata esclarecida.

Quadro 9 – Presença das coalizões nas interações

Coalizão	Nº de interações em que aparece
Socioambientalista	167
Desenvolvimentista Moderno	100
Tecnocrata Esclarecido	85
Desenvolvimentista Tradicional	14

Fonte: elaborado pelo autor.

As co-ocorrências (Quadro 10) revelam que pares envolvendo socioambientalistas com tecnocratas esclarecidos e desenvolvimentistas modernos predominam, conformando o núcleo mais recorrente de articulação.

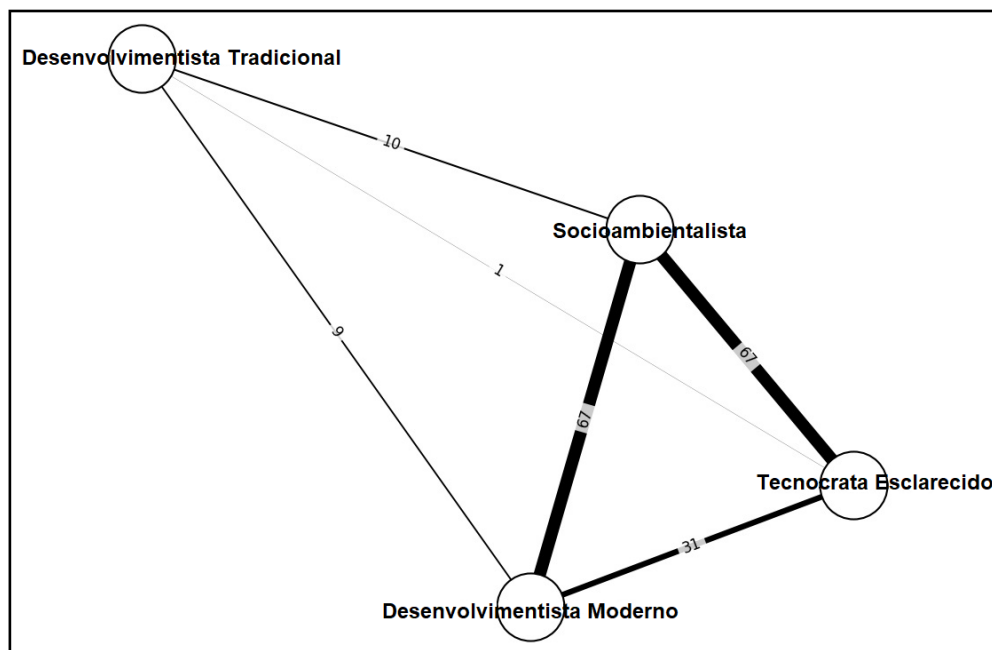
Quadro 10 – Pares de coalizões mais recorrentes nas interações

Par de coalizões presentes juntas	Nº de interações
Socioambientalista ↔ Tecnocrata Esclarecido	67
Socioambientalista ↔ Desenvolvimentista Moderno	67
Desenvolvimentista Moderno ↔ Tecnocrata Esclarecido	31
Socioambientalista ↔ Desenvolvimentista Tradicional	10
Desenvolvimentista Moderno ↔ Desenvolvimentista Tradicional	9
Tecnocrata Esclarecido ↔ Desenvolvimentista Tradicional	1

Fonte: elaborado pelo autor.

A Figura 1 apresenta a co-ocorrência entre as coalizões de defesa, representando visualmente a intensidade das coparticipações por meio da espessura das linhas que conectam cada par. Esse diagrama complementa os dados do Quadro 10 ao sintetizar, de forma gráfica, os pares que aparecem juntos com maior frequência nas interações analisadas.

Figura 1 – Diagrama de co-ocorrência entre as coalizões de defesa



Fonte: elaborado pelo autor.